

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - PORTUGAL**

*Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação*

**UNIVERSIDADE FRANÇOIS RABELAIS DE TOURS - FRANÇA**

*Departamento de Ciências da Educação e Formação*

**Mestrado Internacional em Ciências da Educação**

**"FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL"**

**A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL RURAL NO  
DESENVOLVIMENTO DO SEU MEIO  
- UM ESTUDO COMPARATIVO -**

Francisco Trevisan

Dissertação apresentada na Faculdade de  
Ciências e Tecnologia da Educação da  
Universidade Nova de Lisboa para obtenção do  
grau de Mestre em Ciências da Educação

Orientador: Prof. Dr. Jean-Cloude GMONET

Seberi, Rio Grande do Sul

Dezembro de 2003

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pela oportunidade de buscar conhecimentos em prol de uma formação digna e humanitária.

Agradeço a minha família: Esposa Laine, primeira a me incentivar para essa jornada que, juntamente com minha filha Francislaine me deram apoio e souberam compreender as horas de ausência junto à família.

Ao Professor Dr. Jean Cloud Gimonet pela competência e dedicação com que orientou este trabalho, apesar da distância física.

Agradeço a URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões pelo apoio financeiro e ao colega de Casa Familiar Rural, Luís Pedro Hilleshein, pela colaboração com o trabalho e compreensão pelas horas de ausência.

A SIMFR e UNEFAB pela oportunidade da realização deste mestrado e pelo apoio financeiro.

Aos colegas de mestrado pela oportunidade de convívio e luta no período de curso.

## **RESUMO**

O presente trabalho propôs-se pesquisar escolas de ensino fundamental do meio rural da rede pública e rede comunitária, com o objetivo de identificar a participação das mesmas no desenvolvimento rural, principalmente das comunidades onde estão inseridas com seus educandos, haja vista a problemática da grande evasão de jovens do meio rural.

A pesquisa na rede pública foi feita com duas escolas, sendo uma mantida por uma prefeitura municipal e outra pelo estado, ambas no município de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, por ser um município pólo, representativo para os demais em termos de clima, solo, estrutura fundiária e cultura.

Para a escola da rede comunitária, optei pela Casa Familiar Rural do município de Quilombo, Santa Catarina, por ser uma das escolas mais antigas da rede comunitária no sul do Brasil e pela região possuir características semelhantes a das escolas da rede pública, possibilitando assim maior autenticidade para a pesquisa.

A técnica utilizada, questionário e toda a metodologia, conduziram a uma análise comparativa entre as duas redes de escolas e a confirmação das hipóteses propostas, tendo observado-se o seguinte:

A escola da rede comunitária participa em maior escala no desenvolvimento rural, pois insere o jovem no mercado de trabalho do meio rural, percebido pela maior quantidade de ex-alunos que permanece na propriedade, a satisfação dos mesmos com suas atividades profissionais e o aumento da produção de suas atividades econômicas.

As escolas da rede pública têm pouca participação no desenvolvimento do meio rural, bem menor que da rede comunitária, pois não inserem o jovem no mercado de trabalho no meio rural e deixam transparecer que o mercado de trabalho para seus educandos não está no rural, abrindo assim uma lacuna no setor.

O trabalho aponta caminhos que as escolas de ensino fundamental rural podem trilhar na busca do desenvolvimento rural e para a qualidade de vida das famílias dos educandos.

## RÉSUMÉ

Le présent travail propose une étude des écoles “d’enseignement fundamental” en milieu rural du réseau public et communautaire, avec l’objectif d’identifier la participation de celles-ci dans le développement rural, surtout des communautés où sont insérées ces écoles et leurs élèves, étant donné la grande problématique de l’évasion des jeunes du milieu rural.

La recherche sur le réseau public d’enseignement s’est réalisée dans deux écoles, l’une maintenue par la municipalité, et l’autre par le gouvernement d’Etat. Toutes les deux sont situées dans la municipalité de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, qui est une municipalité centrale, représentative des autres en termes climatiques, sol, structure foncière et culture.

En ce qui concerne l’école du réseau communautaire, j’ai choisi la Maison Familiale Rurale de la municipalité de Quilombo, Santa Catarina, car c’est une des écoles les plus anciennes du réseau communautaire dans le Sul du Brésil, et possède des caractéristiques semblables à celles du réseau public, rendant possible une plus grande authenticité dans la recherche.

La technique utilisée, le questionnaire, et toute la méthodologie, a conduit vers une analyse comparative des deux réseaux d’écoles, ainsi que la confirmation des hypothèses proposées, et ce qui est observé est :

L’école du réseau communautaire participe, dans une plus grande échelle, au développement rural, car insère le jeune dans le marché de travail rural, perçu par la plus grande quantité d’ex-élèves qui demeurent dans la propriété, la satisfaction des mêmes avec leurs activités professionnelles, et la croissance de la production de leurs activités économiques.

Les écoles du réseau public, ont une faible participation dans le développement rural, bien moindre que dans le réseau communautaire, car elles n’insèrent pas le jeune dans le marché de l’emploi rural, et fait transparaître que le marché de travail de leurs élèves n’est pas en milieu rural.

## INDICE

RESUMO .....	2
RÉSUMÉ .....	3
LISTA DE ABREVIATURAS .....	6
LISTA DE QUADROS .....	7
LISTA DE MAPAS .....	8
LISTA DE GRÁFICOS .....	9
INTRODUÇÃO .....	10
1. Considerações iniciais .....	10
2 Objetivo geral .....	15
3. Objetivo específico .....	16
1 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA REGIÃO .....	18
1.1 Introdução .....	18
1.2 Localização das regiões pesquisadas e suas inter-relações .....	21
1.3 A região do CODEMAU .....	21
1.3.1 Estabelecimentos agropecuários .....	22
1.3.2 Pessoas ocupadas no meio rural .....	23
1.3.3 Atividades econômicas das unidades produtivas .....	24
1.3.4 Assistência técnica .....	25
1.3.5 Situação educacional .....	25
1.3.6 O município de Frederico Westphalen .....	27
1.3.6.1 Localização do município .....	27
1.3.6.2 Principais atividades agropecuárias .....	28
1.3.6.3 Situação educacional .....	29
1.3.7 O Município de Quilombo - SC .....	30
1.3.7.1 Localização do município .....	30
1.3.7.2 Principais atividades agropecuárias .....	30
1.3.7.3 Situação educacional .....	32
1.3.8 Conclusão .....	32
2 DESENVOLVIMENTO RURAL .....	34
2.1 Introdução .....	34
2.2 O conceito de rural .....	34
2.3 O desenvolvimento rural .....	35
2.3.1 Momentos do desenvolvimento rural .....	40
2.3.2 Expressões do desenvolvimento rural .....	41
2.3.3 Limites do desenvolvimento rural no Brasil .....	43
2.4 Desenvolvimento local e sistema educacional .....	44
2.5 O Desenvolvimento partindo da vocação regional .....	48
2.6 Desenvolvimento Rural Sustentável .....	49
2.7 Conclusão .....	51
3 A FORMAÇÃO .....	53
3.1 Introdução .....	53
3.2 O Projeto Político Pedagógico das escolas .....	54
3.3 A Escola Rural frente à comunidade .....	58
3.4 Formação de formadores em contexto de mudanças .....	63
3.4.1 A prática reflexiva como domínio da complexidade .....	66
3.4.2 A participação crítica como responsabilidade da cidadania .....	69
3.5 Os saberes dos docentes e sua formação .....	71

3.6 Educação rural .....	73
3.7 Formação de formadores para profissionalização de jovens rurais e agricultores .....	75
3.8 Conclusão .....	77
4 A PROBLEMATICA E A METODOLOGIA DA PESQUISA .....	78
4.1 A problemática .....	78
4.1.1 Introdução .....	78
4.1.2 A situação do jovem do meio rural.....	78
4.1.3 A sucessão da propriedade .....	81
4.2 Metodologia.....	82
4.2.1. Considerações iniciais .....	82
4.2.2 A técnica .....	87
4.2.3 A coleta de dados.....	88
5 SISTEMA DE FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO MEIO .....	89
5.1 Introdução.....	89
5.2 Situação atual do ex-aluno.....	90
5.3 A escola e a formação.....	99
5.3.1 O que a escola mostra.....	99
5.3.2 O que a escola incentivou.....	101
5.3.3 Atuação da escola na visão do ex-aluno.....	103
5.3.4 Influência da escola na vida econômica dos ex-alunos .....	111
5.3.5. Influência da escola nos aspectos sociais dos ex-alunos .....	118
5.3.6 Influência da escola nos problemas ambientais da comunidade e da propriedade dos ex-aluno .....	127
5.3.7 Considerações finais.....	130
CONCLUSÕES.....	133
1 O Desenvolvimento Rural .....	133
1.1 Variáveis ligadas ao pib.....	136
1. 1. 1 Desenvolvimento rural é a inclusão do homem no mercado de trabalho.....	140
2. 2 Variáveis ligadas à saúde.....	142
2. 3 Variáveis relacionadas à educação .....	143
2. 4 Variáveis relacionadas a sustentabilidade .....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	149
ANEXOS.....	151
Anexo 1 - Correspondência enviada juntos com questionários aos ex-alunos.....	152
Anexo 2 - Questionários respondido pelos ex-alunos das duas redes de escolas.....	154

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

<b>CODEMAU</b>	Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai
<b>ASCAR/EMATER</b>	Empresa de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>OCDE</b>	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>CEFFAs</b>	Centros Familiares de Formação por Alternância
<b>LDB</b>	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>ISMA</b>	Índice Social Municipal Aplicado
<b>FEE</b>	Fundação de Economia e Estatística
<b>AMOSC</b>	Associação dos Municípios do Oeste Catarinense
<b>PCN</b>	Plano Curricular Nacional
<b>CPM</b>	Círculo de Pais e Mestres
<b>URI</b>	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
<b>CFR</b>	Casa Familiar Rural
<b>PNDRS</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>VAB</b>	Valor Bruto Agregado

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE A PERMANÊNCIA EX-ALUNO NO MEIO RURAL .....	90
QUADRO 2 - O QUE A ESCOLA MOSTRA .....	999
QUADRO 3 - O QUE A ESCOLA INCENTIVAVA.....	101
QUADRO 4 - ATUAÇÃO DA ESCOLA NA VISÃO DOS EX-ALUNOS.....	1044
QUADRO 5 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE A VIDA ECONÔMICA DOS EX-ALUNOS.....	112
QUADRO 6 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE VIDA SOCIAL DOS EX-ALUNOS .....	1199
QUADRO 7 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS DA COMUNIDADE E DA PROPRIEDADE DOS EX-ALUNOS .....	1277
QUADRO 8 - AUMENTO DA PRODUÇÃO X SATISFAÇÃO PESSOAL COM A ATIVIDADE.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
QUADRO 9 - FATORES LIGADOS AO AUMENTO DA PRODUÇÃO.....	139
QUADRO 10 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE O PERCENTUAL DOS FATORES DE AUMENTO DA RENDA FINANCEIRA .....	140
QUADRO 11 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA SAÍDA OU PERMANÊNCIA DO JOVEM DO MEIO RURAL.....	1444
QUADRO 12 - VALORIZAÇÃO DA REALIDADE E SABERES DOS EDUCANDOS	1455



## **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1- MAPA DO RIO GRANDE DO SUL, DESTACANDO A REGIÃO DO CODEMAU.....	22
MAPA 2 - MAPA DO CODEMAU DESTACANDO O MUNICÍPIO DE FREDERICO WESPHALEN (N.º 10).....	27
MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO .....	30

## LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1 - INTENÇÃO DE CONTINUAR NA ÁREA RURAL.....	922
GRAFICO 2 - SATISFAÇÃO DO EX-ALUNO COM SUA ATIVIDADE RURAL .....	944
GRAFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ÊXODO RURAL DO EX-ALUNO ...	977
GRAFICO 4 - CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO NO ÊXODO RURAL DO EX-ALUNO...	999
GRAFICO 5 - O QUE A ESCOLA MOSTRA .....	101
GRAFICO 6 - O INCENTIVO DA ESCOLA .....	1033
GRAFICO 7 - APLICAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL NA PROPRIEDADE.....	1144
GRAFICO 8 - APLICAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL NA PROPRIEDADE.....	1166
GRAFICO 9 - AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA PROPRIEDADE DOS EX-ALUNOS	1177
GRAFICO 10 - PARTICIPAÇÃO DO EX-ALUNO EM ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E COOPERATIVAS.....	1233
GRAFICO 11 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇA....	1266
GRAFICO 12 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇA....	1299
GRAFICO 13 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇA.....	130
GRAFICO 14 - AUMENTO DE PRODUÇÃO X SATISFAÇÃO PROFISSIONAL .....	1388
GRAFICO 15 - AUMENTO DE PRODUÇÃO X DESEJO DE CONTINUAR NO MEIO RURAL.....	13940
GRAFICO 16 - AUMENTO DA PRODUÇÃO X INFLUÊNCIA DA ESCOLA NO AUMENTO.....	142
GRAFICO 17 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA SAÍDA OU PERMANÊNCIA DO JOVEM DO MEIO RURAL.....	1455
GRAFICO 18 - VALORIZAÇÃO DA REALIDADE E SABERES DOS EDUCANDOS	1455

# INTRODUÇÃO

## 1. Considerações iniciais

Iniciei minha atividade profissional como professor no ano de 1978, primeiramente na rede municipal, em escola do meio rural e depois na rede estadual de Ensino Fundamental, no meio urbano, como professor da disciplina de Técnicas Agrícolas onde criei gosto pela mesma, pois além de filho de agricultores, tive uma formação profissional de nível médio de Técnico em Agropecuária e Licenciatura em Técnicas Agrícolas. Apesar da breve passagem como professor, o trabalho desenvolvido com os alunos me fascinou. Buscando sempre um crescimento profissional, fiz concurso público e ingressei na Extensão Rural na ASCAR/EMATER do Rio Grande do Sul, onde desenvolvi atividades como Extensionista Rural por vinte e três anos. Durante este período, por solicitação das direções e professores das escolas do meio rural dos municípios onde atuei, palestrei por inúmeras vezes sobre diversos assuntos ligados a agricultura, bem como desenvolvi um trabalho integrado com as escolas de ensino fundamental rural. Infelizmente constatei que, na grande maioria das vezes, este trabalho, não passava de uma simples formalidade para cumprir uma programação criada por alguns professores de determinadas escolas ou coordenadorias municipais, sem o debate com todo o corpo docente, e não como parte de um programa, de um projeto de ensino. É bem verdade que determinados professores demonstravam vontade e interesse, que vinha sempre desacompanhado de uma proposta pedagógica das Secretarias de Educação, quer seja da rede Municipal ou Estadual.

Baseado neste contexto, e com minha volta ao sistema educacional através da Casa Familiar Rural, achei oportuno conhecer melhor a contribuição dessas escolas, espalhadas pelo Brasil afora e, de modo especial, na região a ser pesquisada, onde a agricultura familiar é forte, sendo esta a base da economia das famílias.

O tema nasceu da vontade de ver as escolas de Ensino Fundamental do meio rural com um programa de ensino agrícola que atenda as necessidades das famílias dos agricultores. Também, como monitor iniciante de Casa Familiar Rural, fazer um estudo comparativo das escolas de Ensino Fundamental da rede pública e as que trabalham com a Pedagogia da

Alternância. Apesar do pouco tempo de trabalho com esta Pedagogia, e convencido que é muito importante, devo compará-la com a clássica para ter um referencial. Algumas questões me incomodam: A Pedagogia da Alternância é a melhor em todas as situações para o meio rural? Como introduzir escolas alternativas no meio rural onde predomina fortemente a pedagogia clássica? Com o estudo da contribuição que as Escolas de Ensino Fundamental do meio rural deram, ou estão dando, para o desenvolvimento do meio rural, comparando com a Pedagogia da Alternância, não se torna mais convincente a implantação dessa Pedagogia? Se essas escolas estão realmente contribuindo para o desenvolvimento do meio rural, em que condições se faz necessária uma formação diferenciada para o filho do agricultor? O estado dificilmente irá atender as escolas do meio rural através de sistemas alternativos de educação. Por que então, não melhorar o currículo dessas escolas que trabalham com público rural? Penso que tudo isso é possível fazendo um minucioso estudo sobre a contribuição das escolas do meio rural para o desenvolvimento desse meio.

Sou Monitor da Casa Familiar Rural Santo Isidoro de Frederico Westphalen RS, criada no ano de 2002, vinculada à Universidade Regional Integrada - URI, Campus de Frederico Westphalen, a qual funciona com duas turmas num total de 48 jovens, oriundos de 7 municípios próximos, com um projeto de tornar-se referência na região e pólo irradiador de difusão da Pedagogia da Alternância, por isso busco aperfeiçoamento para atender as expectativas da instituição, bem como do movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que aposta nesta alternativa e está engajado na proposta de formação de jovens agricultores. Em nossa Casa Familiar Rural, optamos por trabalhar com jovens que têm o Ensino Fundamental completo. As turmas possuem uma média de idade de 16 anos, idade em que os jovens têm condições de começar definir-se por um projeto de vida profissional na propriedade. Todos os elementos da Pedagogia da Alternância convergem para o jovem autor de sua própria formação. A dúvida que paira sobre a equipe de profissionais dessa CFR é, se um jovem, na 6ª série do ensino fundamental, com média de idade de 12 anos, tem condições de se definir por um projeto profissional.

Outro motivo pela opção em trabalhar com jovens formados na escola de Ensino Fundamental é porque os municípios de abrangência da Casa Familiar Rural possuem no próprio meio rural, escolas de Ensino Fundamental completo, sendo baixo o índice de filhos de agricultores que estudam em escolas urbanas nesta fase.

Com conteúdos de rural no Ensino Fundamental do meio rural, acredito que os adolescentes se tornam motivados para continuar seus estudos com uma visão de que no meio onde vivem é possível construir um projeto de vida que atenda a suas necessidades básicas para um bom nível de vida, criar o gosto pela arte de trabalhar a terra, desenvolver o potencial latente existente nas crianças para que, no futuro, elas mesmas possam, com mais autoconfiança e vontade, tomar decisões, solucionar problemas, fazer coisas novas e executá-las com eficiência e para que busquem meio alternativo no Ensino Médio para continuar com estudos do rural e, nesta idade, poder definir-se por um projeto profissional.

Compõe também o corpo do trabalho, além desta visualização geral dos motivos que levou a dedicar-me sobre este trabalho de mestrado até aqui descritos, um capítulo que trata da situação sócio-econômica da região de contexto da pesquisa, com um enfoque inicial sobre a organização política da mesma sobre o desenvolvimento regional, nos vários setores, principalmente setor primário, agricultura e pecuária, e setor educacional, com destaque da organização de um conselho regional de desenvolvimento, juridicamente constituído para coordenar as políticas de desenvolvimento. Também faz destaque a Universidade Regional Integrada que vem liderando as ações educacionais e agora, também voltada à formação de jovens e agricultores através da Pedagogia da Alternância. Dentro do contexto educacional também faço referência à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Gaúcha – FETAG, preocupada com o ensino rural, a ponto de firmar convênio com a Universidade Regional Integrada no sentido de desenvolver ações para fortalecer, no Estado, o programa de formação de jovens agricultores através da Pedagogia da Alternância das Casas Familiares Rurais.

O trabalho dá uma visão geral dos setores produtivos dos 30 municípios do CODEMAU quanto a seus estabelecimentos agropecuários, principais atividades econômicas, pessoas ocupadas no meio rural, um breve relato sobre assistência técnica e formação das famílias dos agricultores dessa região e a situação educacional da região. Essa é uma visão, portanto, de uma microrregião organizada politicamente no Rio Grande do Sul, dentro do contexto que estão inseridas as escolas da rede pública pesquisadas. A mesma contextualização da região da escola da rede comunitária não será feita porque, o estado de Santa Catarina, onde se desenvolve a pesquisa com uma escola comunitária, não tem a mesma organização, farei isso de forma individualizada do município da escola pesquisada.

Num segundo momento, é feita uma análise específica dos municípios das escolas pesquisadas, começando por Frederico Westphalen, situando-o brevemente sobre sua localização geográfica, suas principais atividades agropecuárias, destacando que este setor é a base da economia do município e também um breve relato do setor educacional. Da mesma forma, é feita uma breve análise específica do município de Quilombo, região Oeste de Santa Catarina, destacando sua localização geográfica, principais atividades econômicas e situação educacional. Convém ressaltar que os dois municípios são semelhantes no setor primário da economia, cultivam basicamente as mesmas culturas, mesma área, mesma pecuária, mesma estrutura fundiária, área em quilômetros quadrados, enfim, são municípios muito parecidos, diferenciando-se apenas no número de habitantes, que é maior em Frederico Westphalen, e por este possuir uma universidade regional que congrega estudantes de várias regiões. Portanto, os dois municípios pesquisados não possuem variáveis que possam colocar em dúvida a validade da pesquisa.

Num segundo capítulo trabalharei a questão do desenvolvimento rural sustentável, fazendo inicialmente uma leitura dos momentos do desenvolvimento rural no Brasil, suas expressões utilizadas para marcar épocas. Será abordado também o desenvolvimento local e o sistema educacional, numa visão premissa de que o desenvolvimento passa, obrigatoriamente, por um processo de formação de seu povo e dos agentes, lideranças, dos mais variados setores da sociedade organizada. Dentro deste enfoque, é feita uma análise do desenvolvimento, tendo por base a vocação e cultura da região, pois entendo que o desenvolvimento de uma região passa, necessariamente, por uma política desenvolvimentista que leva em consideração a origem de seu povo, seus costumes, suas culturas, de modo que este se sinta valorizado, respeitado e engajado no processo de desenvolvimento, tornando-se assim ator do processo e não assistente do mesmo.

O desenvolvimento sempre deve ser visto de forma sustentável, no sentido literal da palavra, mesmo porque, se assim não o fosse, fugiria ao meu conceito de desenvolvimento. Assim sendo, esse enfoque é uma tônica em todo o trabalho, destacando sua importância e dando uma visão dos limites e dificuldades que encontra numa sociedade consumista e capitalista, muitas vezes confundindo desenvolvimento com simples crescimento econômico.

Num outro capítulo é trabalhada a questão da formação, principalmente numa visão da formação para educandos inseridos no contexto da pesquisa, ou seja, o ensino fundamental e a formação dos formadores. Neste contexto, é importante uma visão geral dos formadores numa sociedade em mudanças, onde a ciência e a tecnologia atingem caminhos que a escola, principalmente do ensino médio e fundamental, não consegue acompanhar pelo sistema que ali está, com suas deficiências estruturais e pedagógicas. Este capítulo aborda também a necessidade, dentro do contexto transcrito, da prática reflexiva do formador e do educando, como domínio de complexidades necessárias aos avanços tecnológicos que a sociedade disponibiliza, associada à participação crítica necessária para a construção da cidadania, que ganha espaço e destaque dentro da pesquisa, pois entendo que a formação deve visualizar um mundo globalizado, de economia, de cultura e de sustentabilidade, fazendo-se necessário, portanto, uma formação geral para entender a complexidade dessas ações e uma formação mais específica que leva para o mundo do trabalho.

No item formação, são enfocados os saberes dos docentes e sua formação, destacando a necessidade de aproximação entre os saberes teóricos e práticos, o saber escolar, adquirido através do mundo da sala de aula e os saberes docentes adquiridos através de formação específica juntando-os com os saberes dos educandos numa simbiose harmônica entre ambos.

Sendo minha pesquisa voltada para o ensino rural, este ganha destaque nas linhas deste trabalho, procurando mostrar a situação atual brasileira, com ênfase no regional, objeto da pesquisa, buscando visualizar como está acontecendo a formação dos adolescentes e jovens do meio rural e como deveria ser, em meu entender, no sentido de uma formação para o desenvolvimento rural, principalmente das comunidades onde estão inseridas. Neste aspecto, é ressaltada a necessidade de uma formação para os formadores que atuam no ensino rural formal oficial, ou de outras formas organizativas de educação. Para tanto, utilizo como fonte inspiradora, o Engenheiro Agrônomo e educador, Polon Lacki, consultor da FAO para a América Latina e Caribe.

Um quarto capítulo trata da problemática da questão do jovem do meio rural, relacionada com o processo de formação, bem como a metodologia utilizada. Em torno da problemática, procuro fazer um relato da situação do jovem no meio rural, com enfoque voltado para sua

formação, mercado de trabalho e a migração para a cidade, fator de destaque e preocupação de toda a sociedade. Com a problemática da saída do jovem do meio rural e a redução do número de componentes das famílias, a sucessão da propriedade começa a preocupar quanto ao seu uso e posse. Faz-se uma reflexão e, com a análise dos dados da pesquisa, indicadores sinalizam caminhos que podem ser observados no sentido de ter na propriedade rural não um problema, uma preocupação, mas um componente do desenvolvimento rural.

A metodologia utilizada foi a que se adequou à conciliação do trabalho de pesquisa com minha atividade profissional, haja visto a impossibilidade de seu afastamento. Julgo ter sido esta metodologia, mais de aspectos quantitativos, utilizando questionários para coleta de dados, eficiente para a situação da problemática e o momento vivido pelos atores e autor da pesquisa.

Num último capítulo é feita a análise dos dados com enfoque voltado ao conceito de desenvolvimento, tendo como pontos principais três aspectos, o econômico, o social e ambiental, partindo do princípio que os três têm a mesma importância dentro de um processo de desenvolvimento. Esses aspectos são analisados sempre na ótica comparativa das duas redes de escolas, a pública e a comunitária, servindo-me de tabelas e gráficos para facilitar a visualização dos dados e possibilitar uma melhor compreensão, objetivando, ao final da análise, uma postura de engajamento à proposta que melhor desempenho apresentar no âmbito da formação e do desenvolvimento rural.

Enfim, este trabalho foi realizado no mais alto espírito investigativo e julgo ter alcançado os objetivos propostos e, com isso, ajudar no processo de construção de uma sociedade justa e humanitária, partindo de uma educação qualificada, assim como, poderá servir de suporte para minha própria atividade profissional.

## **2 Objetivo geral**

Minha pesquisa tem por objetivo determinar, através de estudos em escolas de Frederico Westphalen RS, e Quilombo SC, *qual a contribuição que as escolas de Ensino Fundamental, localizadas na zona rural, tem no desenvolvimento do mesmo*, tendo em vista



essas escolas ter como clientela, somente alunos filhos de agricultores, e os municípios se deparam com um grande êxodo rural de jovens que, a partir do início do Ensino Médio, deixam as propriedades das famílias para estudarem e não mais retornam, pois o período que convivem na cidade os leva a não mais ter interesse pelo rural. Associa-se a esta constatação, o fato do Ensino Médio, feito em escolas públicas ou privadas da cidade, nada, ou pouco oferecer para a habilitação do jovem rural em desenvolver suas atividades rurais de modo profissional que o conduzam ao aumento da produção e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida, da satisfação pessoal e construção de sua cidadania. A escola, além de não oportunizar esses conhecimentos, tem a grande preocupação de preparar o jovem para o vestibular e o curso de graduação, de fundamental importância para todo o cidadão, mas que não conduz o educando para atividades profissionais no rural, e nem o prepara para o mundo do trabalho. Como conseqüência, passa a existir um grande vazio junto às comunidades rurais, o que as tornam comunidades de pessoas idosas e crianças.

Analisando os projetos políticos pedagógicos das escolas a serem pesquisadas, não observei preocupação com o desenvolvimento rural, o que reforça a hipótese de que a escola de ensino fundamental pouco está contribuindo para o desenvolvimento do meio rural, isso me conduziu a uma análise de condições para implantação de *sistemas alternativos de educação*.

Meu objetivo é contribuir para que escolas de Ensino Fundamental, localizadas no meio rural dos municípios investigados, e da região que compõem o CODEMAU, contemplem conteúdos da área rural e de formação humana que possam promover o desenvolvimento rural sustentável das famílias, das comunidades e dos municípios.

### **3. Objetivo específico**

Através do estudo da contribuição das escolas de ensino fundamental do meio rural no desenvolvimento do mesmo e, se confirmada a hipótese de que as escolas da rede pública não estão contribuindo para o desenvolvimento rural dos municípios, comunidades e famílias dos educando, propor alternativas de ensino que possam fazer frente à problemática levantada, ou seja, a grande evasão do jovem do meio rural, a sucessão da propriedade e o enfoque do crescimento do meio rural. Para isso, utilizar a sociedade organizada, principalmente ligada ao

setor, para levar as propostas de mudanças. Enfim, o grande objetivo do trabalho é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino rural e, através deste, proporcionar qualidade de vida às famílias rurais, o desenvolvimento das comunidades, dos municípios e das regiões.

# 1 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA REGIÃO

## 1.1 Introdução

Este capítulo pretende abordar um pouco da história do desenvolvimento da região, abordando alguns aspectos que entendo terem sido responsáveis por alavancar o processo de desenvolvimento, bem como uma breve conceituação do rural e da formação.

A Universidade Regional Integrada - URI, Campus de Frederico Westphalen RS, foi criada em 1992, originária do Instituto de Ensino Superior do Alto Uruguai. Situada na região Norte do Rio Grande do Sul - Médio Alto Uruguai - conta, desde 1996, com um Pólo de Modernização Tecnológico, centrado em três eixos básicos de pesquisa: Diversificação Agropecuária, Mineração e Agroindústria.

É fruto de uma ampla e profunda reflexão da comunidade organizada no Conselho Regional de Desenvolvimento - CODEMAU, para auxiliar no desenvolvimento agropecuário regional. A consensualização de que o empobrecimento do setor rural, principalmente o baseado na agricultura familiar, acelerou-se nas últimas décadas e que os órgãos de fomento agrícola e de apoio aos agricultores fragilizaram-se na mesma proporção, impunham um desafio à sociedade para a recuperação e a formação de uma nova geração de agricultores capazes de desenvolver-se diante do cenário da globalização (SOMAVILLA, 2001).

O Pólo de Modernização Tecnológico do Alto Uruguai vem para dar uma sustentação tecnológica à região, empobrecida nas últimas décadas em razão da decadência da agricultura familiar, da própria estrutura fundiária e da manutenção de uma matriz produtiva desenvolvida na década de 70, baseada na "revolução verde" tendo nas culturas de grãos sua principal atividade econômica, sem transformação na propriedade. Desta forma, fazendo apenas a primeira parte da cadeia produtiva dos produtos agropecuários, a grande fatia da riqueza do total da cadeia fica fora da unidade produtiva, fora das mãos dos agricultores, o que leva a esta situação de decadência. Quebrar esse ciclo vicioso que se instalou na região é um desafio, mas ao mesmo tempo uma alternativa de superação do problema, que encontra resistência, principalmente em função da geração atual ter convivido com a situação desde o início de seus tempos.

Em 1994, o estado do Rio Grande do Sul, após ampla discussão com a sociedade Gaúcha, criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Esses Conselhos são Fóruns de discussões e decisões a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional, tendo fórum jurídico na cidade que reside seu presidente e sede política em todos os municípios que o integram. Desde a sua criação - Lei Estadual nº 10.283, de 17/10/1994 e regulamentada pelo Decreto nº 35.764, de 28/12/1994, o CODEMAU - Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai tem por objetivo...a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, a integração dos recursos e das ações do Governo na região, a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente (Relatório de atividades do CODEMAU, 2001).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, entidade que congrega todos os segmentos da sociedade organizada, buscam, através de discussões e estudos, construir projetos conjuntos para alavancar o crescimento das regiões. Frutos de debates do CODEMAU, do Pólo de Modernização Tecnológico e da Universidade Regional Integrada, surge em Frederico Westphalen, em parceria com o Governo do Estado, um Centro de Formação Técnica de Produtores Rurais para formação de agricultores. Juntamente com o centro, implanta-se a Casa Familiar Rural para formação de jovens agricultores, a qual começou a funcionar em março de 2002, através da Pedagogia da Alternância e que deverá somar esforços junto às demais formas de formação existentes na região, para o desenvolvimento sustentável do setor primário, haja visto a lacuna existente em função do baixo efetivo de profissionais atuando no meio rural e a grande demanda existente.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Gaúcha - FETAG, é um dos movimentos que há muito vem trabalhando no estado para a implantação de um sistema de ensino diferenciado para o jovem, filho de pequenos agricultores da agricultura familiar, através das Casas Familiares Rurais. É grande a preocupação do movimento sindical e cooperativo da região para com a ausência do surgimento de novas lideranças para comandar seus quadros, a diminuição do quadro social e aumento da faixa etária desse quadro social, o que leva a incertezas quanto ao futuro dessas instituições e a grande evasão do jovem do meio rural, o que significa diminuição de divisas para as próprias instituições e para os municípios, por isso a preocupação e o apoio, principalmente do movimento sindical do município e do estado. Apesar do esforço de todos esses organismos, o sistema ainda não se consolidou e várias tentativas fracassaram. Hoje, apenas quatro CFR estão funcionando no Rio Grande do Sul, nos municípios de Agudo, Restinga Seca, Alpestre e Frederico Westphalen.

A falta de conscientização do meio educacional sobre a educação de filhos e filhas de agricultores, através de uma educação diferenciada, voltada ao meio rural, no meu entender, é muito grande. Nas redes de ensino municipal e estadual da região, é grande o número de escolas de Ensino Fundamental completo no meio rural, (56,15% da população da região do CODEMAU vive no meio rural), segundo dados do IBGE<sup>1</sup>, o que nos dá uma visão do público atingido. Segundo José Eli da Veiga<sup>2</sup>, esta porcentagem aumenta consideravelmente se levarmos em consideração que o rural é além do que classifica o IBGE. Um elevado número de pequenos municípios brasileiros, como os da região de investigação, com baixa população, onde muitos moram na cidade (urbano), trabalham e sobrevivem do rural, são considerados como população urbana. Isto posto, apesar do número de jovens que vivem no meio rural ainda ser considerável, os índices de evasão para as cidades continuam acontecendo e a não participação dos jovens nos segmentos da sociedade, é visto com preocupação na região.

Empiricamente colocando, os currículos dessas escolas nada somam para a formação do jovem agricultor, se levar-se em conta uma formação para a profissão de agricultor para formação de um jovem empreendedor na área rural. Basta dizer, que a maioria dessas escolas ostentam em sua planilha de currículo a disciplina de "Técnicas Agrícolas" que se resume em atividades que mais tem a ver com o embelezamento das instalações físicas, limpeza e embelezamento de pátios de escolas e praças esportivas do que capacitação técnica para as atividades rurais dos jovens agricultores e agricultoras e, muito menos, a formação do jovem para tornar-se trabalhador consciente e habilitado para as atividades agrícolas, uma profissão rentável e digna. Por estarem inseridas no meio rural, ter um público homogêneo em termos profissionais, as escolas de Ensino Fundamental do meio rural têm tudo para tornarem-se agentes de desenvolvimento rural, principalmente do setor primário, o que não acontece até então.

Baseado nisto, surge-me o interesse em pesquisar escolas de Ensino Fundamental do meio rural de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, para averiguar a contribuição que estas escolas estão dando para o desenvolvimento do meio rural e propor alternativas de educação diferenciada para o meio rural. Sei que é um trabalho muito difícil, mas ao mesmo tempo compensador, se conseguir fazer modificações que possam melhorar o ensino dessas escolas,

---

<sup>1</sup> IBGE, senso 2000.

<sup>2</sup> Palestra ao grupo de mestrados em Brasília, abril de 2003.

no sentido de aumentar a formação profissional rural e manter mais jovens no campo em condições dignas de vida, que possam constituir sua família no meio rural, viver com dignidade e ter tudo aquilo de positivo que um jovem que trabalha em outros setores da economia têm.

## **1.2 Localização das regiões pesquisadas e suas inter-relações**

As regiões pesquisadas localizam-se na região sul do Brasil, a uma distância aproximada de 210 quilômetros uma da outra, possuem características semelhantes em termos de cultura, etnia, estrutura fundiária, onde predominam, no meio rural, famílias de pequenos agricultores familiares. O relevo é acidentado, intercalado com partes levemente onduladas e planas. A maior parte da agricultura é trabalhada à tração animal, porém nas regiões planas, predomina a mecanização. O clima possui as mesmas variações, com estações bem definidas, primavera, verão, outono e inverno. Por esses motivos, a exploração agropecuária e rural das famílias tem muita semelhança, o que permite comparações entre ambas, dando assim confiabilidade à pesquisa.

O diferencial entre as duas regiões é o sistema agro-industrial, predominante no Oeste de Santa Catarina, a indústria do frango e do suíno, movimentando a economia regional e, no setor primário, a parceria com a família dos agricultores para criação desses animais.

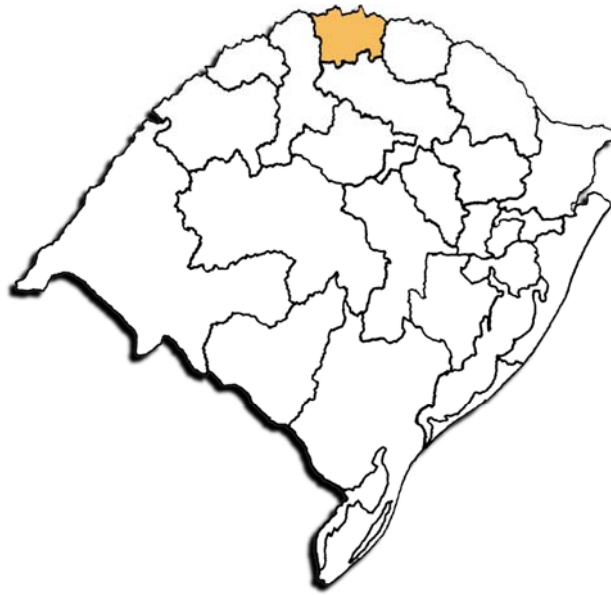
## **1.3 A região do CODEMAU**

A região do CODEMAU é composta por 30 municípios, homogêneos em termos de economia, estrutura de cidade, estrutura fundiária, clima, solo, relevo, cultura e etnias. Situa-se na região norte do Rio Grande do Sul, fronteira com Santa Catarina, com uma população de 183.884 habitantes, uma estrutura fundiária média de 18,7 hectares por estabelecimento rural, PIB *per capita* de R\$ 5.039,00 e ISMA - Índice Social Municipal Aplicado (condições sócio-econômicas) de 0,55, de uma escala que vai de 0 a 1 medido em relação a quatro blocos: domicílio e saneamento, educação, saúde e renda.

Em 1995, a região contava com 18 hospitais, totalizando 751 leitos (ZERO HORA, 7/8/2000) que, juntamente com outras variáveis, compõem o sistema regional de saúde, ainda deficitário porque em casos mais complicados para a medicina deve-se recorrer a outros centros de saúde, como Passo Fundo e Porto Alegre.

Os dados mostram que é uma região bastante pobre, em dificuldades financeiras, mas que possui um potencial muito grande para desenvolver-se, pois seu povo possui uma história de luta e de trabalho iniciado pelos seus ancestrais, na sua grande maioria de origem européia, que desbravaram e colonizaram a região na década de 1930 a 1940, época de total ausência de tecnologias modernas que facilitasse a vida do homem camponês.

**MAPA 1-** MAPA DO RIO GRANDE DO SUL, DESTACANDO A REGIÃO DO CODEMAU



### **1.3.1 Estabelecimentos agropecuários**

É uma região que foi duramente penalizada nas últimas três décadas, amargando um processo de empobrecimento que a coloca, no momento atual, no ranking de menor renda per capita entre as 22 regiões dos COREDEs - Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Tal situação se deve, fundamentalmente, ao descaso dos governos estaduais e federais para com a região, que nestas últimas décadas nunca a incluíram em qualquer programa oficial de desenvolvimento com bases sustentáveis (GIRARDI, 2001 p. 76).

Nos anos de 1995 e 1996, ocasião do senso agropecuário, a região possuía um total de 26.072 estabelecimentos agropecuários, e hoje a realidade não se distancia disto, 9.928 estabelecimentos a menos em relação ao senso de 1985, ou seja, 27,6% a menos, o que evidencia o êxodo rural presente na época e a incorporação de propriedades por outros agricultores que vão adquirindo áreas e incorporando-as as já existentes, criando-se pequenas glebas de médios ou grandes produtores dentro de uma região de minifúndio. Outra situação

também evidenciada é a aquisição de sítios por moradores da cidade, que são transformados em áreas de lazer ou exploração de outras atividades rurais fora da agropecuária. Por outro lado, 31,6% dos estabelecimentos encontravam-se em apenas cinco municípios, dos trinta pertencentes ao CODEMAU, o que evidencia certa concentração de estabelecimentos rurais em alguns municípios favoráveis às situações anteriormente descritas, e que possuem uma agricultura empresarial baseada na produção de grãos e de uso mecanizado.

Estes estabelecimentos representavam uma área total de 430.002 hectares, sendo que somente dez municípios ocupavam uma área de 243.541 hectares, o que representa 56,6% do total, evidenciado assim uma forte concentração de terra dentro da própria região.

O que mais chama a atenção é que dos estabelecimentos agropecuários, 46,7% tinham áreas com menos de 10 hectares, e o sistema de exploração agrícola baseado na produção de grãos, o que não é racional para o tipo de solo, topografia e estrutura fundiária, influenciados possivelmente, pelas grandes propriedades existentes em sua vizinhança e, também, pela influência da "revolução verde".

Acredito que a escola de Ensino Fundamental rural nunca tenha se preocupado com esta situação, não por culpa dela, mas de um sistema que não visualizava tal questão. Estas situações devem ser visualizadas e questionadas pelo sistema de ensino, mas para isso seu corpo docente e o projeto pedagógico devem estar voltados à realidade do meio rural, o que não acontece na região, além do interesse de pequenos grupos de docentes.

### **1.3.2 Pessoas ocupadas no meio rural**

No senso agropecuário de 1995 e 1996, a região possuía um total 87.783 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários sendo que 31,2% desse total encontravam-se em apenas cinco municípios. Em termos gerais, a grande maioria dos municípios ocupava um pouco mais de três pessoas por estabelecimentos. Da área ocupada com agropecuária, em média havia uma pessoa para cada 3,7 hectares, isso nos dá uma dimensão do potencial de geração de emprego que a agricultura familiar é capaz. A agricultura familiar deve ter políticas específicas para continuar sendo uma fonte geradora de empregos. A educação tem um papel importante, fundamental e decisivo, necessitamos adequá-la, e isso é possível. Do total da



mão-de-obra, 93,9% era não remunerada, o que nos leva a concluir que é mão-de-obra familiar, 3,05%, empregados temporários e 1,6%, empregados permanentes.

A esta mão-de-obra familiar soma-se o agravante de não ser qualificada para a área rural, apesar da região contar com sistema de extensão rural oficial em todos os seus municípios, porém insuficiente em termos de efetivo. A qualificação da mão-de-obra juvenil habilitará parte das unidades produtivas para o seu desenvolvimento, o que poderia ser feito pela escola rural, o que não acontece.

### **1.3.3 Atividades econômicas das unidades produtivas<sup>3</sup>**

Quanto às atividades econômicas, 65,3% dos estabelecimentos agropecuários realizavam lavouras temporárias e apenas 0,26% praticavam horticultura comercial. Hoje, com certeza, esse número deve ser bem maior, não havendo ainda dados mais recentes. Apenas 1,8% dos estabelecimentos, tinha, em lavouras permanentes, atividades econômicas, numa visão clara de opção por uma matriz produtiva baseada em culturas anuais, predominantemente a produção de grãos. Do total dos estabelecimentos agropecuários, apenas 5% utilizavam a pecuária como atividade econômica, número que deve ter aumentado nos últimos anos com o aumento das atividades leiteira. Um total de 26,6% dos estabelecimentos agropecuários utilizava a lavoura e a pecuária como atividade econômica e a silvicultura representava apenas 0,41% dos estabelecimentos. O que se observa nessa região é uma matriz produtiva não convincente com a estrutura fundiária e topografia, havendo a necessidade de um estudo mais detalhado das potencialidades e a criação de projetos de forma conjunta entre os municípios.

Quanto às atividades econômicas, 65,3% dos estabelecimentos agropecuários realizavam lavouras temporárias e apenas 0,26% praticavam horticultura comercial. Hoje, com certeza, esse número deve ser bem maior, não havendo ainda dados mais recentes. Apenas 1,8% dos estabelecimentos, tinha, em lavouras permanentes, atividades econômicas, numa visão clara de opção por uma matriz produtiva baseada em culturas anuais, predominantemente a produção de grãos. Do total dos estabelecimentos agropecuários, apenas 5% utilizavam a pecuária como atividade econômica, número que deve ter aumentado nos últimos anos com o aumento das atividades leiteira.

---

<sup>3</sup> Unidades produtivas é a propriedade rural com todo seu sistema de produção.

### **1.3.4 Assistência técnica**

A assistência técnica nos municípios da região é feita, na grande maioria, pelo sistema oficial de extensão rural do governo do estado, ASCAR/EMATER, pelas prefeituras municipais, cooperativas e assistência privada, neste caso, para agricultura de maior porte. Segundo dados do IBGE (1996) o uso da assistência técnica ocorria em 9.235 estabelecimentos agropecuários da região, correspondendo a apenas 35,4% do total dos estabelecimentos, o que caracteriza uma certa incoerência na medida em que a grande maioria utiliza insumos agrícolas. Convém salientar que existe um pequeno número de profissionais da área agrícola em relação ao número de famílias rurais, sendo que em alguns municípios existe apenas um profissional para mais de 500 famílias. Como vimos, os trinta municípios que compõem o CODEMAU possuem 26.072 estabelecimentos agropecuários, o que demanda uma quantidade considerável de profissionais. Isto nos mostra que, parte deste problema poderia ser solucionado com um sistema de educação onde as escolas do meio rural, possuísem currículos e profissionais ligados ao rural, atingindo uma abrangência de 100% dos futuros agricultores, pois não existe filho de agricultor em idade escolar fora da sala de aula, pois todos os municípios da região possuem um eficiente sistema de escolas e de transporte escolar, resta somente encarar o Ensino Fundamental como uma real potencialidade, participar do auxílio a soluções de problemas do setor primário, pois não se visualizam, no sistema organizativo da região, tendências de aumento de oferta de serviços de formação e qualificação da família rural principalmente através das cooperativas e extensão rural do estado.

### **1.3.5 Situação educacional**

A falta de conscientização do meio educacional sobre a educação de filhos de agricultores, através de uma educação diferenciada, voltada ao meio rural, no meu entender, é muito grande. Nas redes de ensino municipal e estadual da região é grande o número de escolas de Ensino Fundamental completo no meio rural (56,15% da população da região do CODEMAU vive no meio rural), segundo dados do IBGE. Esta porcentagem aumenta consideravelmente se levarmos em consideração que o rural<sup>4</sup> é além do que classifica o IBGE. Num elevado

---

<sup>4</sup> VEIGA, J.E. Palestra ao grupo de mestrados, Brasília, abril de 2002.

número de pequenos municípios brasileiros, como os da região de investigação, com baixa população, onde muitos moram na cidade (urbano), trabalham e sobrevivem do rural, são considerados como população urbana.

Fica evidenciado que existe uma grande insatisfação com o ensino fundamental da região, de modo geral, manifestando-se nos encontros e debates de diferentes setores e lideranças regionais, clamando por uma educação emancipadora. O que me traz a compreensão saber que, apesar da consciência da sociedade e por que não dizer, da comunidade acadêmica, nossas escolas do meio rural continuam sendo desvalorizadas quando o quesito avaliado é a melhoria da educação por elas praticadas, entendendo-se como de qualidade uma educação libertadora da obrigação de seguir currículos pré-definidos por equipes de educadores sem a visão da realidade da comunidade escolar, suas reais necessidades, suas carências, seus desejos, sua capacidade latente de produzir mais, ser menos dependentes de situações externas para sua sobrevivência e despertar para o grande potencial de viver com qualidade de vida no meio rural através de uma educação de qualidade, que inicia no Ensino Fundamental, para fazer frente à grande necessidade de formação para o desenvolvimento rural do grande número de estabelecimentos existentes.

Um dos clamores mais constante que tem estado presente nas agendas de debates de diferentes segmentos da sociedade, fica evidente a generalizada insatisfação com a educação da escola pública fundamental. Para além de fazer coro a este exército de vozes, cabe, não apenas ver generosa na denúncia, mas na explicitação das possibilidades emancipatórias que a oferta de uma educação de qualidade pode ensejar, além de mencionar esforços que a região tem empreendido nesta busca (SUDBRACK, 2001 p. 82).

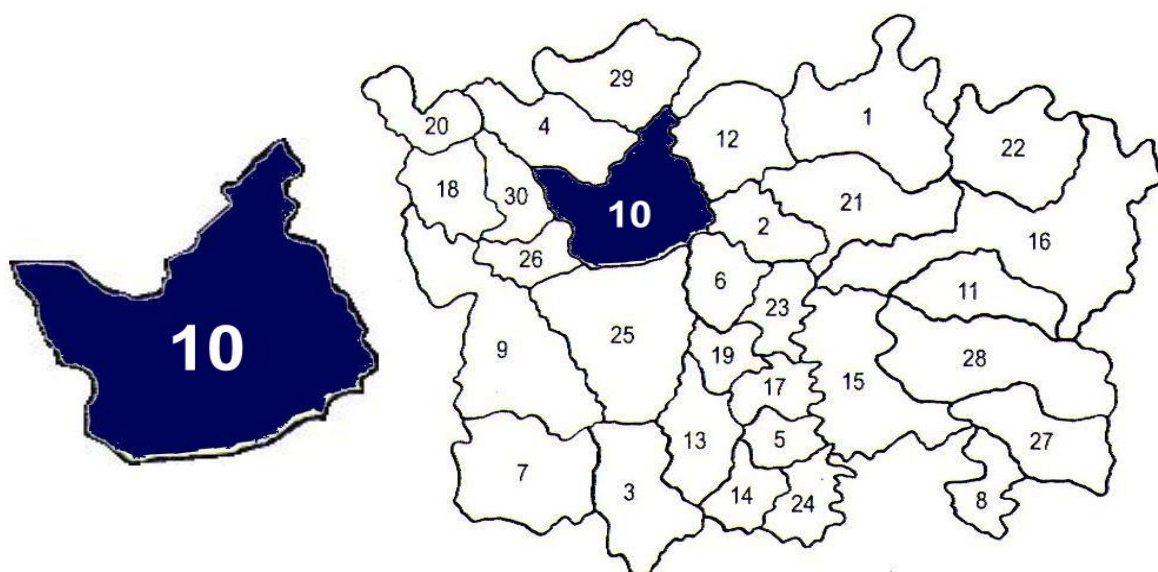
Todos os municípios dessa região contam com Ensino Fundamental completo, num total de 39.331 matrículas em 1999 (ZERO HORA, 14/08/2000), na grande maioria ministrado em escolas do meio rural para filhos de agricultores, mantido pelo poder público, municipal ou estadual. Alguns municípios, pelo número reduzido de população, preferem transportar seus alunos à cidade para completar os três últimos anos do fundamental, o que é altamente prejudicial ao ensino rural e às próprias famílias, pois desvincula completamente com o ambiente familiar do meio rural.

---

### 1.3.6 O município de Frederico Westphalen

#### 1.3.6.1 Localização do município

MAPA 2 - MAPA DO CODEMAU DESTACANDO O MUNICÍPIO DE FREDERICO WESPHALEN (N.º 10)



O município de Frederico Westphalen, onde se desenvolve uma parte da investigação, fica localizado no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul (figura 2), a 450 Km de Porto Alegre, e está a 566 metros de altitude, 27°21'25" Sul de latitude e 53°22'27" de longitude, com área territorial de 264 Km<sup>2</sup>. Segundo senso IBGE (1996), possui uma população total de 26.759 habitantes, sendo 20.433 residentes no meio urbano, representando 76,34% da população e 6.326 habitantes residentes no meio rural, o que representa 23,66% do total da população, distribuídos em 1.783 domicílios, com área média de 15,8 hectares por estabelecimento. A renda *per capita* do município é de R\$ 4.879,00, próxima a média regional. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é o mais alto da região, embora com pouca diferença em relação aos demais, perfazendo um total de 0,834 numa escala que vai de 0 a 1,0. O Índice Social Municipal Aplicado - ISMA, que mede as condições sociais também é o mais alto da região, porém fica muito aquém do desejado, com um total de 0,53 numa escala que vai de 0 a 1,0. Observa-se em visitas *in loco*, que o município conta com verdadeiras favelas, em determinados pontos do meio rural.

### *1.3.6.2 Principais atividades agropecuárias*

Com uma área média de 15,8 hectares por propriedade, o racional é agregar valores aos produtos agropecuários, procurando fazer a cadeia completa da cultura ou criação, a nível de propriedade e adequar a matriz produtiva, que hoje está baseada na produção de grãos, com baixo valor comercial se não transformado.

As principais atividades agropecuárias do município são<sup>5</sup>:

Pecuária:

- bovinocultura com rebanho efetivo de 19.840 cabeças;
- suinocultura com rebanho efetivo de 21.810 cabeças,

Lavoura permanente:

- uva com área cultivada de 45 hectares;
- laranja com uma área cultivada de 82 hectares;
- tangerina uma área cultivada de 38 hectares;

Lavouras temporárias:

- cana-de-açúcar não forrageira com área de 502 hectares;
- feijão com área cultivada de 3.000 hectares;

- fumo com área cultivada de 560 hectares;
- milho com área cultivada de 8.000 hectares;
- soja com área cultivada de 7.500 hectares;
- trigo com área cultivada de 1.000 hectares.

Praticamente todas as famílias do município praticam também a agricultura de subsistência, sendo que algumas delas só fazem a subsistência.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do RS, no ano de 2001, a agricultura possuía o maior Valor Adicional Bruto (VAB), índice que mede a participação de cada setor na receita dos municípios, com um total de R\$ 39.721.533,00, o que demonstra a ruralidade do município e a necessidade de investir no setor, começando pela educação.

#### *1.3.6.3 Situação educacional*

O Ensino Fundamental do município de Frederico Westphalen<sup>6</sup> conta com um total de 4.785 matrículas, sendo 3.179 na escola da rede pública estadual, 1.311 matrículas na escola da rede pública municipal e 295 matrículas na escola da rede particular. Cabe salientar que, por ser um município pólo, congrega estudantes de outros municípios próximos.

O município conta com 08 escolas de Ensino Fundamental completo no meio rural, sendo 04 mantidas pela prefeitura municipal e 04 pelo estado, além de várias de fundamental incompleto da rede municipal. A grande maioria dos alunos do meio rural freqüenta escolas rurais, porém existe uma parcela considerável que freqüenta escolas no meio urbano por ser esse de mais fácil acesso. O Ensino Médio é realizado todo ele no meio urbano.

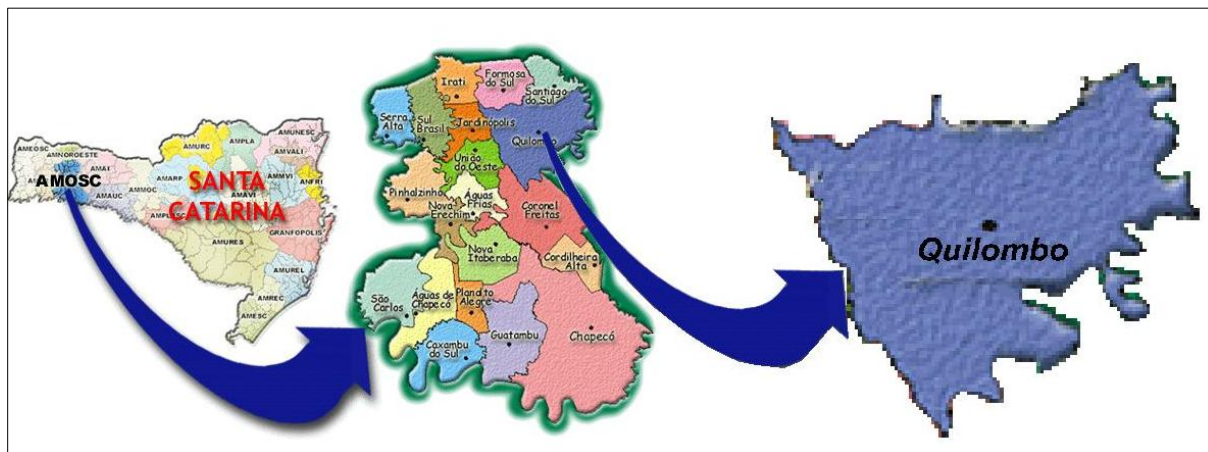
---

<sup>5</sup> IBGE senso 2000.

### 1.3.7 O Município de Quilombo - SC

#### 1.3.7.1 Localização do município

MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO



O município de Quilombo está localizado na zona fisiográfica do Oeste de Santa Catarina na região sul do Brasil, dentro da organização dos municípios denominada de AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, a uma latitude de 26° 43' 34" -S- e uma longitude de 52° 43' 14" W de Greenwich, com área territorial de 283,7 Km<sup>2</sup>, a uma distância 450 quilômetros da capital Florianópolis. Possui uma população de 10.736 habitantes, sendo 4.697 residentes no meio urbano (43,75%) e 6.039 residentes no meio rural (56,25%), distribuídos em 1.635 domicílios.

#### 1.3.7.2 Principais atividades agropecuárias

O município de Quilombo é bastante semelhante ao de Frederico Westphalen, quanto às atividades primárias que pratica diferenciando-se apenas pelo maior número de suínos criados em função do grande complexo agro-industrial de suínos na região.

As principais atividades econômicas do município são<sup>7</sup>:

Pecuária:

<sup>6</sup> Dados da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do RS.

- bovinocultura com rebanho efetivo de 17.000 cabeças;
- suinocultura com rebanho efetivo de 44.650 cabeças;

Culturas permanentes:

- uva com área cultivada de 20 hectares;
- laranja com área cultivada de 183 hectares.

Culturas temporárias:

- cana-de-açúcar com área cultivada de 130 hectares;
- feijão com área cultivada de 3.300 hectares;
- fumo com área cultivada de 101 hectares;
- milho com área cultivada de 13.000 hectares;
- soja com área cultivada de 400 hectares;
- trigo com área de 150 hectares

---

<sup>7</sup> IBGE Senso 2000.



### *1.3.7.3. Situação educacional*

O Ensino Fundamental do município de Quilombo<sup>8</sup> conta com um total de 2.157 matrículas, sendo 1.103 matrículas na escola da rede pública estadual, 995 matrículas na escola da rede pública municipal e 59 matrículas na escola da rede pública particular.

O Oeste de Santa Catarina possui um número elevado de Casas Familiares Rurais, que trabalham com a Pedagogia da Alternância, entre elas a Casa Familiar Rural Santo Agostinho, objeto da pesquisa, que foi assim definida por (SILVA, 2000):

No universo da Casa Familiar Rural de Quilombo, por sua vez, identificamos uma outra modalidade de alternância que se caracteriza pela associação, na sucessão das seqüências de formação, do ensino teórico ministrado na escola a um complemento prático realizado na família. É um modelo que, ao estabelecer laços de complementaridade entre as atividades de formação realizadas no meio escolar e no meio familiar, condiciona um tipo de alternância em que a teoria e prática, escola e família, apesar de não serem totalmente integradas, encontram-se mais próximas uma da outra (SILVA, 2000, p.266).

### **1.3.8. Conclusão**

Analisando as duas regiões onde estão localizados os municípios em estudo, Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul e Quilombo em Santa Catarina, observa-se uma grande semelhança entre as mesmas nos aspectos sócio-cultural, etnia, economia, estrutura fundiária das unidades produtivas do meio rural e sistema educacional. As principais diferenças estão no número de habitantes, onde Frederico Westphalen é maior e, neste município, existe uma universidade regional. Os municípios próximos aos dois pesquisados, geograficamente formam uma microregião que também possuem características semelhantes aos municípios analisados, isto significa que as conclusões do trabalho podem ser estendidas além dos municípios analisados, dando assim um caráter regional à pesquisa, onde os resultados poderão ser socializados pelos mesmos.

---

<sup>8</sup> Dados da Secretaria Estadual de Educação e Cultura de SC.

Houve dificuldades na obtenção de dados microregionais da região de Quilombo, em função da organização política do estado catarinense ser diferente do Rio Grande do Sul, porém, a nível municipal foram analisadas as mesmas variáveis.

Observa-se um desestímulo ao setor primário, agricultura e pecuária, por parte das famílias pesquisadas, principalmente na região pesquisada de Frederico Westphalen e uma preocupação com o setor educacional do meio rural dessas regiões, porém com poucas ações no sentido de uma educação diferenciada, que atenda as necessidades das famílias camponesas, a não ser as duas iniciativas isoladas de escolas por alternância para jovens rurais nos dois municípios.

## **2 DESENVOLVIMENTO RURAL**

### **2.1 Introdução**

Este capítulo fará uma abordagem sobre a conceituação do desenvolvimento rural, numa visão mais ampla, não somente vendo o rural como o agropecuário, que é tradicional nas regiões em estudo, mas das diferentes formas de desenvolvimento fora do agropecuário. Também fará uma abordagem sobre os vários momentos do desenvolvimento rural vivido no Brasil, numa visão temporal, as expressões usadas para o desenvolvimento rural no Brasil e seus limites.

O trabalho faz referências ao desenvolvimento endôgeno, relacionado com o sistema de educação adotado pelas regiões numa visão que desenvolvimento é um conjunto de medidas para solucionar problemas da região e que a educação tem um papel importante no conjunto das práticas desenvolvimentistas.

### **2.2 O conceito de rural**

O conceito de rural e urbano passa a ser polêmico a partir das interpretações de José Eli da Veiga<sup>9</sup>. A definição de "cidade" no Brasil é obra do Estado Novo, através do Decreto-Lei 311, datado de 1938, o qual transforma todas as sedes de municípios, independentes de suas estruturas físicas, podendo estar localizadas no meio do campo, em "cidades". Até então não havia no Brasil um dispositivo que estabelecesse diferença entre vila e cidade.

A grande maioria dos municípios brasileiros tem as características de suas sedes municipais, exercerem irrisória pressão do homem sobre o ecossistema artificializado, às vezes quase intacto.

---

<sup>9</sup> Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, organismo internacional ligado ao desenvolvimento econômico, leva em consideração para uma localidade ser urbana, a existência de uma população acima de 150 habitantes por km<sup>2</sup>. Dos municípios brasileiros, 70% tem densidades demográficas inferior a 40 hab/km<sup>2</sup>. Baseado no conceito da OCDE, apenas 411 municípios dos 5.507 existentes no Brasil, seriam considerados urbanos.

O mínimo que se pode dizer a respeito da metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização do Brasil é que ele é anacrônico e obsoleto. E a avaliação das abordagens de delimitação urbana no resto do mundo só confirma que o uso desse indicador deveria exigir extrema cautela. (VEIGA, 2002, p. 66).

Como vimos, o conceito de rural vai muito além do que tradicionalmente se pensa, ou seja, muito urbano em nosso conceito, pode ser considerado como rural, mas para fins de análise do objeto a ser investigado, *contribuição da escola de Ensino Fundamental do meio rural no desenvolvimento do mesmo*, vou considerar como êxodo rural a saída do homem do campo e com atividades profissionais não ligadas ao rural.

### 2.3 O desenvolvimento rural

O ser humano é, por natureza, um ser em busca do desenvolvimento. Todos queremos algo melhor para a nossa família. Quem tem pouco, se satisfaz com outro pouco desde que atenda às suas necessidades básicas mínimas para sobrevivência, e quando passa de um estágio para o outro, pensa estar em sintonia com o desenvolvimento. Por outro lado, quem possui bastante sai em busca de algo maior para atender a suas necessidades. O mínimo de quem tem bastante, muitas vezes, é maior que o máximo de quem tem pouco. Algo maior de quem tem bastante é para atender as necessidades de consumo de sua família, da vaidade pessoal, da poupança, do conforto e do supérfluo de consumo. Podemos dizer que, voluntariamente ou involuntariamente, o ser humano está em busca do desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento pode ser visto de diversas maneiras entre camadas sociais diferentes, principalmente pela classe política, detentora do poder, que vê o aumento do Produto Interno Bruto como um, ou porque não dizer, o principal fator de medição do desenvolvimento nacional. "Desenvolvimento é talvez, um dos conceitos que mais sofre manipulação" (SILVA, 1996, p.16).

Políticas públicas são formuladas em cima deste índice como sendo o único fator existente para medir o grau de desenvolvimento de um grupo de pessoas localizado dentro de um determinado espaço geográfico que podemos definir como região, estado ou país. O que nos inquieta é saber que ainda existe miséria e fome quando é anunciado aumento no crescimento econômico do país ou de um território.

Onde está o desenvolvimento rural de uma região, médio Alto Uruguai, norte do RS, quando continua crescendo o índice de êxodo rural, que existe escola para todos os cidadãos e que, a própria escola induz, através de sua política educacional, a não mais voltar à atividade rural através da continuidade dos estudos, que remetem a outros setores da economia, numa suposta melhoria na qualidade de vida, não vendo no rural perspectiva de crescimento econômico e desenvolvimento humano?

No desenvolvimento rural devem estar inseridos componentes de educação voltados para o meio, com uma visão global do mundo, de acesso aos meios da informação e da produção, de saúde e lazer. Desenvolvimento rural é proporcionar ao homem do campo todas essas condições, todos esses componentes que lhes permitam uma longevidade natural, com qualidade de vida, sócio, econômica e culturalmente.

Este conceito de desenvolvimento rural não está completo se não acrescentar o sustentável. A sustentabilidade, para garantir sua eficiência, passa necessariamente por adoções de políticas públicas, tendo o Estado o papel fundamental de regular e assegurar a empresa privada o acesso aos meios de produção e crescimento sem que haja a habitual agressão ao meio ambiente e assegure ao trabalhador o direito desse desenvolvimento através de sua inclusão no mercado de trabalho. Neste contexto, a globalização, que tem no seu bojo somente o crescimento econômico deve ser revista de modo a torná-la também globalizada envolvendo os outros componentes do desenvolvimento sustentável, não só o capital, mas também o trabalho e o meio ambiente, isso deve acontecer, necessariamente, através da adoção de políticas públicas internacionais.

O agir local passa por políticas públicas municipais e estaduais tendo estas, papel fundamental na mobilização e fiscalização de ações de caráter que promovam o crescimento econômico, a

melhoria da qualidade de vida de sua população e a garantia da continuidade desses fatores no tempo através da preservação e da melhoria do físico. O desenvolvimento rural sustentável é reforçado pelo caráter político do planejamento e, neste sentido, a escola, junto com a família, tem um papel muito importante, fundamental e, porque não dizer, vital na promoção do desenvolvimento sustentável. A escola, de maneira específica no meio rural da região, objeto deste estudo, está presente de forma atuante quanto ao acesso da população bem como nas condições oferecidas para o educando chegar ao Ensino Médio.

O desenvolvimento passa, necessariamente, pelo processo educativo, de formação das pessoas para o mundo do trabalho, melhorando e aperfeiçoando o processo produtivo que leva ao aumento dos meios de produção gerando produtos e renda que leva à melhoria da qualidade de vida no meio rural. O desenvolvimento passa também pelo processo de construção da cidadania, do indivíduo, da família, consciente de seus direitos e deveres. Neste aspecto, o envolvimento da família no processo educativo é necessário para a formação do educando dentro do contexto da teoria tripolar (PINEAU, 2002) que tem nos outros, vertente social, um dos pilares da formação humana, sendo a família um dos componentes dessa vertente. Envolvê-la é um dos paradigmas da educação nacional que deve ser rompido, e a Pedagogia da Alternância adotada no Brasil pelos CEFFAs, proporciona estas condições de modo eficiente.

Se o desenvolvimento rural sustentável, como defende Polon Lacki<sup>10</sup>, está nas mãos das próprias famílias rurais através do uso correto dos meios de produção existente, mão-de-obra, capital e trabalho, e que estes meios estão em poder das famílias rurais em estado latente, o ensino básico rural deve passar por reformas estruturais e curriculares para que possa ocorrer formação para o desenvolvimento dos meios de produção. Baseado na teoria tripolar da formação de Gaston Pineau, pessoas, coisas e outros, podemos dizer que a vertente social deve emergir da comunidade, das famílias, lideranças, Conselhos de Desenvolvimento Rural e outros órgãos ligados com o trabalho no meio rural, a definição, junto com a escola e comunidade escolar, quais os conteúdos e currículos necessários para as crianças e jovens agricultores, para que haja formação que lhes permita desenvolver o meio rural segundo o seu conceito.

---

<sup>10</sup> LAKI, Polan, Buscando soluções para a crise do agro.

Na vertente pessoal, autoformação, a educação deve acontecer nas pessoas. O educando é sujeito de sua formação. O professor não deve ser o dono da verdade. Nas escolas do meio rural deve-se respeitar a cultura das famílias rurais, seus costumes, seu jeito de ser. Currículos de cima para baixo, muitas vezes, ferem esta realidade e levam o educando a evadir precocemente da escola ou então, segue os ensinamentos da escola e passa a viver outra realidade distinta e distante do meio rural, o que o faz abandonar esse meio e adotar posturas e ações do meio urbano, acabando por acontecer, mais cedo ou mais tarde, o êxodo rural.

Sem a vertente ecológica, formação através das coisas fica rompida a teoria da tripolaridade. Se um dos componentes da formação é o meio, as coisas, se as famílias têm seu projeto de vida profissional o rural e, segundo o projeto político pedagógico de uma escola clássica em análise, "algumas famílias buscam melhorias através de projetos alternativos como da agricultura familiar" é fundamental que essa vertente seja fortificada para que haja formação para desenvolvimento dos projetos profissionais das famílias. Portanto, para que haja formação, a escola tem que interagir com o meio, neste caso, o meio rural. Como poderá haver formação para desenvolvimento do meio rural se as escolas não interagem com esse meio? Onde fica a teoria da tripolaridade? Não havendo interação com o meio poderá haver educação, mas não formação para desenvolvimento do meio rural.

Da mesma forma, para uma boa compreensão do tema proposto a ser pesquisado devemos entender a definição de desenvolvimento. Desenvolvimento não é crescimento econômico como era medido no Brasil e muitos outros países através do PIB (Produto Interno Bruto). Para aperfeiçoar a medida do desenvolvimento, um egípciano cria o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que coloca outras variáveis além do PIB, como a saúde, medida pela longevidade, ou seja, pela esperança de vida ao nascer, e pela educação através da combinação entre as taxas de alfabetização e de matrículas nos três níveis de ensino, para medir o desenvolvimento, o que é um bom indicador para contrapor o PIB como único instrumento de desenvolvimento, mas ainda não é índice ideal e desejado, pois discrimina variáveis, como meio ambiente.

Segundo o IDH, para que haja desenvolvimento é necessário que a população goze de boa saúde para aumentar a esperança de vida ao nascer, o que é proporcionado por variáveis

indispensáveis, como possuir um bom sistema de saneamento básico, destino correto das águas servidas, dos dejetos humanos e animais, das águas que abastecem as residências e os animais, as condições de trabalho da família rural, livres da insalubridade e de outros riscos que oferece a profissão como no caso de manuseio e aplicação de produtos químicos na agropecuária que expõe o homem a condições favoráveis de doenças físicas e psicológicas e por um bom sistema alimentar e nutricional.

Da mesma forma, não é conceptível o desenvolvimento rural sem acesso das famílias às informações e conhecimentos do mundo. A instrução, uma das variáveis do IDH, medida por uma combinação entre as taxas de alfabetização e de matrícula nos três níveis de ensino, pouco adianta se não for adequada às atividades do rural. O desenvolvimento do meio rural está estritamente ligado ao grau de informação e conhecimento das famílias sobre suas atividades de produção e comercialização dos produtos e serviços agropecuários. Apesar do envolvimento de órgãos governamentais como a extensão rural e prefeituras municipais, e de organizações de produtores como associações, cooperativas e sindicatos, é muito baixo o índice de assistência técnica, pois, somente 34,5% dos produtores rurais<sup>11</sup> da região do CODEMAU tinham acesso a esse serviço. A informação e o conhecimento têm que chegar a todas as famílias rurais e a escola de Ensino Fundamental é o veículo que pode proporcionar esta educação, pois está presente em todo o meio rural da região e é insignificante o número de jovens com idade até 14 anos que estão fora da sala de aula no Rio Grande do Sul.

Torna-se uma incoerência falarmos em desenvolvimento rural onde, para obtenção de alimentos e acúmulos econômicos, degradamos o meio ambiente através de resíduos industriais, uso exagerado e sem preocupação da química agrícola, principalmente os pesticidas, devastação da vegetação, degradação do solo através da erosão e do uso irracional bem como outras tantas formas de poluição ambiental. Enquanto estas ações humanas ainda continuam acontecendo, e não são computáveis no IDH, pode-se afirmar que o mesmo não está completo como fator de cálculo de desenvolvimento humano, e este deixa a desejar no meio rural.

---

<sup>11</sup> Perfil do Setor Agropecuário do CODEMAU, Frederico Westphalen: EDIURI, 1999.



Podemos dizer que desenvolvimento é muito difícil de definir, mas fácil de reconhecer. A definição de desenvolvimento está mais próxima da noção de direitos humanos do que de uma questão econômica.

### **2.3.1 Momentos do desenvolvimento rural**

A expressão desenvolvimento começou a ganhar força, popularidade, motivo de interesse de intelectuais, políticos, de grupos sociais interessados em mudanças e orientando programas governamentais, nos últimos 50 anos e está dividido em dois grandes momentos.

O primeiro momento, datado dos primeiros anos após a Guerra Mundial, década de 50 até meados dos anos 70. O crescimento econômico na época fez surgir a possibilidade de desenvolvimento, com iniciativas diversas em vários setores da sociedade. O desenvolvimento rural surge como um dos impulsionadores de políticas governamentais e interesse de debate da sociedade. Na época, o país mantinha um significativo número de habitantes e trabalhadores no meio rural. Foi o período da chamada "revolução verde", sendo a agricultura dominada por pacotes tecnológicos de grupos interessados que, se foi bom para a agricultura empresarial, não foi para a grande maioria dos agricultores do país, que são os detentores dos minifúndios e os responsáveis pela maior produção de alimentos do país e para o meio ambiente brasileiro e planetário ao despejar centenas de toneladas de produtos químicos na natureza, além da devastação florestal para dar espaço às grandes empresas do setor primário. Embalado pela onda da "revolução verde", o Ensino Fundamental brasileiro, principalmente o de escolas instaladas no meio rural e o Ensino Técnico de nível médio e superior, seguiram esses padrões, pois não estavam capacitados para contrapor o bombardeio de grupos interessados em vender seus produtos e serviços. "A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldado pelo espírito da época, com o impacto modernizante" (DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO RURAL, set/dez 2001, p. 84).

Este período foi fortemente marcado pela concepção de "desenvolvimento rural" associado ao aumento da produção agropecuária. Na década de 80, sob o domínio do neoliberalismo, esta fase de desenvolvimento econômico é freada, limitando o papel do estado na condução de políticas governamentalistas.

O segundo momento em que o tema ressurgiu é datado de meados da década de 90 e caracteriza-se mais por uma percepção de impossibilidade de desenvolvimento que motivou inquietudes sociais e políticas que reavivaram o debate e, neste contexto, o tema desenvolvimento rural reapareceu. O Protocolo de Kioto, criado em função de problemas ambientais no mundo é uma das marcas que justifica essa afirmação.

### 2.3.2 Expressões do desenvolvimento rural

Quando falamos em desenvolvimento rural, uma grande interrogação nos vem à mente. O que é desenvolvimento rural? A ausência de debates políticos e acadêmicos, sobre o assunto, contribuiu para o atual estado de dúvidas sobre o assunto. A falta de análise de políticas públicas para o mundo rural no Brasil levou a um conjunto de expressões, apesar de seus distintos significados (NAVARRO, 2001).

A primeira expressão surgida é *desenvolvimento agrícola*, tendo por base unicamente a questão da atividade agrícola e pecuária no que diz respeito exclusivamente ao aumento da produção. Questões sociais, políticas e ambientais não eram consideradas, evidenciando assim o pouco interesse da agricultura no conceito de desenvolvimento, fato marcante até nos tempos atuais.

...desenvolvimento rural, nos anos 70, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento de produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores (DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO RURAL, set/dez 2001, p. 88).

A segunda expressão pode-se dizer bem mais ambiciosa que a primeira, é *desenvolvimento agrário*, englobando o mundo rural, suas relações com a sociedade no sentido global, ao longo de um determinado período de tempo. Com certeza, uma expressão com dimensões bem maiores, que reflete com mais autenticidade o mundo rural, tendo na produção agrícola apenas uma faceta dos debates das grandes questões agrícolas, concentrando-se a análise do desenvolvimento rural nas instituições, nas políticas, nas condições de acesso a terra, nos movimentos sociais de reivindicações, nas relações de trabalho e no mercado como aspectos relevantes do desenvolvimento rural. Portanto, difere da primeira por colocar ingredientes sociais além de produção na conceituação do desenvolvimento.

A terceira expressão do desenvolvimento, mais precisa que as anteriores, tenta incluir ações articuladas que induz mudanças em ambientes rurais, é o *desenvolvimento rural*. Nesta fase, o Estado sempre esteve presente, à frente das propostas de desenvolvimento rural, com estratégias, metas, metodologias de implantação e lógicas operacionais. A expressão "desenvolvimento rural" também tem variado ao longo do tempo, mas em nenhum momento deixou de considerar ingredientes de bem-estar das populações rurais como princípios de desenvolvimento, surgindo diferenças apenas nas estratégias, na hierarquização dos processos e nas ênfases metodológicas.

Nesta fase, portanto, desenvolvimento rural tem como característica ações do Estado objetivando o aumento da produção como um dos fatores para melhorar as condições de vida e bem-estar da população rural. A produção é um meio, e não um fim no desenvolvimento rural.

A quarta expressão do desenvolvimento vem acrescida de um ingrediente vital, a sustentabilidade. Em meados dos anos 80, *desenvolvimento rural sustentável*, passou a ter forte conotação junto à sociedade nacional, caracterizando-se por noções de equidade social e organização de famílias rurais mais pobres. Apesar desses indicativos sociais serem visíveis nesta fase, a expressão "sustentabilidade" está mais próxima da questão ambiental do que qualquer outra em consequência dos impactos sociais ocasionados pelo processo civilizatório após a Segunda Guerra.

Por fim, a última expressão utilizada por Navarro (2001) é o *desenvolvimento local*. Expressão recente, originária principalmente de ONGs, que tem suas atuações num raio mais restrito de atuação e do processo de descentralização incurso em muitos continentes, entre os quais a América Latina e, em especial, o Brasil. A responsabilidade, anteriormente centrada no Estado é transferida, no caso brasileiro, aos municípios, valorizando o desenvolvimento local. As dimensões sociais da agricultura familiar brasileira, presente neste período, muito têm contribuído para reivindicar novos padrões de desenvolvimento baseado no local. O desenvolvimento local no Brasil esbarra na noção falsa de que os "atores locais" estão preparados para o desenvolvimento de ações, enquanto não passa simplesmente de conhecimentos empíricos. Neste contexto, sendo a noção de desenvolvimento local baseada

principalmente na agricultura familiar e sendo esta, característica de minifúndios, não teve, durante as fases anteriores do "desenvolvimento", atenção necessária e suficiente da pesquisa oficial para o seu desenvolvimento, centrando ações na agricultura empresarial de exportação. Outro fator limitante do desenvolvimento local é a fraca tradição de iniciativas baseadas no associativismo.

"Desenvolvimento rural é também campo de produção de conhecimento e sujeito a arquiteturas analíticas inspirada por tradições teóricas diversas e, muitas vezes, divergentes entre si" (DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO RURAL, set/dez 2001, p. 90). Levando esta citação para o campo de projeto de investigação, convém interrogar também se o campo de produção de conhecimento das escolas de ensino fundamental do meio rural está voltada para a produção do conhecimento com fins de desenvolvimento do rural. É fundamental e imprescindível que a escola rural tenha esta conotação, sob pena de não participar do processo de desenvolvimento rural, principalmente no que se refere ao desenvolvimento local.

### **2.3.3 Limites do desenvolvimento rural no Brasil**

Embora nas últimas décadas tenham sido criadas condições favoráveis para a materialização do desenvolvimento rural, alguns limites têm se imposto dificultando este crescimento. Uma nova ordem internacional, abertura comercial e acirramento concorrencial, a chamada globalização, é um desses limites que há muito tempo vem prejudicando o desenvolvimento interno, devido principalmente à falta de competitividade dos produtos brasileiros, principalmente no que tange à agricultura familiar. Isso evidencia também a necessidade de mais estudos voltados a este segmento da agricultura e formação dos agricultores podendo a escola de Ensino Fundamental Rural ser importante nesta visão.

Outro limite imposto é a grande heterogeneidade de atividades rurais, onde certas regiões obtiveram desenvolvimento econômico e dinamismo tecnológico, enquanto outras permaneceram no obscurantismo tecnológico e, conseqüentemente, não houve crescimento econômico, o que hoje se traduz num rural mais rico e um mais pobre. Com isso, a necessidade de políticas e estratégias diferenciadas que contemplem as suas distintas realidades, sócio-econômico-cultural e edáfico-climáticas diferentes. Para um pequeno comparativo, por exemplo, na região Norte há a necessidade de uma política de reforma agrária sem impactos ambientais ocorridos no passado. Os três estados da região Sul, mais

avançados tecnicamente, com poucos problemas de ordem de distribuição de terra, a política de desenvolvimento deve estar voltada ao crédito fundiário, de comercialização, agroindustrialização e de profissionalização da agricultura. "A profissionalização dos produtores, nesta região, parece ser a meta imediata e a mais estratégica; as respostas seriam certamente rápidas, à luz das características socioculturais e das mudanças econômicas e produtivas operadas no período recente" (DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO RURAL, set/dez 2001, p. 93).

As mudanças das últimas décadas instituíram outros limites, como o de absorção da produção agropecuária, sendo necessário, para haver desenvolvimento rural, instituir políticas sólidas de exportação.

## **2.4 Desenvolvimento local e sistema educacional**

Desenvolvimento local não significa adotar algumas medidas emergenciais para solucionar problemas de um determinado espaço geográfico. Essas medidas assim adotadas, não passam de paliativos e não contribuem para um desenvolvimento harmônico.

Desenvolvimento local significa a adoção de medidas que visam solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida de forma igual ou com a menor diferença possível entre as regiões. Deve ser uma adoção de medidas e políticas capazes de diminuir as desigualdades entre os povos ou regiões através da criação de empregos, geração de renda nos setores produtivos da sociedade e permitir a continuidade desse processo.

O agir local passa por políticas públicas municipais e estaduais tendo estes, papéis fundamentais na mobilização e fiscalização de ações de caráter que promovam o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida de sua população e a garantia da continuidade desses fatores no tempo através da preservação e da melhoria do físico. O desenvolvimento rural sustentável é reforçado pelo caráter político do planejamento e, neste sentido, a escola junto com a família, tem um papel muito importante, fundamental e porque não dizer, vital na promoção do desenvolvimento sustentável. A escola, de maneira específica no meio rural, está presente de forma atuante quanto ao acesso da população, bem como nas condições oferecidas para o educando chegar ao ensino médio básico. O envolvimento da família no processo educativo com uma visão de desenvolvimento sustentável é necessário para

formação do educando dentro do contexto da teoria tripolar de Gaston Pineau. Envolvê-la é um dos paradigmas da educação nacional que deve ser rompido, e a Pedagogia da Alternância adotada no Brasil pelos CEFFAs, proporciona condições mais favoráveis que os outros sistemas de educação.

Segundo Jean Poul Carriere<sup>12</sup> o desenvolvimento local está baseado em alguns modelos teóricos:

Teoria da base, desenvolvida por Hoyt, 1930, defende que para uma região se desenvolver depende de políticas de exportação para fora da região produzida e que está diretamente ligada ao volume de produção exportado. Sabe-se que o mercado é dinâmico, exige qualidade, regularidade de produção e entrega e preços competitivos. Para que estes componentes estejam presentes nos produtos, há a necessidade da assistência técnica e da informação. Em se tratando de produtos do mercado rural, principalmente agropecuário, exige-se a necessidade constante desse acompanhamento que pode acontecer através da pesquisa e da extensão oficial, de instituições privadas ou instituições de ensino.

A Teoria dos Pólos de Crescimento, preconizada pelo francês Perroux nos anos de 1960 a 1970, nos leva a uma visão de desenvolvimento local com a idéia centrada num conjunto de iniciativas associadas, não isoladas, impulsionado por uma matriz dominante que vão puxar os dominados produzindo efeitos diretos, indiretos e induzidos. No setor agropecuário brasileiro pode, talvez, ser exemplificado, através da agroindústria do frango e dos suínos que, através da grande escala de produção, mantém sistemas de parcerias com produtores rurais impulsionando a pequena empresa agrícola que é a propriedade rural. Da mesma forma, a indústria do tabaco mantém esse sistema de parceria que movimenta e aquece a economia da Região Norte do Rio Grande do Sul, denominada Região do Médio Alto Uruguai, e outras regiões brasileiras. Ambos os casos podem ser considerados pólos de crescimento de um setor da economia primária desencadeado pela iniciativa privada.

A terceira teoria do desenvolvimento endógeno está centrada em três conceitos chaves. A *noção fundamental de território* valorizando o saber local, muitas vezes criado por tradições milenares e que não existe em outras regiões e que deve ser explorado como uma forma de

---

<sup>12</sup> Palestra ao grupo de mestrados.

desenvolvimento local. É um potencial de desenvolvimento que, por suas características, não está presente em outros locais ou situações, portanto fora da concorrência, e da *rede de atores* baseado na cooperação entre os mesmos na busca de soluções comuns para seus problemas. Pequenas empresas montam redes de cooperação entre si para fazer frente à concorrência de grupos maiores e a barganha de preços na compra e na venda. Na área rural podemos exemplificar como redes de atores a união de produtores rurais em associações ou condomínios para exploração de atividades que seriam inviáveis de fazê-los de modo individual. Verifica-se a grande dificuldade da rede de atores neste processo quando esses são considerados de agricultura familiar. Falta neste caso, ou existe, mas de forma insuficiente, a informação e a formação para conscientização dos atores, papel importante que deve ser exercido pelo setor educacional, extensão rural, órgãos oficiais da administração pública, e porque não dizer, de modo especial, pelos Centros de Formação Familiar por Alternância.

Entendo por desenvolvimento rural, todo o conjunto de medidas que leva a família a uma vida digna. É ter casa própria, luz elétrica, água, saneamento básico, saúde, educação, condições de se locomover, ir e vir. Desenvolvimento rural é a pessoa ser cidadã, gozar de seus direitos civis e políticos de um Estado, bem como o gozo de seus deveres. Desenvolvimento rural é tudo isso, é a capacidade de produzir e gerar renda para atender as necessidades básicas, de poupança, de gerar novos empregos, de estar escolarizado.

Ampliando este conceito para durável dizemos que é tudo isso que responde as necessidades do presente sem reduzir a capacidade das gerações futuras. É basear-se nos três pólos: atender o econômico, de forma equitativa entre as pessoas, sem degradar o meio ambiente e que perdure por gerações infinitas. Todo projeto de desenvolvimento deve ter essa visão sistêmica, global, do impacto que causará sobre a natureza. O pensar é local, regional, mas o agir deve ser planetário e desenvolver-se a custa da natureza é perverso, deve ser renunciado.

Um dos primeiros passos para um programa de desenvolvimento endógeno, além de um inventário do potencial de desenvolvimento da região, território, é a formulação de programas conjuntos entre municípios. Num dos textos para discussão do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS, podemos ver que

... para oferecer melhores perspectivas aos 4.500 municípios rurais, onde estão quase 52 milhões de habitantes, qualquer projeto de desenvolvimento para o Brasil deverá conter diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre os setores primários, secundários e terciários de suas economias locais (VEIGA, 2001, p. 57).

O caráter associativo dos municípios, de consórcios<sup>13</sup>, na discussão, elaboração e promoção de políticas desenvolvimentistas, é questão quase de sobrevivência dos municípios desse porte populacional. Este papel também pode ser desenvolvido por autarquias públicas, associações comerciais, industriais e de produtores dos diversos setores produtivos e de serviço.

Desenvolvimento se faz com educação e pesquisa, que deve começar na base, na pré-escola. O rural deve se promover a partir da conscientização do meio educacional dos filhos de agricultores, através de uma educação diferenciada, voltada para o meio rural. Na Região Sul do Brasil, as redes de ensino municipal e estadual são grandes, e o número de Escolas de Ensino Fundamental completo no meio rural bastante avançado, praticamente sem alunos fora da sala de aula até os 14 anos de idade. Por esse motivo, os currículos dessas escolas devem propor formação do jovem agricultor, para o desenvolvimento, a princípio de sua comunidade e de sua empresa que é a propriedade rural, sem perder de vista a visão macro de desenvolvimento.

Como ostentar, por parte da sociedade organizada, empresarial, ou poder público, políticas territoriais de desenvolvimento do meio rural onde se observa que o jovem do meio rural, em idade de conclusão do Ensino Fundamental, idade de início das atividades laborais, de iniciar um empreendimento, está desmotivado para continuar junto com a família, as atividades rurais. O jovem do meio rural, que cursa o Ensino Fundamental no meio urbano, entra em contato mais cedo com o mundo da cidade, despertando-o para continuar seus estudos no meio urbano, ao mesmo tempo em que inicia uma tentativa para ingressar no mercado de trabalho na cidade. Quando ingressa no mercado de trabalho, muitas vezes é de economia informal, ou assalariadas e reduzidas vezes torna-se empresário com economia capaz de gerar renda, impostos e empregos.

---

<sup>13</sup> Consórcio: projeto conjunto entre municípios.



## **2.5 O Desenvolvimento partindo da vocação regional**

Novas perspectivas de desenvolvimento rural passam do abandono da abordagem do setorial, agrícola e pecuário, para uma abordagem do rural em sua maior amplitude, abrangendo todos os seus aspectos e integrando funções produtivas, sociais e ambientais. Esta abordagem passa por uma ênfase em duas vias: a) Atividades agropecuárias com uma revisão de atividades praticadas e, se necessário, a substituição e a implantação de novas matrizes produtivas, à promoção de produtos regionais de qualidade, preferencialmente com uma marca que caracterize a região, e desenvolvimento de uma agricultura mais biológica para, não só atender o mercado consumidor, mas também para poder ser negócio sustentável sob todos os aspectos, sociais, econômicos e ambientais; b) Atividades não agrícolas baseadas no potencial da região como o desenvolvimento dos setores agro-industrial ligado principalmente ao setor de alimentos, artesanato e turismo rural, podem completar o rol destas atividades.

Para que isso ocorra é necessária a disponibilização de infra-estrutura, equipamentos, suporte técnico e comercial que devem ser organizados pelos atores do desenvolvimento, instituições, poderes políticos e população devendo ter uma dinâmica voluntarista de desenvolvimento, ou seja, devem passar de destinatários para agentes de desenvolvimento.

O desenvolvimento local do setor primário de um território, passa pela iniciativa cultural de uma região, sua vocação e tradição de trabalho, valorizando seu potencial de mão-de-obra, de condições edafoclimáticos, de infra-estrutura e de condições de exportar para além da região produtora. Algumas rupturas desses valores, por força da globalização, devem acontecer para se adaptar ao mercado planetário de fronteiras abertas.

Referindo-me especificamente à micro região em que estou inserido, ao norte do Rio Grande do Sul, onde as ações políticas desenvolvimentistas são coordenadas por um Conselho de Desenvolvimento formado por representantes de todos os segmentos dos setores produtivos da sociedade, poderes políticos e educacionais, um plano de desenvolvimento local deve levar em conta os 26.072 estabelecimentos agropecuários existentes, sendo que destes, 65,3% praticam lavouras temporárias de produção de grãos, inviável para o sistema fundiário, pequenas propriedades, mas de tradições decenais, necessitando, portanto trabalhar com

rupturas de um paradigma. Outro componente do desenvolvimento local, no setor primário, é o uso da assistência técnica que ocorre em apenas 9.235 estabelecimentos agropecuários, correspondendo a apenas 35,4% do total dos estabelecimentos. Convém salientar que existe um pequeno número de profissionais da área agrícola em relação ao número de famílias rurais, sendo que em alguns municípios existe apenas um profissional para mais de 500 famílias necessitando, portanto uma demanda maior de profissionais da área. Isto nos mostra que, parte deste problema poderia ser solucionado com um sistema de educação onde as escolas do meio rural possuísem currículos e profissionais ligados ao rural, atingindo uma abrangência de 100% dos futuros agricultores, e um bom plano de desenvolvimento da região deve levar isso em consideração, a mão-de-obra que por ocasião do último censo agropecuário, 1995/96 era de 87.783 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários perfazendo um total de pouco mais de três pessoas por estabelecimentos.

Se o desenvolvimento rural sustentável como defende Polon Lacki (1999) está nas mãos das próprias famílias rurais através do uso correto dos meios de produção existente, mão-de-obra, capital e trabalho e que estes meios estão em poder das famílias rurais em estado latente, um programa de desenvolvimento local deve contemplar ações na área educacional que conduzam a fixação do jovem no campo, a qualificação da mão-de-obra e a iniciativas empreendedoristas. O desenvolvimento do meio rural está estritamente ligado ao grau de informação e conhecimento da família sobre suas atividades de produção e comercialização dos produtos e serviços agropecuários. Apesar do envolvimento de órgãos governamentais como a extensão rural, prefeituras municipais e de organizações de produtores como associações, cooperativas e sindicatos, é muito baixo o índice de informação dos produtores rurais. A informação e o conhecimento têm que chegar a todas as famílias rurais e as escolas de Ensino Fundamental do meio rural podem se tornar veículos que proporcionam esta educação. Um programa de desenvolvimento regional passa também por ações que estimulem a permanência da família na propriedade, face ao abandono da mesma, que as tornam propriedades improdutivas ou vendidas a outros proprietários sem fins econômicos.

## **2.6 Desenvolvimento Rural Sustentável**

A partir da década de 90, principalmente por ocasião da ECO 92, o conceito de sustentável passa a ganhar forma onde, além do economicamente viável, elementos como socialmente

justo e que perdure por todas as gerações através da preservação das condições que permitam a vida humana no planeta com qualidade, são acrescentados.

Torna-se uma incoerência falarmos em desenvolvimento rural onde, para obtenção de alimentos e acúmulos econômicos, degradamos o meio ambiente através de resíduos industriais, uso exagerado e sem preocupação da química agrícola, principalmente os pesticidas, devastação da vegetação, degradação do solo através da erosão e do uso irracional bem como outras tantas formas de poluição ambiental. Enquanto estas ações ainda continuam acontecendo, pode-se afirmar que o mesmo não está completo, longe de ser sustentável. A definição de desenvolvimento deverá estar mais próxima da noção de direitos humanos do que uma questão econômica.

Se ampliarmos o conceito de desenvolvimento, para desenvolvimento sustentável, dizemos que "o desenvolvimento para ser sustentável deve ser economicamente suficiente, ecologicamente suportável, politicamente democrático e socialmente justo" (GADOTTI, 2000, p.64). Levando este conceito para a formação, a questão humana deve se sobrepor ao econômico e ambiental e o ambiental deve se sobrepor ao econômico e, este, deve ser viável.

O desenvolvimento sustentável deve apresentar algumas características fundamentais indispensáveis, destacando-se em primeiro lugar a promoção da vida, onde todas as ações de desenvolvimento levam a esta afirmação. Para tal, devemos levar em consideração o planeta como um ser vivo, que dele emerge melhor ou pior qualidade de vida; para ser sustentável deve haver um equilíbrio dinâmico entre o desenvolvimento econômico e a preservação do ecossistema; o homem deve sentir-se como um ser que vive em harmonia com a natureza e os seres inanimados, principalmente os de produção de bens econômicos e a consciência que somos parte de um sistema planetário e que podemos viver em harmonia com ele.

Segundo Gadotti (2000) o desenvolvimento sustentável deve ter como princípio a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, a solidariedade com as gerações futuras, o desenvolvimento da população, a preservação dos recursos naturais e meio ambiente, programas de educação e um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito as outras culturas.

## 2.7 Conclusão

O desenvolvimento rural no Brasil passou por vários momentos, com destaque para o período chamado de “revolução verde” dominado por pacotes tecnológicos de grupos interessados em vender seus produtos e tecnologias, influenciando, inclusive, o setor educacional para continuar esse momento de “desenvolvimento”. Se por muitos anos fomos dominados por essa corrente é porque não soubemos reagir frente a políticas governamentais atreladas a esse aparente desenvolvimento que conduziu a uma agricultura excessivamente química, ficando a pesquisa, oficial e privada, à mercê das regras por essa imposta sem se preocupar com pesquisas para uma agricultura limpa.

A expressão desenvolvimento rural, que passou a ganhar força no Brasil em meados da década de 1950, passou por várias expressões que tentaram conceituar o desenvolvimento rural, começando, inicialmente, por desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural e posteriormente, em meados de 1980, desenvolvimento rural sustentável. Portanto, há pouco mais de duas décadas é que se começou a incluir no dicionário do desenvolvimento, o sustentável, agricultura limpa, que ainda resiste, principalmente a agricultura empresarial, a idéia de uma agricultura menos química, de menor impacto ambiental, possivelmente de menores lucros, mas mais durável. Isso tudo nos levou a repensar nossos conceitos de desenvolvimento do setor primário, repensar e planejar políticas e ações governamentais, principalmente para atender as exigências do mercado nacional e internacional mais conscientizado da necessidade de desenvolvimento e de produção de bens e alimentos sem destruir e, também, conservar e recuperar o meio ambiente. Navarro (2001) definiu bem essas várias nomenclaturas usadas na conceituação de desenvolvimento no setor primário.

Pessoalmente, entendo que é das bases que deve partir qualquer programa de desenvolvimento e, em particular, refiro-me ao setor primário. Muitas iniciativas de desenvolvimento podem acontecer neste setor, mas necessário se faz o seu planejamento a partir das bases, das origens, preservando o local e as articulações regionais, cooperadas, com visão macro, buscando sempre um mercado planetário dentro deste processo irreversível de globalização.

Ações de desenvolvimento devem ser planejadas partindo sempre da vocação da região quanto a atividades e investimentos que poderão ser feitos, bem como a valorização da cultura regional e impondo o científico a partir da valorização do saber local de modo que seja incorporado gradativamente.

## 3 A FORMAÇÃO

### 3.1 Introdução

No Brasil, a coordenação da política nacional de educação é feita pela União que elabora, em conjunto com os estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Plano Nacional de Educação, conforme a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os níveis escolares no Brasil estão assim compostos (artigo 21 LDB):

- a) **Educação Básica:** A formação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. É formada pela *Educação Infantil* (Art.29 LDB) que é a primeira etapa da educação básica, com o objetivo de desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Esses estudos são oferecidos geralmente por creches para crianças com até três anos de idade e pré-escolas para crianças entre quatro e seis anos de idade. O sistema de avaliação é feito mediante acompanhamento e registros do desenvolvimento da criança sem objetivo de promoção, ingressando automaticamente no *Ensino Fundamental* (Art. 32 LDB) que é a etapa seguinte, com duração mínima de oito anos, a qual deve ser obrigatória para as pessoas entre 7 e 14 anos de idade, e gratuita na escola pública, tendo por objetivo a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade básica de aprender, a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores, a compreensão do ambiente natural, sistema político, tecnologias, artes e valores em que se fundamenta a sociedade, o fortalecimento de vínculos familiares e de solidariedade humana. É facultado aos sistemas de ensino desdobrar-se em ciclos de estudos, devendo ser presencial, cabendo o ensino à distância como complementação da aprendizagem. A jornada escolar no Ensino Fundamental deve conter no mínimo quatro horas de efetivo trabalho em sala de aula, ressalvadas o ensino noturno e as formas alternativas autorizadas em lei. A etapa seguinte da Educação Básica é o *Ensino Médio* (Art. 35 LDB) que deverá ter duração mínima de três anos, com a finalidade de

consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, seu aprimoramento como ser humano, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos. Também faz parte da Educação Básica a *Educação de Jovens e Adultos* (Art.37 LDB) que é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio em idade própria. O sistema de Educação de Jovens e Adultos dá-se através de programas especiais freqüentados ou através da prestação de exames supletivo, que compreende a base nacional do currículo, habilitando-se ao prosseguimento de estudos em caráter regular, sendo que, em ambos os casos, os alunos deverão ter, no ano de conclusão, mais de quinze anos para os pretendentes ao Ensino Fundamental e mais de dezoito anos para os pretendentes ao Ensino Médio. A *Educação Profissional* (Art. 39 LDB), integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, habilitando ao trabalho profissional específico de cada área do conhecimento, sendo seus diplomas registrados e reconhecidos a nível nacional. A educação profissional disponibiliza-se para egressos do Ensino Fundamental, Médio ou Superior.

- b) Educação Superior:** (Art. 43 LDB) para alunos que tenham cursado o Ensino Básico, a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. A educação superior abrange os *cursos seqüenciais por campo do saber*, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino: de *graduação* aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio; de *pós-graduação* (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) aberto a candidatos diplomados em curso de graduação e que atendam às exigências das instituições; de *extensão*, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

### 3.2 O Projeto Político Pedagógico das escolas

Um ponto fundamental para análise da questão é interrogarmo-nos que tipo de formação as escolas do meio rural desejam? Qual seu projeto educacional? Partimos da premissa de que a escola do meio rural está fazendo uma boa formação, dependendo do seu projeto educacional. Quem esta escola quer formar? Está formando um cidadão voltado simplesmente para

enfrentar um vestibular e continuar estudando em outras áreas senão a propriedade rural? Analisando por esses ângulos, as escolas estão cumprindo seus objetivos. A dúvida é que formação essas escolas pretendem trabalhar. A formação para a vida fora do meio rural ou para o desenvolvimento do meio rural? Qual o projeto educacional dessas escolas? Qual a razão de não ter um projeto educacional voltado à realidade do meio? Formas alternativas de educação podem contribuir para melhorar o desenvolvimento sócio-econômico rural das comunidades?

Estamos acostumados a pensar no capital como o fator de produção escasso e na sua transferência como instrumento fundamental de crédito. O conhecimento é agora tão, se não mais, importante fator no desenvolvimento e esta situação tende a intensificar-se. No próximo século, a aplicação e acumulação do conhecimento dirigirão os processos de desenvolvimento e criarão oportunidades sem precedentes para o crescimento e a redução da pobreza. Mas existem riscos significativos de incrementar as desigualdades entre e dentro das nações (WOLFENSOHN, 1997).

No Brasil, a complexidade e a magnitude dos problemas rurais fazem com que as famílias não possam mais esperar por políticas governamentais para superar seus problemas, pois mesmo quando o fazem, da forma tradicional, tornam-se ineficientes. Modelos tradicionais de agricultura e falta de recursos são cada vez mais evidentes. Os poucos recursos destinados às famílias dos agricultores, principalmente para os pequenos, não solucionam seus problemas, pois muitas vezes estes não estão em condições de recebê-los por várias razões, como a falta de conhecimento da área técnica e gerencial, não por culpa deles, mas por não lhes terem dado condições de adquirirem competências. Há, portanto a necessidade da busca de competências para as famílias do meio rural e isso inicia pela escola, nos primeiros anos de estudo da criança.

Por não possuírem tais competências, muitas famílias rurais não podem se desenvolver por não conseguirem melhorar seu desempenho no trabalho, melhorar sua produção e produtividade e corrigir suas próprias ineficiências. Pesa negativamente o desconhecimento dos fatores de produção, mão-de-obra, terra, animais, insumos e infra-estrutura pelo produtor rural.

Existe uma instituição que está sempre presente no meio rural, principalmente nos municípios objeto desta pesquisa, Frederico Westphalen - RS, bem como na região política que está



inserida, ou seja, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, e Quilombo - SC, que são as escolas básicas de Ensino Fundamental Rural. Em Frederico Westphalen, são oito escolas de Ensino Fundamental completo, sendo quatro da rede estadual e quatro da rede municipal. Partimos do princípio de que essas escolas participam do desenvolvimento das pessoas, das famílias e das comunidades, mas elas possuem um grande potencial que poderá ser aproveitado para a formação das famílias rurais visando torná-las solucionadoras de problemas e protagonistas de seu próprio desenvolvimento, bastando para isso adequar seus conteúdos curriculares, conscientizar a comunidade escolar e os formadores de que devemos acreditar na escola como uma das instituições com um enorme potencial para assumir a tarefa de animadoras das famílias rurais para que elas possam promover seu próprio desenvolvimento sustentável, tendo como receita básica o conhecimento e a motivação.

Analizando os Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas de Ensino Fundamental do meio rural do município de Frederico Westphalen, observou-se que seu conteúdo consta de fundamentação filosófica, diagnóstico da comunidade escolar, ações da escola, normas administrativas e pedagógicas, programação e calendário de eventos.

Em sua fundamentação filosófica, os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas em estudo, preocupam-se com os valores éticos e a cidadania, com "valorização das experiências, do conhecimento comum", num processo ensino aprendizagem onde o educando é sujeito da sua formação, compreendendo como ideal de homem aquele que é crítico, questionador, otimista e persistente.

No diagnóstico está escrito: "A comunidade constitui-se de pequenos agricultores, muitos empobrecidos e dependentes devido à política agrícola vigente. Os fracassos da atividade agrícola proveniente de intempéries, da desvalorização dos produtos e da falta de investimentos e da não persistência, geram o êxodo rural. Jovens da comunidade dirigem-se à cidade e a grandes centros urbanos em busca de emprego".

"Algumas famílias buscam melhorias através de projetos alternativos como o projeto da Agricultura Familiar. Há que se destacar a exigência de uma agricultura e/ou práticas

agrícolas voltadas para as necessidades da família e do mercado, o que quer estudos das necessidades locais em termos de produção e comercialização".

A organização das comunidades ocorre em torno do religioso, esportivo e educacional, predominando a religião católica e as etnias polonesa e italiana.

"A escola vem a ser um meio para unir a comunidade através do objetivo comum: a educação". São comunidades que carecem de hábitos de leitura e reflexão crítica, por esse motivo a escola busca caminhos para melhorias através da dinamização de leituras semanal e coletiva, encontro de pais e palestras.

Numa das escolas em análise, seu diagnóstico não descreve nada sobre o educando e suas famílias, dando a impressão de que desconhecem sua realidade e seu meio sócio-profissional.

Nas ações das escolas quero destacar alguns pontos, como por exemplo, a elaboração dos planos de estudos de acordo com o PCN (Plano Curricular Nacional), em sintonia com toda a rede; envolver a comunidade com atividades da escola através de palestras, promoções, Clubes de Mães, CPMs<sup>14</sup> (Círculo de Pais e Mestres); resgatar e exercitar valores éticos, morais, culturais e religiosos, na convivência entre todos os elementos da comunidade educativa; assumir o fazer pedagógico, propondo atividades significativas e diversificadas com passeios de estudos, horas de estudos, debates, palestras, vídeos e encontros; realizar horas cívicas e culturais; oportunizar palestras com a comunidade escolar a partir dos seus anseios; proporcionar aos educandos condições para despertar o contato com diferentes manifestações culturais seja em artes, música, teatro, danças; desenvolver, através de projetos, atividades variadas referentes aos temas transversais (ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, educação sexual, trabalho e consumo).

---

<sup>14</sup> Instituição da comunidade escolar de apoio às escolas da rede pública.

Na análise dos conteúdos programáticos, constata-se que os mesmos são formados pelas disciplinas de Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Ensino Religioso, História, Geografia, Inglês, Educação Física e Educação Artística.

Segundo o diagnóstico, a comunidade escolar é formada por "pequenos agricultores, muitos empobrecidos", portanto, que necessitam de ajuda externa da propriedade para melhorar sua qualidade de vida, "há que se destacar a exigência de uma agricultura e/ou práticas agrícolas voltadas para as necessidades das famílias" e, neste contexto, analisando os conteúdos programáticos, nada consta especificamente de conteúdos voltados a amenizar estas deficiências constatadas pela própria escola em seu diagnóstico contrapondo também à fundamentação filosófica onde diz que "tem na prática educativa a preocupação com a seleção de conteúdos e matérias, técnicas, métodos, experiências válidas para a realidade social e ao alcance do ideal e objetivos propostos sintetizados na melhoria das condições de vida de todos os brasileiros". Entendo que somente conseguiremos melhorar a qualidade de vida de uma família, cuja atividade profissional é o rural, se adotadas técnicas de produção que aumentem a produção e produtividade das atividades rurais e diminuição de custos, baseados no trabalho e na tecnologia. Sem uso da técnica, não haverá aumento de produção e, conseqüentemente, da renda das famílias. A escola daria uma grande ajuda se oportunizasse a seus educandos, através de saberes, condições de transformar ou melhorar essa realidade da comunidade escolar, fazendo-se necessário, para isto, conteúdos específicos, baseados na realidade das famílias, procurando adaptar o científico a essa realidade.

Segundo o calendário de eventos da escola, inúmeros encontros, palestras, semanas de estudos estão programados com os alunos nas mais variadas áreas de formação geral, poucos encontros com as famílias, limitando-se a um encontro no início do ano letivo para apresentação do Projeto Pedagógico construído pelo próprio corpo docente e comemorações de datas como o dia das mães, limitando-se a atividades culturais.

### **3.3 A Escola Rural frente à comunidade**

Podemos citar, entre outras razões, que a escola básica, na grande maioria dos municípios, é a única instituição que está presente na maioria das comunidades do meio rural e, para muitos habitantes do campo, a escola é uma das mais importantes oportunidades em suas vidas para

adquirir as competências que o mundo contemporâneo exige para o desenvolvimento sustentável.

Em muitos países e estados, os governos já adotaram medidas em que as escolas têm autonomia de adequar parte de seu currículo voltado à realidade da comunidade escolar e construído com a sua participação. No Brasil, a LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos 23 e 28, permite tal adequação.

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (GOVERNO FEDERAL, 1996).

Isto significa, portanto, que as autoridades municipais, professores das escolas e comunidades rurais, podem construir seu próprio currículo e sua própria organização. Por estarem mais próximas das comunidades rurais, viverem o cotidiano do rural, as escolas tem melhor conhecimento das necessidades do homem do campo.

No mundo contemporâneo, as empresas que oferecem produtos e serviços necessitam consultar seus clientes, portanto, as escolas básicas municipais também deverão fazê-lo, ouvindo as instituições e as comunidades rurais, sob pena de oferecer a seus clientes produtos não compatíveis com as exigências do consumidor, levando-o à rejeição, agravando-se ainda mais quando o produto é a formação. As escolas poderão obter proveitos dessa descentralização, despertando e exercendo o direito de participação popular.

É necessária a participação dos não-educadores na reforma dos conteúdos curriculares porque são eles que estão em melhores condições de trazer os problemas concretos do mundo rural para dentro da escola, a fim de que estas possam ser aliadas na solução dos problemas enfrentados pelas famílias do homem do campo. As escolas devem ser solucionadoras de problemas e não permanecerem latentes frente aos mesmos. As famílias dos alunos podem

propor, com mais realismo e objetividade, quais são as habilidades e atitudes que os alunos devem adquirir para que, no presente e no futuro, possam ser produtores rurais mais eficientes e menos dependentes e vulneráveis frente aos problemas e instabilidade do cotidiano, bem como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Os problemas da educação básica rural não devem ser tratados pelos protagonistas tradicionais da educação, como sempre o fizeram até aqui, e de forma centralizada, sem ouvir as necessidades e interesses do meio rural. Por sua vez, os não-educadores devem assumir uma maior participação no melhoramento da educação básica do campo. Para tanto, há a necessidade de unir esforços e começar a reforma em nível de município, de baixo para cima, com a participação da comunidade escolar, famílias de agricultores, educadores e políticos.

Constituir um Comitê Municipal de Educação Rural, organismo colegiado que coordenará o processo de reforma da educação básica rural. É recomendável que este comitê seja integrado, entre outras, por representantes dos produtores agropecuários, dos pais dos alunos, das agências governamentais de desenvolvimento rural e da secretaria estadual da educação (LACKI, 2002. p. 23).

Frente ao mundo globalizado, competitivo, ganha tempo quem mais cedo fizer a reforma educativa. Por esses motivos, hoje é recomendável iniciar a reforma, começando por aquelas mudanças mais simples e menos dependentes de decisões externas. Não há motivos para que as decisões continuem sendo adiadas.

O que muitos governos estão fazendo, alocando recursos adicionais ao sistema educativo, ampliando construções físicas, adquirindo materiais, computadores, melhorando as infra-estruturas, incrementando horas e dias de permanência dos educandos nas escolas, incluindo currículos do mundo contemporâneo, embora muito importantes e fundamentais, nada adianta, ou são insuficientes, pois não contemplam medidas ou conhecimento de competências que contribuam para solucionar os problemas específicos do seu meio sócio-profissional. O que deve acontecer é diminuir, ou eliminar, a diferença entre o que se ensina nas escolas contemporâneas e o que realmente a comunidade rural necessita para solucionar seus problemas. Muitas vezes, os alunos do meio rural abandonam o seu meio por não ver nele perspectiva de futuro que lhes proporcione condições dignas de vida e segurança de sustentabilidade da família. Uma educação rural com conteúdos úteis aplicáveis é fator de

extrema importância para melhorar a qualidade de vida do meio rural, evitar a saída do homem do campo e, conseqüentemente, diminuir os problemas sociais do meio urbano, pois as famílias rurais poderão produzir mais, vender melhor, aumentar sua renda o que lhes proporciona acesso aos meios que satisfazem suas necessidades de consumo, lazer, saúde e bem estar.

O filho do agricultor que continuar seus estudos no Ensino Médio o faz em centros urbanos devido à inexistência deste no meio rural. Nos municípios em estudo, a escola urbana não oferece conteúdos do rural. Por outro lado, quem parar de estudar no fundamental, volta para casa sem conhecimento do rural porque este também não lhe oferece.

Por esse motivo, se faz necessário o aproveitamento racional do tempo de estudo na escola, eliminando dos currículos alguns conteúdos que são irrelevantes e não adequados com a realidade rural, substituindo-os por outros originados das necessidades do próprio meio rural e que tenham maior aplicabilidade para o desenvolvimento das famílias do campo.

As escolas rurais não o podem ser apenas de nome. Necessitam adquirir personalidade própria, serem rurais nos conteúdos, nos métodos, nas atitudes, comportamentos e valores. Conteúdos como administração rural, produção agrícola, agroindústria, conservação e comercialização de produtos agropecuários, desenvolvimento comunitário, associativismo, cooperativismo, organização dos produtores, higiene, prevenção de enfermidades, primeiros socorros, saneamento básico, hortas caseiras, alimentação, nutrição e educação familiar devem ser incorporados aos currículos das escolas rurais além de incorporar o ensino de valores, atitudes e comportamentos necessários para formar o cidadão rural, a maior riqueza educativa que se pode dar a um jovem camponês. Porém, segundo Paulo Freire, no político e ideológico de quem escolhe os conteúdos,

o problema fundamental de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem estará seu ensino, contra quem, a favor de que, contra que. Qual o papel que cabe aos educadores numa organização programática dos conteúdos (FREIRE, 1983. p. 110).

O rural moderno requer que o agricultor seja independente, solidário, cuidadoso com o meio ambiente, eficiente no uso dos recursos e consciente com seus direitos e deveres, de líderes rurais que possam transformar a realidade produtiva e comunitária, fazendo-se necessário para tanto uma escola que lhes proporcione adquirir estas competências o que deve iniciar pela escola básica do meio rural, pois ali estão inseridos esses líderes e os primeiros anos de escola são fundamentais para adquirir tais competências.

Com a adequação dos currículos das escolas básicas do meio rural, ou através da constituição de uma escola voltada à realidade rural, que leva em conta a família como protagonista do desenvolvimento rural, os futuros agricultores terão conhecimentos e atitudes que lhes permitirão assumir com maior e melhor eficiência o protagonismo para correção das ineficiências da agricultura e do agronegócio e tornando mais eficazes os instrumentos clássicos de desenvolvimento rural, como capital, infra-estrutura, mão-de-obra, crédito e outros. O setor agropecuário de nossa região necessita de escolas básicas que valorizem e dignifiquem os agricultores e o mundo rural.

Os pressupostos sobre o problema da evasão do jovem do meio rural para o meio urbano é de que a escola realmente exerce influência sobre o comportamento do adolescente na escolha da sua profissão e que, embora não sendo a única, esta hipótese de uma educação no meio rural voltada para o urbano, tem contribuído sim para o esvaziamento do campo nesta, e em outras regiões do estado. A desmotivação dos jovens que permanecem em atividades rurais e o desejo de abandoná-las em busca de nova vida na cidade é muito grande. Tenho a certeza de que outros fatores contribuem para esta situação e que medidas urgentes deverão ser tomadas para diminuir o êxodo rural e aumentar a produção rural. Polon Lacki<sup>15</sup>, diz:

Apesar de que a formação desta nova geração de cidadãos talvez não seja uma responsabilidade direta e exclusiva das escolas rurais de 1º grau, somente elas poderão fazê-lo, pela seguinte e fundamental razão: Os adultos rurais, que deveriam proporcionar estes novos conhecimentos e atitudes aos seus filhos, infelizmente não podem assumir esta função porque não sabem fazê-lo; simplesmente não podem ensinar-lhes aquilo que eles mesmos nunca tiveram oportunidade de aprender, nem nos seus lares nem nas escolas. É necessário e urgente que alguém se encarregue de romper este círculo vicioso de ignorância e subdesenvolvimento; se a escolar rural de 1º grau não o fizer será difícil, par não dizer impossível, rompê-lo, contando

---

<sup>15</sup> Boletim *Buscando Soluções para a Crise do Agro: No guichê do banco ou no banco da escola*, Série Desenvolvimento Rural, N.º 12, página 18.

exclusivamente com a inadequada formação que recebem de seus próprios pais ou com a insuficiente capacitação que recebem dos extensionistas (LACKI, 1999).

### **3.4 Formação de formadores em contexto de mudanças**

Que identidade a escola deve adotar num mundo globalizado e altamente tecnificado? A escola deve acompanhar as evoluções da sociedade de modo coerente, sem ser instrumento de uma facção, servir uma ideologia, mas sim, visualizar um todo, acompanhar a evolução da tecnologia, em todos os campos, entre eles o rural, que vêm a serviço de uma maioria e não a favor das desigualdades sociais.

A prática reflexiva dos docentes é condição fundamental para a escola acompanhar a evolução. **A reflexão para compreensão dos problemas e como domínio da complexidade.** O profissional, o formador reflexivo, através de suas qualidades, é fundamental na solução dos problemas da sociedade. O formador não deve ser passivo, indiferente diante das evoluções do mundo tecnificado, bem como dos que não têm acesso a essa tecnologia. A prática reflexiva, a participação crítica, professores solidários, é o mínimo que se pode exigir de um formador para a construção de uma escola cidadã, que está a serviço da sociedade para solução de seus problemas, porém, isso parece estar distante da maioria dos profissionais.

O mundo contemporâneo vive momentos de profundas transformações sociais, políticas e tecnológicas. Não existem mais fronteiras entre países, a globalização é um fato irreversível que muitos benefícios poderá trazer aos povos, se vista com olhares solidários e de partilha, apesar de algumas nações não a verem assim, e buscam sempre a sua supremacia sobre o complexo da abertura de fronteiras. As mudanças tecnológicas andam a velocidade de super sônicos, buscando atender demandas impostas pela própria sociedade. No meio deste contexto está a escola, num verdadeiro mundo em transformação. Esta escola deve assumir uma identidade, não pode ficar omissa frente a esta realidade. E que identidade deve assumir a escola?

Em primeiro lugar, a escola deve assumir junto com a sociedade o papel da transformação (PERRENOUD, 1999), tornar-se fonte de inspiração para mudanças, e até mesmo visualizar e antecipar a mudança, quando amplamente discutido, estudado e que traga benefícios para toda



a sociedade. Nestas circunstâncias a escola não deve ficar, nunca, atrás ou a mercê das transformações. Por outro lado, a sociedade está dentro da escola e esta não pode mudar a cada vez que a sociedade é tomada por mudanças provocadas por crises, dificuldades ou filosofias políticas. A escola deve participar das transformações através do processo crítico e construído entre os alunos e corpo docente, instituição e comunidade. A escola jamais deverá ser instrumento de uma facção, defender ideologias meramente de partidos políticos, a escola é de todos, pertence a todos e, num processo democrático, deve ser comportar como tal.

Sobre novas tecnologias, a modernização dos currículos e a renovação das idéias pedagógicas, a escola pouco evoluiu porque o processo educativo passa por situações estáveis que acabam por envolver os professores em rotinas, em outras atividades para suplementação salarial, não os deixando ver os novos paradigmas. A escola ainda vive no regime totalitário, tanto as agrárias como as do meio urbano. Os currículos são montados, impostos, a partir de uma concepção centralizadora dominante imposto sobre o sistema escolar por várias décadas no país. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil dar abertura para a construção de currículos, pelas e a partir das bases, o sistema que regimenta este novo, ainda está no paradigma velho, com entraves burocráticos e ideologias conservadoras que dificultam a ação da transformação da escola acarretando cada vez mais ações rotineiras no seu corpo docente.

A tônica do poder público é continuar fazendo o que sempre fez com a educação em nome da economia, da massificação da educação, uma educação para todos. Isso tudo é muito importante dentro de um processo democrático, de igualdade de direitos, onde todos têm o direito de acesso à educação, à formação, mas isso não deve servir de argumentos para deixar de dar formação de qualidade aos formadores. Hoje, uma educação eficiente, eficaz e com qualidade é fundamental para fazer frente às exigências das transformações da sociedade. Argumentar que determinadas atividades do mundo contemporâneo, não necessitam de formação, como é o exemplo da formação dos agricultores, que tarefas na sociedade podem ser realizadas por mão-de-obra não especializada, é aceitar o comodismo e a falta de perspectiva para mudanças, que devem vir para melhorar a qualidade de vida do ser humano. O que é necessário é uma formação voltada para os interesses de cada profissional, de modo que ele possa exercer com competência essa atividade, torná-la atraente, competitiva e que seus resultados sejam de qualidade, sem esquecer que todo ser humano, pelo simples fato de

ser cidadão, merece também uma formação integral que lhe permita viver com dignidade e participar no processo de transformação da sociedade. Neste sentido, preocupa o fato de, no Brasil, as escolas pouco trabalharem com a profissão do agricultor, como mostra a pesquisa com escolas de Ensino Fundamental do meio rural do município de Frederico Westphalen - RS. Poucas são as escolas com essa dedicação, limitando-se aos Centros Familiares de Formação por Alternância.

A quem interessa um sistema educativo de qualidade a toda a sociedade? À classe dominante? "Uma vez que obtenham o que querem, isto é, o acesso aos processos escolares que permitam às suas crianças enfrentar os estudos superiores, a escola lhe parece cumprir sua missão" (PERRENOUD, 1999, p. 4).

No mundo, a democratização dos estudos colocou a classe média ao lado dos favorecidos, e os desfavorecidos, embora menos numerosos, são mais desfavorecidos ainda, em função de sua limitada influência política no cenário que o envolve (PERRENOUD, 1999). Tal situação os leva à condição de conformados e, talvez, como únicos responsáveis pela situação em que se encontram, quando se sabe, que é o fruto da desigualdade, da formação que não lhes permitiu crescer juntamente com os favorecidos.

No contexto em que se encontra a escola, com seus vícios, suas rotinas, a não dedicação exclusiva dos docentes à atividade, em função da baixa remuneração, no caso brasileiro, faz com que a escola não leia nas entrelinhas as mudanças que estão ocorrendo na sociedade. Neste caso então, a escola vem a "reboque" das mudanças e, a adesão às transformações da sociedade adquire a aparência de obrigação e de imposição, dificultando a adesão dos docentes ao processo. Do lado dos que não acompanham as mudanças provocadas pela evolução da sociedade, estão os que consideram o sistema escolar caro, neste caso, podemos incluir o poder público, por exemplo, e os que acham a carga tributária elevada demais. Portanto, o grupo dos que querem a escola acompanhando a evolução da sociedade é minoritário dentro da comunidade escolar, e deverá combater o grupo dos que, acompanhados por razões diversas vistas anteriormente, não acompanham a evolução das mudanças na sociedade. Com certeza encontrarão obstáculos, principalmente do sistema mantenedor da educação, porque as transformações requerem aporte financeiro maior, tanto para formação

dos formadores, que deverão estar em formação constante e permanente, como para equipamentos para as escolas acompanhar as tecnologias e para produção de novas tecnologias.

Para a escola acompanhar as evoluções e transformações da sociedade, deverá desenvolver nos docentes, principalmente no grupo dos que não aderiram a esta evolução, uma prática reflexiva, sobre uma base de competências (PERRENOUD, 1999): organizar e animar as situações de aprendizagem; gerir o progresso das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos nas suas aprendizagens e no seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da gestão da escola; informar e envolver os pais; servir-se de novas tecnologias; enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão e gerir sua própria formação contínua.

A prática reflexiva e a participação crítica não devem estar sobrepostas uma à outra, e sim, devem andar paralelamente e tornar-se o fio condutor da formação para que haja transformação, formação dos formadores e também formação dos educandos.

### **3.4.1 A prática reflexiva como domínio da complexidade**

A prática reflexiva no ser humano pode acontecer de duas formas: a prática reflexiva espontânea, que ocorre de situações em que o ser humano sofre condições adversas as suas rotinas ou planejamento, como por exemplo, o enfrentamento de crises, obstáculos ou que tenham um problema a resolver ou uma decisão a tomar. Situações estas levam espontaneamente a práticas reflexivas, não são metódicas, planejadas, somente são praticadas por profissionais da educação nestas circunstâncias. Parece-me não ser esta uma prática reflexiva que deve predominar nos educadores, mas sim, a prática reflexiva metódica, que deve ser amplamente empregada pelos professores em suas práticas de ensino, de forma permanente e não somente para resolução de crises e problemas.

O profissional reflexivo é aquele que aceita fazer parte do problema, portanto, é um profissional que aceita ser avaliado, pois assim sendo, poderá ser parte integrante deste problema, situação que a grande maioria dos professores não aceitam. O medo da avaliação profissional apavora os profissionais em educação, sinal este de que a prática reflexiva não

ocorre. O profissional reflexivo é aquele que se auto avalia, prática importante no processo de formação dos formadores e também de formação de educandos. A prática reflexiva metódica em escolas de Ensino Fundamental do meio rural leva à constatação de que são necessários conteúdos ligados à prática profissional dos educandos, como mostra a pesquisa em que 80,64% dos alunos das três escolas responderam ser importante e que gostariam de ter conteúdos ligados à produção agropecuária, enquanto que apenas 6,45% dos alunos responderam ter tido aumento de produção em suas atividades agropecuárias em função de conhecimentos adquiridos na escola.

Uma prática reflexiva profissional não é solitária, sempre vem acompanhada de métodos grupais, de feedback, de análises, de momentos organizados de profissionalização interativa, enfim, o profissional reflexivo tem mais probabilidade de acertos porque se apóia em ações solidárias, compartilhadas com outros formadores, com outras práticas educativas que lhe permite reflexão, troca de idéias e saberes, a transmissão de saberes mais seguros e testados. A prática reflexiva sobre os saberes a serem compartilhados com os educandos deveria ser uma constante nas instituições de ensino, para tanto, necessário se faz a quebra de paradigmas de muitos profissionais da educação dominados pelos vícios de uma educação não reflexiva. A ação reflexiva libera os profissionais do trabalho prescrito, engavetado, sistemático, constrói suas próprias iniciativas em função do contexto em que os educandos estão inseridos, de suas famílias, de suas posições sociais, do meio em que se insere o ambiente educógeno, das parcerias e cooperações possíveis, dos recursos e das limitações dos próprios estabelecimentos. Enfim, a prática reflexiva em ambiente de formação se ajusta às suas peculiaridades e particularidades, ao passo que uma ação pedagógica não reflexiva corre o risco de não se adequar ao meio em que se inserem os educandos, como acontece no ensino rural desenvolvido pela maioria das escolas do meio rural, onde os conteúdos pouco tem a ver com o que os educandos praticam em sua vida profissional. A prática reflexiva profissional minimiza essa distância entre o educando, seu meio profissional e as práticas pedagógicas das escolas rurais. Uma ação reflexiva, neste caso, evidenciará que a prática pedagógica do ensino rural praticada pelas escolas de Ensino Fundamental pesquisadas em Frederico Westphalen-RS, pouco ou quase nada tem a ver com o seu meio, com sua profissão, o rural, e que, a não adequação de currículos, somados a outros fatores, remeterá o educando a busca de uma nova profissão fora do seu meio profissional, como mostra a pesquisa em que, 38,71% dos alunos que concluíram o Ensino Fundamental nos anos de 1998, 1999 e 2000, não estão mais no

meio rural. As escolas de Ensino Fundamental contemporânea ou tradicional do meio rural, por falta de uma ação reflexiva dos docentes e dos gestores da educação, não estão nem formando para melhorar a qualidade de vida e a auto-estima do cidadão da roça, nem mesmo praticando teste vocacional para seus educandos, simplesmente, através de suas práticas pedagógicas, estão retirando-os precocemente de seu meio profissional e familiar, pois deixam transparecer que o meio rural é um mundo difícil de viver e sem perspectiva de futuro.

Os formadores, cada vez mais, devem ser profissionais dentro de um contexto reflexivo. Perrenoud (1999) apresenta três argumentos em favor da profissionalização dos educadores:

- 1) Dentro de um contexto de evolução rápida, a formação inicial fica obsoleta, fazendo-se necessário uma formação continuada para acompanhar a evolução da transformação do mundo tecnológico e globalizado.
- 2) Para alcançar os objetivos, não basta ensinar, é preciso que cada um aprenda a encontrar o processo adequado para tal.
- 3) As competências profissionais são cada vez mais no campo das ações não individualizadas, coletivas, o que requer competências de comunicação do profissional, e isso é possível com uma ação reflexiva.

As atividades e as competências reflexivas apresentam algumas facetas interessantes, entre elas podemos destacar: a ação, seguida da reflexão permite uma análise mais tranqüila dos acontecimentos, bem como permite construir saberes em cima da ação, enquanto que, a reflexão seguida da ação permite planificar e construir cenários de modo a antever situações que poderão ocorrer e também preparar o professor para possíveis imprevistos. De qualquer forma, o profissional reflexivo tem mais chances de acertar em suas práticas profissionais do que o não reflexivo, independente se a ação vem antes ou após a reflexão. Enfim, a prática reflexiva nos leva a facilitar os acertos e as complexidades na construção dos saberes com os educandos. Um exemplo de prática reflexiva praticado pelas CEFFAs é a visita de estudos que se faz com os jovens educandos para conhecimento de uma determinada atividade ou

assunto, onde, primeiramente se faz uma preparação sobre o que e os objetivos da visita, em seguida, faz-se à visita propriamente dita, observando *in loco* o objeto da pesquisa e, posteriormente, a socialização, a colocação em comum sobre o que se viu e se observou da visita, é a reflexão sobre a ação.

### **3.4.2 A participação crítica como responsabilidade da cidadania**

"Que um professor reflexivo mantenha uma relação de envolvimento com sua própria prática é o mínimo que se exige, na perspectiva da profissionalização" (PERRENOUD, 1999, p. 10). Há hoje, na comunidade escolar, professores competentes e eficazes em classe, mas que não são solidários, não participam dos projetos e da vida da instituição, limitando-se a bons profissionais em sala de aula, pouco se importando com a instituição, a comunidade e com a própria classe profissional, não participando de ações que visam melhorar a própria qualificação profissional e os interesses da classe, como os sindicatos e as políticas de desenvolvimento local, da comunidade, dos educandos e suas famílias. Embora bons profissionais, são necessários à participação crítica expressiva dos formadores em educação, nos mais variados níveis como:

- aprender a trabalhar em rede, em conjunto com os demais profissionais. As atribuições legadas aos educadores hoje fazem com que, muitos deles, não disponibilizem condições para essa prática. Por outro lado, os vícios na educação, a não dedicação exclusiva ao ofício, distancia os profissionais. O ideal é a aproximação, principalmente, ou pelo menos, os com atividades afins. Na era da transdisciplinaridade, o trabalhar em rede deixa a desejar no meio profissional dos formadores, não contribuindo para a construção de uma sociedade crítica;
- o estabelecimento escolar é, para a maioria dos profissionais, o lugar onde passam a maior parte do seu tempo. É um prolongamento da família. Saber viver e atuar em grupo é condição fundamental para melhorar a qualidade do ensino. Como uma grande família, e família moderna, o sistema patriarcal deve ser afastado. Para que haja a participação crítica e reflexiva na condução dos projetos de construção dos saberes, as instituições deverão estar desarmadas do espírito patriarcal e predominar o espírito da cooperação através de uma coordenação que se coloque, não acima,

mas ao lado da equipe. O educador deverá sentir-se um verdadeiro integrante de uma profissão responsável na ajuda da construção dos saberes, zelando por ela, não somente através de políticas sindicais, mas sim ajudando a construir políticas públicas para uma educação de qualidade, que oportunize ao educando adquirir competências que lhe permitam a construção de sua própria cidadania e sua formação profissional;

- o saber dialogar com a sociedade é condição fundamental para trazer a sociedade para dentro da escola. Não basta o profissional participar, ou militar na vida política, se fazer simplesmente como professor, mas sim deve fazer como alguém representante de uma classe profissional e em nome de um projeto maior que é o de ajudar na construção e implantação de políticas públicas que venham ao encontro de uma formação cidadã e com condições de colocar na sociedade uma educação capaz de construir seu futuro digno.

Segundo Perrenoud (1999), poucos são os professores que participam da discussão da sociedade sobre a escola, limitando-se a alguns militantes de partidos políticos. Ora, julgo que antes da sociedade, os profissionais da educação devem ser os primeiros a empunhar a bandeira da educação, a construir junto com a sociedade e com os poderes públicos responsáveis pela manutenção do sistema, uma política educacional de desenvolvimento social, político e econômico.

Na formação de formadores, a passividade deve ser incitada e a tônica deve ser a formação para a compreensão dos mecanismos sociais. Para tanto, a reflexão para a ação deve ser exercida, e isso demanda tempo e paciência dentro de uma corporação viciada, conservadora e, muitas vezes, desanimada pelas próprias circunstâncias com que envolveu a classe dos educadores até o momento, mas é hora de repensar, é hora de reflexão-ação e de ação-reflexão. O mínimo que se espera da formação é que transmita aos formandos que ensinar não é somente repassar conhecimentos e sim, construir juntos o conhecimento.

### 3.5 Os saberes dos docentes e sua formação

**Professores: entre saberes e práticas:** Poucos estudos e pesquisas têm sido feitos sobre os saberes que os professores repassam para seus educandos, restringindo-se às pesquisas basicamente no aspecto aprendizagem, aspectos culturais, sociais e políticos da educação, sendo motivo de denúncia de alguns autores esta inexistência.

O professor, como repassador de conhecimentos produzidos por outros, tem sido criticado e questionado por aquela corrente que defende um professor que cria, que transforma, que produz conhecimentos, frutos de suas práticas, de suas experiências, do saber acumulado e da construção do conhecimento junto com os educandos, como pode ser dito da maioria dos docentes que trabalham nos Centros Familiares de Formação por Alternância, mesmo assim esse saber, na relação aluno-saber, não é questionado e limita-se a reproduzir o senso comum sem questionar o científico.

Nos últimos anos, com o objetivo de avaliar melhor o saber repassado aos educandos, alguns esforços têm sido feitos por pesquisadores, culminando na categoria do "saber docente", mesmo assim, a ação docente se ressentia de pesquisas mais apuradas para a avaliação de suas ações quanto aos saberes transmitidos. Outras pesquisas, porém, tem trabalhado com a categoria do "conhecimento escolar" relacionado mais com o cognitivo próprio, criadas a partir das necessidades do processo educativo, envolvendo o cotidiano, tendo como foco principal o conhecimento escolar e não o mobilizado pelo professor. É sobre esses dois saberes que vou me deter, buscando fazer uma análise simplificada.

**O saber escolar:** passa pela investigação da relação entre escola x cultura. É o papel da escola na produção da memória coletiva, de identidades sociais e reprodução das relações de poder. Para que isso possa acontecer, a sociologia do currículo assume papel principal no saber escolar. A escola dá a direção do saber escolar a partir da construção do currículo. Se quisermos melhorar a qualidade de vida do jovem rural no seu meio, através de suas atitudes profissionais, os currículos das escolas rurais deverão se voltar às atividades de seu corpo discente, ou seja, a atividade agropastoril ou rural. Na década de 70, a sociologia do currículo, classifica-os em três correntes de análise:



- Currículo real: o efetivamente ensinado, baseado na criação de culturas, base das CEFFAs no mundo, em contra ponto ao currículo formal, baseado na transmissão de culturas produzidas em outros locais;
- Currículo oculto: competências ou disposições adquiridas na escola por experiências, impregnação, familiarização ou inclusão difusa contrastando com o ensinamento pedagógico explícito. Neste caso, as experiências positivas de aprendizagem devem ser cuidadosamente preservadas para não serem neutralizadas pelos vícios negativos advindos da rotina da escola;
- História das disciplinas escolares: corrente que se propôs a investigar o processo de construção do conhecimento escolar. Neste sentido, uma corrente se propôs a pesquisar os processos de transposição didática, o que vai além do saber sábio, de referência ou científico, ao saber ensinado. É o conhecimento com a lógica própria. Autores como Lopes (2001) apontam ser a transposição didática constituída não a partir de critérios exclusivamente epistemológicos, mas a partir das exigências da sociedade num determinado momento histórico. Nesta mesma linha, Tomaz Tadeu (2001) aponta não ser este um processo lógico de construção de currículo, mas um processo social onde devem estar lado a lado, fatores lógicos, epistemológicos e intelectuais.

**O saber docente:** é o saber construído pelo profissional no exercício da profissão. Tardif, Lessard e Lahaye (2001), chamam a atenção para o fato de que o saber docente é plural, estratégico e desvalorizado, resultado de uma mistura da formação profissional, dos saberes das disciplinas, dos currículos e das experiências.

Apesar do alerta da maioria dos autores apontarem para o risco da aplicação pura do saber docente em sala de aula, que deve vir junto com outros saberes, como o saber escolar e o saber científico, são unânimes em afirmar que o saber docente deve ser valorizado e fazer parte das práticas docentes dos professores.

Segundo vários autores, devemos nos colocar numa posição que interliga os saberes: saber docente, saber escolar, saber científico e a prática. Fazer esta ponte entre os saberes e a prática deve ser competência dos profissionais da educação. Acredito que estes saberes devem vir associados, merecem igual atenção, e quando assim aplicados, estamos mais próximos de acertar nossas atividades docentes, pois valorizam o popular, o saber do educando, com o científico, o comprovado. Saber dosar a aplicação desses saberes, talvez não seja uma prática tão fácil, mas deve ser perseguida no meio profissional em que atuamos. Valorizar todos os conhecimentos e aplicá-los no momento e na medida certa, é uma missão do educador.

### 3.6 Educação rural

**Necessidade de Renovação:** Diz a Constituição Federal, artigo 205, que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Baseado nesse dispositivo constitucional procurarei abordar alguns aspectos da educação rural, vistas ao projeto de pesquisa que aborda estudo ligado ao Ensino Fundamental do meio rural, fazendo comparativo entre as escolas de Ensino Fundamental do meio rural do município de Frederico Westphalen - RS e os Centros Familiares de Formação por Alternância do oeste do estado de Santa Catarina.

Observa-se na prática, uma diferença de tratamento entre o ensino no meio urbano e o praticado no meio rural, privilegiando o urbano, principalmente para as classes mais favorecidas. É comum, o sistema educativo, principalmente na rede estadual e municipal, enviar seus professores em início de carreira para escolas do meio rural como forma de adquirir experiência, como se essas escolas rurais fossem laboratório para aprendizagem dos professores, numa conotação clara da não valorização do ensino no meio rural.

Algumas variáveis somam-se em favor dos educandos das famílias rurais, que poderão contribuir para a aplicação de uma educação de qualidade e que atenda ao dispositivo constitucional de "sua qualificação para o trabalho", quais sejam, as famílias rurais são, em geral, mais dóceis, solidárias, afetivas e com padrões morais mais rígidos e conscientes de uma educação de qualidade, expressada principalmente pelos seus representantes de classe, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

"A escola é o elemento básico de fixação do homem no campo" (SILVA, 1988, p. 75). A educação rural deve ser entendida como toda ação educativa junto às populações rurais, devendo considerar as diferenças de grupos existentes no meio, como por exemplo, agricultores familiares, sem-terras, indígenas; valorizar o conhecimento desses grupos; desenvolver o potencial educativo dos educandos; educar para a cidadania e para o desenvolvimento do meio e que seja sustentável.

Somente nas últimas duas décadas o Brasil começou a pensar oficialmente em educação diferenciada e de qualidade para o meio rural, até então, não passava de algumas iniciativas lideradas por Organizações Não Governamentais. A escola brasileira, desde meados de 1500 até este período, é voltada às elites, não chegando ao meio rural. O reflexo está num dos índices mais baixos de escolaridade do mundo no meio rural. Do total de 19 milhões de analfabetos acima de 15 anos, 32,7% estão no meio rural. O responsável por este índice está num mundo das letras que não dialoga com um mundo real. Além disso, apesar de um considerável crescimento do Ensino Fundamental, temos ainda no Brasil, 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da sala de aula e, segundo o IBGE (2000), dos 16 milhões de habitantes com idade de 15 a 19 anos, apenas 8,19 milhões estão matriculados no Ensino Médio, e destes, apenas 2% são jovens do meio rural, o que nos leva a uma conclusão óbvia de que o trabalhador rural ou trabalha sem qualificação para a atividade ou abandona o meio rural para buscar formação, e assim fazendo, não retorna mais para seu meio, deixando uma lacuna que leva à diminuição da população rural e não aumento da renda familiar.

O desenvolvimento rural será possível quando sua população tiver acesso ao conhecimento das técnicas de produção e de conservação do meio ambiente e, através delas, reproduzir uma melhor qualidade de vida e perspectiva de futuro. Como isso será possível quando somente 02% dos jovens rurais chegam ao ensino médio? E quando chega, a maioria das escolas não está voltada para o desenvolvimento do setor rural? A pesquisa mostra que a grande maioria dos jovens que sai do meio rural é porque não vêem neste perspectiva de futuro. Não é função da escola, instituição que em muitas situações é a única presente na comunidade, oferecer, através de seu projeto político-pedagógico, um mínimo de condições para que suas crianças e jovens enxerguem um pouco mais de perspectiva de futuro no meio rural?

A escola rural que queremos deve estar voltada às necessidades e especificidade do meio rural, inserindo o jovem no contexto do mundo do trabalho que exerce, onde possa desenvolver suas atividades profissionais com mais eficiência e sem deixar de lado uma visão macro do mundo globalizado, das opções de vida fora do rural, e de uma formação para a vida, respeitando suas relações sociais e culturais. A escola rural deve estar aberta para a comunidade, e não se enclausurar num projeto político-pedagógico urbanocêntrico e sociocêntrico, deve ter uma presença ativa na vida da comunidade, na vida das pessoas, e não como mostra a pesquisa onde somente 21,58% dos entrevistados respondeu que a escola se envolvia com os problemas da comunidade, que por sua vez afeta também seus educandos. A presença da família na escola deve se dar não apenas em momentos para levar as atitudes de desabono dos alunos e apresentar seu projeto pedagógico, mas para planejar, discutir os assuntos de interesses da aprendizagem e que remetem a um desenvolvimento do educando e do meio. A pesquisa realizada nas escolas de Ensino Fundamental do meio rural do município de Frederico Westphalen-RS revela que a participação dos pais na escola é eventual, ou seja, menos que uma vez por ano. No meu entender, uma escola voltada somente para o desenvolvimento do educando por si só não faz sentido, deve vir acompanhada de uma formação para o desenvolvimento do meio, neste caso das escolas rurais, para o desenvolvimento do rural, social e economicamente justo e ecologicamente sustentável. A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, ou Lei 9.394/96, em seus artigos 26 e 28 abre caminhos para uma educação do campo voltada para a realidade, através da adequação de seus currículos de acordo com as especificidades de cada região ou comunidade, cabe então aos poderes públicos e a sociedade instituí-la e zelar para que seja uma educação de qualidade.

### **3.7 Formação de formadores para profissionalização de jovens rurais e agricultores**

Embora não formal, a formação de agricultores para o exercício de sua profissão, deve estar inserida na escola, principalmente na escola de formação de profissionais de ciências agrárias. Neste contexto, a formação de profissionais para trabalhar com a formação de agricultores no sentido globalizado, deve estar centrada na família como um todo e, portanto, a escola de Ensino Fundamental, objeto da pesquisa, insere-se dentro desta abordagem.

Polon Lacki (1997) descreve o perfil do profissional de ciências agrárias, sugerindo aos formadores universitários algumas linhas de conduta. Primeiramente, o profissional das ciências agrárias deve ter uma formação humanística, que preserve os valores da disciplina, da honestidade, da responsabilidade, enfim, formadores deverão ter uma formação não só tecnicista, do ter, do produzir, que é importante, mas deve vir acompanhada desses valores. A tecnologia e a ciência devem estar a serviço da vida. Neste aspecto, uma agricultura limpa, sustentável, que gere renda, sem destruir o meio ambiente é missão dos formadores de profissionais das ciências agrárias.

Os problemas tecnológicos, gerenciais, de organização, do conduzir os negócios agrários devem ser percebidos de forma holística pelos profissionais que trabalham com o rural. Este profissional deve ser um generalista de modo a atender a grande maioria do público já que a especialização abrange uma minoria de público.

O rural brasileiro é formado hoje por agricultores de distintos estratos, os que possuem condições de recursos para aplicação de tecnologias e os que não possuem, não podendo estes serem excluídos. Um primeiro perfil do profissional aqui destacado é ser humanista, portanto, este público não pode ficar isolado. Encontrar soluções para este extrato de produtores rurais torna-se um desafio e é mais importante que conhecer as tecnologias, pois, a tecnologia tem que estar a serviço do ser humano.

O mundo rural, principalmente nos países emergentes, se depara com problemas de diversas ordens, o que leva também os agricultores a problemas. Encontrar soluções para esses problemas é dever dos profissionais, das academias, que deverão receber dos formadores habilitações para que saibam encontrar soluções para esses problemas. No mundo da globalização, da tecnologia e da ciência, o formador, sem perder o espírito crítico, deve estar de mente aberta e em condições de dialogar, questionar, investigar, sem ideologias partidárias radicais. A visão do profissional deve ser o bem comum. Os recursos tecnológicos deverão promover o bem comum.

Os formadores dos profissionais das ciências agrárias devem estar conscientes de que ouvir e interpretar o que lhes apresentam os agricultores é importante para a solução de seus problemas; que o aumento dos fatores de produção é indispensável para melhorar a qualidade

de vida do homem do campo. Para tal, a profissionalização é fundamental e deverá emancipar o agricultor, e não torná-lo um dependente; iniciar com o que é possível na propriedade agrícola e a melhor maneira de introduzir um trabalho de capacitação e formação do homem do campo.

### **3.8 Conclusão**

No mundo de hoje, de abertura de fronteiras entre povos, da necessidade e das exigências da sociedade em termos de qualidade de vida, a escola é fundamental na discussão dos problemas que podem afetar esta qualidade de vida. As academias devem sair de seus currículos fechados, buscar soluções, discutir com a sociedade, participar do processo de construção dos meios que promovem a qualidade de vida. Os formadores de formadores e de profissionais devem estar voltados às exigências da sociedade, sua evolução, não aceitá-la por aceitar, mas refletir, participar da construção, contestar se não for de interesse do bem comum. Isso se faz com práticas reflexivas, com ações docentes discutidas e compartilhadas.

Formar profissionais da agricultura para obter mais renda com suas atividades rurais é condição fundamental para uma grande maioria de agricultores garantir uma melhor qualidade de vida para suas famílias. Esta formação deve partir das academias que formam profissionais das ciências agrárias, de ensino profissionalizantes e das escolas de Ensino Fundamental do meio rural.

A ciência e a tecnologia só fazem sentido se estiverem a serviço da vida. Inserir-se neste cenário é obrigação das academias, das escolas e dos formadores. A qualidade das escolas e dos profissionais da educação é decisiva para a construção de um mundo mais humano, fraterno, mais feliz e com mais qualidade de vida. A sociedade espera da escola respostas a estes anseios, embora esta seja uma obrigação com que muitas instituições não estão preocupadas.

## **4 A PROBLEMATICA E A METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **4.1 A problemática**

#### **4.1.1 Introdução**

O capítulo quatro faz uma abordagem da problemática que a pesquisa se propôs a analisar e os aspectos metodológicos utilizados para concretização da pesquisa.

Entendo ser como problemática principal das regiões em estudo, a **evasão do jovem do meio rural** com suas conseqüências para o meio urbano e também para o meio rural, e a **sucessão da propriedade** que, ao se desfazer pelos pequenos agricultores, vão parar nas mãos de poucos, causando problemas sociais pelo deslocamento de famílias e, muitas vezes, problemas econômicos porque em muitas situações tornam-se propriedades improdutivas.

Quanto ao aspecto metodológico, o capítulo faz uma abordagem da caminhada percorrida durante o processo de investigação, a sombra de uma contextualização bibliográfica. A técnica utilizada, o questionário, e a metodologia, foi a que mais se adequou a minha realidade de mestrando, concomitante com o trabalho profissional. Isto proporcionou algumas vantagens, como a aproximação com o meio estudantil, objeto da pesquisa, a vivência da trabalho com a pedagogia da alternância a qual tinha uma Casa Familiar Rural sendo investigada o que proporcionou uma melhor aproximação do trabalho com a pesquisa. Por outro lado, como desvantagem, a grande falta de tempo para aprofundamento da pesquisa a nível de campo e principalmente para leituras e contextualização, nada que possa ter comprometido a credibilidade da pesquisa.

#### **4.1.2 A situação do jovem do meio rural**

A região do CODEMAU, composta de 30 municípios, possui uma organização escolar que facilita o acesso do aluno à escola, seja da rede municipal ou estadual, com escola de Ensino Fundamental completo em várias comunidades do meio rural. O acesso se dá através de

transporte escolar mantido pelas Prefeituras Municipais. Em alguns municípios pequenos com população abaixo de 3 a 4 mil habitantes, por questões de economia, os últimos anos do Ensino Fundamental são feitos na zona urbana. Pode-se afirmar que, hoje, alunos do meio rural que deixam de concluir o Ensino Fundamental, o fazem por outros motivos e não por falta de acesso. No caso do município de Frederico Westphalen - RS, especificamente, existem oito escolas de Ensino Fundamental completo inseridas no meio rural.

O que se observa, de forma empírica, é que o jovem, do meio rural, em idade de conclusão do Ensino Fundamental, está desmotivado para continuar, junto com a família, as atividades rurais. Segundo o agricultor Adair Natal Cocco, do município de Frederico Westphalen - RS<sup>16</sup>, *“o filho do agricultor parece que tem vergonha de ser agricultor”*. Para a mesma revista, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen diz que

no dia a dia a gente houve do nosso agricultor associado aquele desestímulo, aquele pessimismo, muitas vezes até a queixa do seu filho que ele gostaria que fosse agricultor, mas ele acaba indo embora para as grandes cidades porque a região não oferece oportunidade para que ele fique no meio rural (PELEGRIN, 2001 p. 25).

O jovem do meio rural, que cursa o Ensino Fundamental no meio urbano, entra em contato mais cedo com o mundo "civilizado" da cidade, despertando-o para continuar seus estudos no meio urbano ao mesmo tempo em que inicia uma tentativa para ingressar no mercado de trabalho na cidade. O jovem, que cursa o ensino fundamental no meio rural, mesmo sem uma visão do mundo "civilizado" da cidade, mas influenciado pelos colegas que estudam no meio urbano e pelo incentivo dados pelos professores da escola durante suas atividades, motivando-os a continuar a estudar, começa a voltar suas idéias para a continuidade dos estudos e, a partir do Ensino Médio, ministrado somente nas sedes dos municípios, cidades, tendem a seguir os mesmos caminhos dos colegas.

"Aqui, na minha comunidade, dá para contar a quantia de jovens que tem. Olha, uma vez tinha um time de futebol de campo e sobrava jovens. Hoje terminou o futebol porque não fecha um time" (SZYDLOSKI, 2001, p. 26). Pelo depoimento do agricultor, além do problema do êxodo rural que se observa na sua comunidade e, porque não dizer, de toda a

---

<sup>16</sup> Em depoimento à revista *Um Novo Jeito de Ser Colono*.



região, outro problema aflora, que é a falta da vida social do homem do campo, tornando-o cada vez mais propenso a deixar o meio rural e buscar uma nova vida na cidade.

Grande número de jovens do meio rural abandona a casa paterna e vai em busca de melhores condições de vida no meio urbano, fato constatado pelas próprias escolas e registrado nos Projetos Político - Pedagógicos das mesmas. Este problema constata-se não só nos municípios a serem estudados, mas é um fenômeno de ordem regional. Sabe-se que muitos desses jovens que abandonam o campo, após alguns anos, melhoraram muita sua qualidade de vida. Não tive conhecimento de nenhum trabalho de pesquisa até agora que mostre qual o percentual dos jovens que melhoraram a sua qualidade de vida deixando o meio rural e indo para centros urbanos. A preocupação é com aqueles jovens que não conseguem alcançar êxito fora do meio rural, e por isso passam a praticar ações que não condizem com a condição de seres humanos e vêm em desabono com os princípios de uma sociedade humanizada. Portanto, paira uma incerteza muito grande sobre o destino dos jovens do meio rural que migram para as cidades em busca de melhor qualidade de vida quando, no meio rural isso é evidente, embora se tenha muito a melhorar.

Creio que a causa do êxodo rural está relacionada, em partes, a falta de programas de formação dos jovens rurais, podendo ser constatado pelo seguinte depoimento, dado por um agricultor:

Aqui tem dois agricultores que estão na comunidade, pelo que estou vendo [...] Estão melhores em função de que eles foram estudar, se formaram Técnico Agrícola e estão colocando o que a terra precisa [...]. Quando esses dois rapazes voltaram e ficaram em casa, todo mundo dizia, a vizinhança, que eram os caras mais loucos que tinha, que foram estudar para trabalhar na lavoura, deixando de ganhar um ordenado que é fixo, que chove ou faça seca, aquele salário é certo (BOLZAN, 2001, p. 27).

Evidenciam-se aqui dois aspectos importantes: o primeiro é o sucesso de dois jovens agricultores, que se destacaram na comunidade pelo espírito empreendedor e pela situação financeira que estão adquirindo, atribuído, segundo o relato, pelo estudo agrotécnico que possuem, uma formação voltada ao desenvolvimento das atividades agropecuárias que os fazem permanecer no campo. A outra situação é a cultura do emprego na cidade e de que quem estuda tem que sair do meio rural, demonstrado pelos seus vizinhos que os chamaram

de "loucos" por permanecerem no meio rural. Essa expressão de que, quem estuda tem que sair do meio rural é forte nas comunidades pesquisadas, dando a conotação, por outro lado, de que quem permanece no meio rural, não precisa estudar.

#### **4.1.3 A sucessão da propriedade**

Outra grande preocupação é a questão da sucessão da propriedade. Hoje, um grande número de famílias, reduzido em termos de membros a que pertencem, ou porque não dizer formada somente pelo casal, já sem condições de trabalhar na agricultura, abandonam a propriedade, não tendo para quem deixar. Há quem consegue vender, ocorrendo então duas situações: primeira, a venda é efetuada para outra família desassentada, cumprindo assim a terra sua função social; uma segunda situação é a transação com outro proprietário, que possui outras glebas junto a esta, que vai aumentando cada vez mais suas áreas tornando-se pequenos "latifundiários" dentro de minifúndios da região.

Quando a terra não é vendida, fica abandonada, ocorrendo então as seguintes situações: a área que era cultivada torna-se capoeira, vegetação permanente, que cresce ao natural aumentando a biodiversidade, aumentando a flora e a fauna. Pode-se dizer que num contexto global de degradação do meio ambiente, esta situação de abandono da propriedade rural, está, paradoxalmente, cumprindo sua função social que é melhorar a qualidade do meio ambiente da região e do planeta. Por outro lado, há um decréscimo de produção. Não há mais geração econômica nesta área e, conseqüentemente, diminuição de impostos para os municípios, menos dinheiro que circula na região, enfim, toda aquela ciranda financeira causada pela falta de moeda em circulação. O que nos cabe interrogar neste momento, em relação à pergunta da pesquisa, é se esta situação é ou não desenvolvimento e que tipo de desenvolvimento, ou seja, temos uma diminuição de renda causada pela diminuição da produção agropecuária e rural, mas em contrapartida, o aumento da biodiversidade e diminuição dos problemas ambientais. Cabe nos interrogar então: O que é desenvolvimento? Que tipo de desenvolvimento queremos? O problema social causado pelo baixo padrão de vida do homem rural que passou a viver no meio urbano é maior que a diminuição dos problemas ambientais ocasionados pela desabitação? Como mensurar ou avaliar esta situação?

Outra situação que ocorre em função do êxodo rural é a desativação de toda a infra-estrutura comunitária onde as famílias estavam inseridas. Aquela pequena escolinha, que muitas vezes era utilizada também para práticas religiosas, promoções sociais, ponto de encontros, de reuniões das famílias rurais, desapareceu deixando um vazio. A aproximação entre as famílias é cada vez menor, pois aumenta a distância entre o ponto de encontro entre as famílias causando uma desmotivação entre os mesmos para se reunirem. A troca de idéias entre os agricultores sobre suas atividades torna-se menos freqüentes. Toda aquela cultura de encontro familiar nos centros comunitários, principalmente nos fins de semana, fica comprometido.

O que eu quero compreender é por que existe desinteresse por parte de professores, dirigentes de escolas, secretarias de educação, com o ensino agrícola, não dispondo de conteúdos ligados à formação de crianças e jovens agricultores, nem com a capacitação voltada ao rural, em escola do meio rural, com alunos oriundos somente do meio rural.

As ligações entre os fenômenos que gostaria de conhecer é se realmente a escola de Ensino Fundamental do meio rural, com currículos diferenciados do ensino urbano, pode ser um diferencial para a participação mais intensa no desenvolvimento das comunidades. Até que ponto a saída dos jovens do campo é uma consequência da formação escolar do meio rural? Como o setor de ensino dos municípios, com economia essencialmente agrícola e com a maioria da população vivendo ainda no meio rural, na região, mas com graves problemas de êxodo rural que num futuro bem próximo deixará de ser a maioria população rural, bem como uma série de outros problemas estruturais, ainda não se deu conta deste problema e continua com seus currículos urbanizados?

## **4.2 Metodologia**

### *4.2.1. Considerações iniciais*

O objetivo fundamental da ciência é chegar à veracidade dos fatos. O conhecimento científico distingue-se dos demais pela sua verificabilidade, que deve ser comprovada através de métodos e técnicas.

Método é o caminho para se chegar a um fim. Esta pesquisa se propõe a chegar ao fim específico de identificar a contribuição das escolas de Ensino Fundamental no desenvolvimento rural bem como apontar alternativas de educação que venham ao encontro das necessidades das famílias residentes no meio rural, tanto para a melhoria de suas atividades agropecuárias ou rurais, bem como na formação das pessoas como cidadãos capazes de lutar e buscar seu espaço na sociedade, fugindo do desconhecimento de seus direitos. Existe um grande número de métodos científicos, que podemos classificá-los em métodos gerais e métodos específicos<sup>17</sup>.

Os métodos gerais procuram objetividade necessária ao tratamento dos fatos sociais. O objetivo fundamental é oferecer soluções para os problemas epistemológicos da investigação científica. Três são os métodos gerais da ciência da educação: o método hipotético dedutivo, o método dialético e o método fenomenológico.

Os métodos específicos têm por objetivo proporcionar ao investigador técnicas necessárias para garantir objetividade e precisão na investigação dos fatos das ciências sociais. Segundo Gil, os métodos específicos mais utilizados são: o experimental, o observacional, o comparativo, o estatístico e o clínico.

A pesquisa também pode ser classificada quanto aos métodos em quantitativa e qualitativa (BOUDON, 1971). No tipo de pesquisa realizada predomina o método quantitativo, porém, abrange também aspectos qualitativos. "A condição necessária para aplicação dos métodos quantitativos e, pois, que a observação repousa, pois sobre um conjunto de elementos, de uma certa forma comparáveis". (BOUDON, 1971, p. 31).

Optou-se principalmente pelas escolas do município de Frederico Westphalen RS, por ser onde tenho meu endereço profissional, ser mais próximo de minha residência, possuir uma Casa Familiar Rural em início de atividade, onde sou monitor e coordenador, por estar dentro

---

<sup>17</sup> GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1989.

da região política do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai - CODEMAU, que abrange 30 municípios com características geográficas, climáticas, de estrutura fundiária e sistema educacional semelhantes. Assim sendo, creio que o resultado da pesquisa pode ser estendido a estas outras comunidades com um bom proveito para estudos comparativos e análises de seus sistemas escolares. Uma vez decidido por esse município, pelas razões expostas, parti para um primeiro contato com as escolas existentes no meio rural. A intenção inicial era trabalhar com ex-alunos e pais de todas as escolas do meio rural, num total de oito. Assim, foi feito contato com as escolas: Escola Municipal Rui Barbosa, da comunidade de Getúlio Vargas; Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Nabuco, de Linha Pedras Brancas; Escola de Ensino Fundamental Marechal Floriano, de Linha São José; Escola Estadual de Ensino Fundamental Valdemar de Barros, do Distrito de Osvaldo Cruz e Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Vitor Batistella, do Distrito de Castelinho. As escolas foram nucleadas<sup>18</sup>, por isso atendem alunos de várias comunidades próximas, não somente da comunidade sede da escola, que se deslocam através do sistema de transporte escolar mantido pela Prefeitura Municipal. O contato foi feito com as direções das escolas, onde se expôs o objetivo da pesquisa sendo prontamente atendido pelas mesmas.

Algumas escolas forneceram imediatamente a relação de seus ex-alunos com filiação e endereço residencial, em outras, foi necessária uma segunda visita para obtenção os dados. Feito o levantamento, constatou-se um total de 155 ex-alunos formados nos anos de 1998, 1999 e 2000, sendo muito difícil aplicar o questionário a 20% de ex-alunos e pais destas oito escolas, ficando acordado com os professores do Mestrado Internacional em Formação e Desenvolvimento Sustentável que se trabalharia somente com ex-alunos, formados nesses três anos, em três escolas.

Definido este critério, optei pelas escolas: Escola Municipal Rui Barbosa, da comunidade de Linha Getúlio Vargas, por ser a maior em número de alunos formados nestes anos bem como abranger um maior número de comunidades, tornando-se assim mais representativa geograficamente. A segunda escola escolhida foi a Escola Estadual Monsenhor Vitor Vativistella, do distrito de Castelinho, também por ter uma boa representação de alunos em termos geográficos dentro do município, ser de fácil acesso, com ligação asfáltica até a sede da comunidade e por ser uma escola da rede pública estadual, mesclando assim as duas redes,

---

<sup>18</sup> Nuclear é reunir várias escolas menores numa só com mais infra-estrutura.

estadual e municipal. Por fim, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Floriano, de Linha São José, foi escolhida por estar na outra extremidade do município, de forma que, no conjunto das três escolas, a abrangência geográfica do município ficou bem distribuída.

Na 6ª sessão do mestrado realizada no mês de abril de 2003, em Florianópolis, por sugestão do coordenador de tese, Senhor Jean Cloud Gimonet e Pedro Puig Calvó, a pesquisa deveria fazer um estudo comparativo entre as escolas da rede pública e escolas que vem trabalhando com a Pedagogia da Alternância, optando assim por uma Casa Familiar Rural situada no Oeste do Estado de Santa Catarina, município de Quilombo, que é uma escola da rede comunitária, tendo na administração uma associação de pais e como mantenedor o município. Todos os alunos são filhos de pequenos agricultores, oriundos de várias comunidades do município. A escola fica a uma distância de 5 quilômetros da cidade. Optei por esta escola, dentre várias do Oeste de Santa Catarina, por ser uma escola já conhecida de épocas anteriores ao início da pesquisa quando em visita de trabalho para conhecimento do sistema de Casas Familiares Rurais para implantação no Rio Grande do Sul. Em contato com a direção da escola, obtive as informações necessárias, nome dos ex-alunos com seus devidos endereços o que possibilitou a realização da pesquisa mais tarde, na mesma sistemática realizada com os ex-alunos da rede pública, ou seja, num primeiro contato foi entregue o questionário prestando as orientações devidas sobre o preenchimento e, num segundo momento, foram recolhidos estes questionários.

A técnica utilizada para a recolha de dados foi inquérito por questionários mistos, com perguntas fechadas e abertas. Em janeiro de 2003 foram aplicados dois questionários, no município de Frederico Westphalen, com o objetivo de detectar a sua funcionalidade na prática. Em junho de 2003 foram aplicados 31 questionários, nas três escolas selecionadas do mesmo município, e em setembro, 13 questionários para a Casa Familiar Rural de Quilombo - SC. O questionário era acompanhado de uma correspondência expondo todos os motivos da pesquisa e da importância das respostas com isenção e foi deixado na casa do ex-aluno, onde mantive contato direto com o mesmo e seus familiares, ou somente com seus familiares quando este não se encontrava, reiterando as informações contidas na carta de apresentação, ou seja, da importância da neutralidade nas respostas, a não identificação do questionário para

manter a neutralidade, o sigilo das informações e a importância que teriam para análise do ensino rural.

O critério de escolha dos inquiridos foi o sorteio, num total de 20% de cada escola da rede pública e 50 % da rede comunitária, com o cuidado de sortear também suplentes prevendo-se problemas com possíveis transferências de residência e não ser possível localizá-los ou tornar-se difícil o contato pela distância do novo endereço, o que de fato aconteceu em várias oportunidades, sendo necessário então optar pelo suplente. Chegando ao endereço dos entrevistados, alguns já tinham migrados para a cidade, sede do município onde se desenvolve a pesquisa, sendo então possível localizá-los e aplicar o questionário. Houve casos também em que os familiares se encontravam no endereço fornecido, porém o entrevistado estava morando na cidade para fins de estudo, também sendo possível localizá-los. Neste trajeto de distribuição dos questionários, realizados em vários dias, foi percorrido um total de aproximadamente 230 quilômetros, sendo percorrido igual quantia para a recolha, que acabou acontecendo entre 15 a 25 dias após a entrega. No momento da recolha dos questionários, foi feito uma pequena enquete informal sobre o grau de dificuldades do questionário, sendo que a grande maioria declarou não ter tido dificuldades de entender o questionamento, pelo contrário, declararam ter sido fácil. Poucos foram os casos de declaração de dificuldades em algumas questões, quando foi novamente explanado dirimindo assim suas dúvidas.

O método escolhido para esta pesquisa é o método **estatístico** que se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade. "Há de se considerar, porém, que as explicações obtidas mediante a utilização do método estatístico não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de boa probabilidade de serem" (GIL, 1989, p. 36).

Decidi optar por esse método porque a técnica a ser utilizada para coleta de dados, o **questionário**, com perguntas principalmente fechadas, permite-me uma avaliação quantitativa dos dados, o que entendo ser a mais adequada para o tipo de pesquisa se comparados com os outros métodos descritos por Gil (1989). Será uma entrevista estruturada, desenvolvendo-se a partir de uma relação fixa de perguntas que serve para todos os entrevistados e que possibilita o tratamento quantitativo dos dados. "O método quantitativo busca o conhecimento da opinião

a partir das somas das respostas oferecidas pelo indivíduo que interage com seu sistema social e, portanto, recebe as influências deste" (GORGOZINHO, 2003).

#### 4.2.2 A técnica

Depois de definida a hipótese a priori, partiu-se para o plano de observação através da recolha de dados, uma vez definida a pergunta de partida, **qual a contribuição que as escolas de ensino fundamental rural estão dando para o desenvolvimento do meio rural?** Os dados estatísticos serão oriundos da enquete por questionário. As questões feitas aos ex-alunos das escolas das duas redes foram iguais, pois, "qualquer que seja o tipo de material utilizado, o ideal é sempre obter dados que possam ser comparados entre si" (BOUDON, 1971 p. 37).

A técnica a ser utilizada é a de questionário em que o ex-aluno recebe em mãos, na sua residência, um questionário com perguntas fechadas, na sua grande maioria, que permite a coleta de dados junto a ex-alunos de cinco escolas do meio rural da rede pública do município de Frederico Westphalen e uma escola da rede comunitária que se formaram nos anos de 1988, 1989 e 2000.

Os questionários e formulários são instrumentos de coleta de dados construídos a partir de perguntas fechadas, "porém este princípio não se configura tão rígido que o pesquisador não possa, em hipótese alguma, incluir perguntas abertas quando elabora seu questionário, caso seja de seu interesse" (PÁDUA, 2000, p. 71).

O tipo de enquete utilizado foi o de sondagem contextual (BOUDON, 1971) que caracteriza o ex-aluno como ele é, sua opinião sobre as perguntas, bem como caracteriza a escola (meio) e a influência desta sobre as atitudes e opiniões dos inquiridos. "Sondagens contextuais são as que permitem construir variáveis que caracterizam não somente os indivíduos, mas o meio a que pertence" (BOUDON, 1971, p. 41).

As questões foram feitas dando aos inquiridos a possibilidade de responder entre 3 a 5 variáveis, respostas, segundo o seu livre pensamento, e que mais se assemelhava com sua situação, o que leva à classe definida como uma enquete quantitativa. As respostas



possibilitaram a análise entre as relações e diferenças entre as perguntas das diferentes escolas, da rede pública e rede comunitária.

#### *4.2.3 A coleta de dados*

Quando o questionário é entregue para o ex-aluno, o mesmo receberá informações sobre as intenções e objetivos da pesquisa o que permite deixá-lo ciente da importância de respostas conscientes, possibilitando a obtenção de dados dos mais diversos aspectos da vida social, com eficiência e profundidade acerca do comportamento humano sendo os dados suscetíveis de classificação e quantificação.

Quando concluído o trabalho de formulação das perguntas e devidamente revisado, e após embasamento teórico, parte-se para o campo. Inicialmente buscarei informantes-chaves que possam identificar os que serão entrevistados, numa relação pré-definida por critério que procurará observar a neutralidade e o anonimato, podendo ser o critério de sorteio ou outro qualquer que preserve estas características. É uma escolha através de uma amostragem aleatória simples. Uma vez identificadas as pessoas a serem entrevistadas através da definição das escolas a serem pesquisadas, cinco de um total de oito escolas de Ensino Fundamental do meio rural, e de posse da relação dos formandos no período que se pretende pesquisar, 1998, 1999 e 2000, far-se-á uma visita a sua residência e, explicado o motivo e deixando o entrevistado bem tranquilo, parte-se para a coleta de dados, ressaltando sempre a importância da seriedade nas respostas e o sigilo das informações.

O trabalho se propõe a pesquisa com ex-alunos de 03 escolas de Ensino Fundamental do meio rural do município de Frederico Westphalen – RS - Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa de Linha Getúlio Vargas, Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Floriano de Linha São José e Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Vitor Batistella do distrito de Castelhino - para, a partir da análise do ensino tradicional no desenvolvimento sócio-econômico do município, descobrir formas alternativas de educação para melhorar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades.

## **5 SISTEMA DE FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO MEIO**

### **5.1 Introdução**

Este capítulo pretende abordar a situação geral do ex-aluno, quanto ao aspecto educacional, êxodo rural, disposição para continuar com atividades profissional no meio rural, a influência da escola sobre a saída deles do meio rural, ou sua permanência e grau de satisfação com o rendimento financeiro das atividades agropecuárias.

Muitas vezes, os educandos, quando não orientados no sentido de escolher sua vida profissional, tendem a seguir aquilo que a escolha apresenta, em seus conteúdos, suas práticas cotidianas, seguindo o exemplo de profissionais que estão mais próximos. Neste caso, a escola da rede pública mostra mais dificuldades relacionadas ao meio rural do que a escola da rede comunitária. Neste caso, evidentemente, a rede pública está facilitando a saída do jovem do meio rural, através de suas ações e reflexões. Destina-se um item deste capítulo a analisar a visão do ex-aluno da escola em que estudou no Ensino Fundamental, procurando detectar que visão a escola repassa para o educando sobre as dificuldades ou facilidades para viver no meio rural ou no meio urbano e de seu incentivo para com sua futura atividade profissional.

O tipo de atuação da escola é de fundamental importância na vida da comunidade escolar, bem como, no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. Será feita uma análise da participação da escola nas diferentes atividades da comunidade, como atividades de lazer, culturais e religiosas, na discussão dos problemas da comunidade e a presença desta na escola e vice-versa, a partilha da escola com a comunidade das atividades administrativas e pedagógicas através de encontros e atividades com as famílias e a valorização das experiências e conhecimentos das mesmas.

Entendo que um dos motivos para a permanência do jovem no meio rural e para o desenvolvimento de uma comunidade está relacionado com a qualidade de vida que pode desenvolver em seu domicílio e, no meio rural, a qualidade de vida depende, entre outros fatores, do aumento da renda financeira das famílias através do aumento dos fatores de produção. Um item deste capítulo destina-se a fazer uma análise destas questões, sua relação

com a permanência ou não no meio rural, numa análise comparativa entre escolas da rede pública e uma escola da rede comunitária, com a pedagogia voltada ao desenvolvimento dos fatores de produção do setor primário, mais especificamente, agricultura e pecuária.

Os aspectos sociais são de fundamental importância na conceituação de qualidade de vida. Para a permanência das famílias no meio rural, penso ser necessário contemplar o meio rural com ações de ordem sociológicas, e se as escolas assim o fazem, estarão contribuindo para o processo. Neste item, será analisada a participação dos ex-alunos em associações, sindicatos e cooperativas, a contribuição da escola no desenvolvimento destas formas associativas, a participação do ex-aluno em atividades comunitárias e de liderança.

O desenvolvimento rural sustentável deve ser condição indispensável para manter a qualidade de vida, não só no meio rural, mas a nível planetário. Produzir sem transgredir o ambiente faz parte desta condição e o trabalho se propôs a interrogar os ex-alunos sobre problemas de meio ambiente, qualquer que seja, ao nível de propriedade e no nível de comunidade onde reside.

## 5.2 Situação atual do ex-aluno

QUADRO 1 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE A PERMANÊNCIA EX-ALUNO NO MEIO RURAL

QUESTÃO	ESCOLAS					
	Rede Pública			Rede Comunitária		
	Sim %	Não %	NR %	Sim %	Não %	NR %
1. Continua estudando	61,29	35,48	3,23	30,77	69,23	
2. Continua no meio rural	61,29	38,71		84,62	15,38	
3. Pretende continuar no meio rural	16,13	83,87		84,62	15,38	
4. Dos que estão no meio rural, estão satisfeitos com o rendimento financeiro de suas atividades rurais	11,54	61,54	26,92	72,73	18,18	9,09
5. Se você está ou pretende ficar no meio rural, a escola contribuiu para isso	38,46	34,62	26,92	100,0	0,00	
6. Dos que saíram ou pretendem sair do meio rural, a escola contribuiu para isso	34,62	61,54	3,84	0,00	100,0	
7. A falta de estudo ligada à atividade agrícola também contribuiu para sua saída do meio rural	25	66,67	8,33	00,00	100,0	

Uma das condições para o desenvolvimento do meio rural é, obviamente, continuar trabalhando nele e usar tecnologias que permitam maximizar os meios de produção, mão-de-obra, capital e trabalho, sem transgredir o meio ambiente, e entendo que isso só é possível com um processo de formação voltado a essa realidade. Com a finalidade de detectar essas condições busquei saber se o ex-aluno continua com sua formação escolar, se continua com a

atividade rural, se pretende continuar e a satisfação com essa atividade por entender que só obteremos sucesso em nossas atividades profissionais se o trabalho nos traz satisfação.

1) Quando interrogado aos ex-alunos sobre sua situação escolar, obteve-se os seguintes dados:

a) Dos 31 interrogados das escolas da rede pública, 19 (61,29%) responderam que continuam estudando, 11 (35,48%) pararam de estudar e 01 não respondeu. Daqueles que continuam estudando, 05 estão cursando o Ensino Superior, 08 o Ensino Médio, 05 cursam o Ensino Técnico (informática, contábil e químico) e 01 está cursando o Ensino Supletivo. Dos que pararam de estudar os motivos foram principalmente, a falta de recursos financeiros e por motivo de trabalho profissional, incompatível com o calendário escolar.

b) Na rede comunitária, 05 (38,46%) deixaram de estudar e 08 (61,54%) continuam estudando, sendo que destes, 50% optaram pelo curso de Técnico Agropecuário, possivelmente motivados pelo ensino agrícola que receberam e também pelo desejo de continuar a atividade agricultura manifestado pela maioria dos inquiridos, 03 optaram pelo Ensino Médio e 01 está cursando o Curso de Graduação em Agricultura Desenvolvimento e Gestão Agro-industrial também possivelmente motivado pela escola para continuar com o agronegócio.

2) Quando interrogados se continuam trabalhando na área rural o resultado foi:

a) Dos 31 ex-alunos da rede pública, 19 (61,29%) responderam que sim, sendo 18 em regime de exploração junto com a família e 01 em parceria, e 12 (38,71%) responderam que não continuam na área rural, apresentando como motivos para tal, explicações como: *"não vejo perspectiva de vida"* (Deivis Sepp); *"não tem futuro e não dá lucro"* (Francielle Krasnievicz); *"porque acho que não têm futuro"* (Marlise Zatti), todas essas abordagens numa referência de que, se suas propriedades fossem rentáveis economicamente, não deixariam o meio rural. Reforço com isso minha tese da necessidade do ensino no meio rural voltar-se para a busca de soluções para os problemas das famílias. Se esse problema é falta de renda, isso só pode ser sanado com projetos agropecuários viáveis técnica e economicamente, para tanto, a

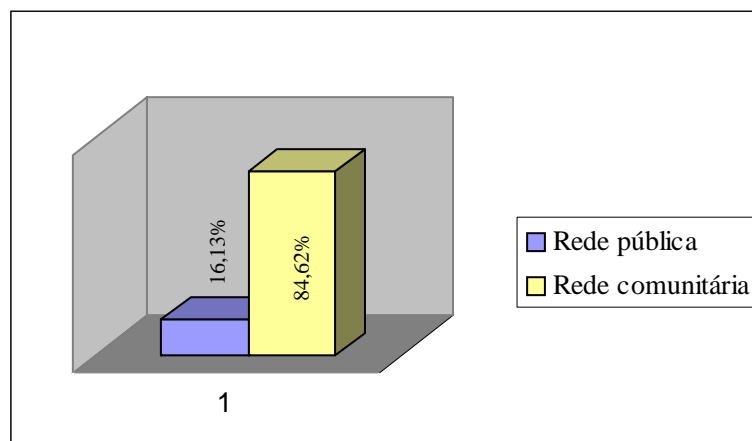
necessidade de formação dos atores, as famílias dos agricultores e seus filhos, que freqüentam o Ensino Fundamental.

Quanto à permanência na propriedade, alguns dos motivos alegados foram: *"permitir ajudar a família"* e *"porque gosto muito da atividade"*. O gosto pela atividade rural, no meu entender, está ligado a sua valorização enquanto agente de produção de bens capaz de proporcionar satisfação e qualidade de vida. A área média dos que permanecem na área rural é de 20,30 hectares por unidade de produção, e a média geral do município é de 15,8 hectares.

b) Dos 13 entrevistados da rede comunitária, 2 (15,38%) responderam que não continuam, um diz que é *"porque tenho pouca terra"* e o outro porque *"os custos de produção são altos e o preço do produto do agricultor baixo"* e, 11 (84,62%) responderam que continuam na área rural destacando-se entre os argumentos para a permanência: *"porque gosto, adoro trabalhar na área rural"*. A média dos que permanecem na área rural é de 25,48 hectares por unidade de produção, sendo a média geral do município de 15,8 hectares.

Observa-se que, com estrutura fundiária semelhante a daqueles que permanecem na atividade rural, bem como em termos médio dos municípios, o êxodo rural é maior entre os ex-alunos da rede pública e a previsão para continuar na atividade rural é ainda maior no meio dos ex-alunos da rede comunitária, como vemos a seguir:

**GRAFICO 1 - INTENÇÃO DE CONTINUAR NA ÁREA RURAL**



3) Quando interrogados se pretende continuar no meio rural obteve-se a seguinte respostas:

a) Do total de 31 interrogados da rede pública, apenas 05 (16,13%) responderam que pretendem continuar e 26 (83,87%) que não pretendem continuar. Daqueles que não pretendem permanecer na área rural, 17 responderam que é por falta de perspectiva de futuro com as atividades do meio rural, 03 porque ganham mais com as atividades de assalariado na cidade, 01 porque não gosta da atividade rural e os demais apontaram outros motivos.

Apesar de não haver, na metodologia utilizada, uma questão específica sobre o que é falta de perspectiva de futuro, as respostas das indagações permitem fazer uma leitura de que está relacionada com qualidade de vida, ou seja, possuir os meios para oferecer obter saúde, educação, lazer, meio de transporte, moradia adequada, enfim, poupança que lhes permita criar com segurança seus filhos.

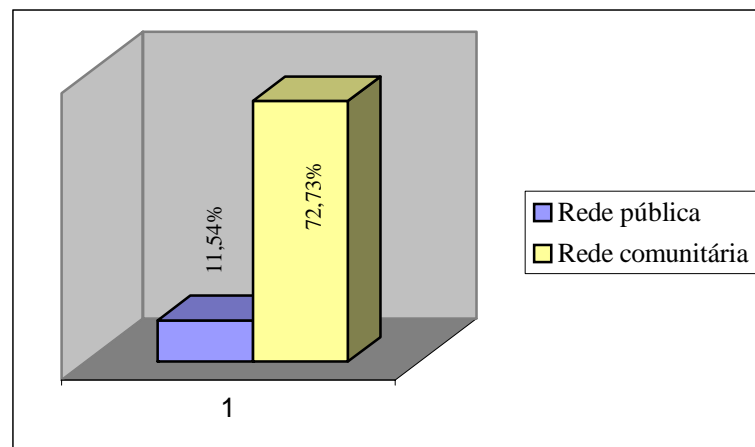
Dos 05 que responderam que pretendem ficar no meio rural, 04 responderam que é porque gosta da atividade e 01 porque a situação econômica é melhor no meio rural do que no urbano. Isto tudo leva a crer que, a falta de perspectiva de futuro promissor é a grande responsável pela saída dos jovens do campo. Portanto, para que o processo de evasão de jovens do meio rural não continue acontecendo, se faz necessário levar ao meio rural, projetos que proporcionem renda e bem estar as famílias através da formação dessa nova geração de agricultores, que poderá iniciar no Ensino Fundamental Rural. "Se as escolas rurais de 1º grau não o fazem será difícil, para não dizer impossível, rompê-lo, contando exclusivamente com a inadequada formação que recebem de seus próprios pais o com a ineficiente capacitação que recebem dos extensionistas" (LACKI, 1999, p. 18).

b) O que se observa nos interrogados da rede comunitária é um quadro bem diferente, pois 11 (84,62%), de um total de 13 interrogados, tem a intenção de permanecer no meio rural, justificando ser porque gostam da atividade, têm melhor situação econômica que na cidade, melhor perspectiva de futuro e, em menor proporção, a necessidade de ajudar a família. Observa-se em relação à questão que a diferença entre as duas situações analisadas é muito grande, o que justifica a presença de um dos pilares da teoria tripolar da formação, o pilar da ecoformação. O educando, nesta escola, através da Pedagogia da Alternância, com períodos de estudo junto à família, aprende com o meio, ou seja, o meio familiar, o meio rural, ao passo

que, na rede pública, este pilar não está presente, pois o meio rural não é enfocado e o educando não passa períodos de estudos junto à propriedade.

Entre os que pretendem sair do meio rural, a falta de perspectiva de futuro observado é a principal justificativa nas escolas da rede pública, o que não se observa na escola da rede comunitária, levando-nos a crer que a escola pública não está levando informações que possam melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, o que não ocorre na outra situação analisada, pelo contrário, se estão no meio rural é porque estão satisfeitos com a situação sócio-econômico atual, o que leva à conclusão de que foi a escola que proporcionou estas condições indispensáveis para o desenvolvimento rural, que é a motivação, a satisfação e o conhecimento para aumentar os meios de produção e renda da família rural.

GRAFICO 2 - SATISFAÇÃO DO EX-ALUNO COM SUA ATIVIDADE RURAL



O jovem, para permanecer com a atividade rural, deve estar satisfeito com o rendimento financeiro de suas atividades, caso contrário, a região oferece oportunidades de saída do meio rural, mesmo na incerteza do futuro, por ser uma região de fácil acesso principalmente para a indústria calçadista do Vale dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre.

4) Quando perguntado aos que permanecem na área rural, se estão satisfeitos com o rendimento financeiro de suas atividades nos últimos anos, as respostas foram as seguintes:

a) Nas escolas da rede pública, num total de 26 jovens, 07 não responderam ou não souberam responder, apenas 03 (11,54%) responderam que estão satisfeitos, e alguns, citam como motivos da satisfação *"que estamos numa era que mostra algumas mudanças, na valorização de nossos pequenos agricultores"* (Elizandro Barimarki); *"gosto muito e então não importa quanto ganho, mas moro no meio rural porque gosto"* (Camila Secretti) e, 16 (61,54%) que não estão satisfeitos, merecendo registro para as seguintes afirmações: *"pouco lucro e bastantes despesas"* (Tiago Freo); *"porque o tempo não contribui e preços baixos dos produtos"* (Marcos Szydloski) e *"por causa dos altos preços dos insumos"* (Ezequiel Rocha), o que significa dizer que os projetos agropecuários das famílias não são eficientes e não atendem aos desejos dos jovens sobre suas necessidades básicas, de consumo ou de segurança para um futuro com qualidade de vida, demonstrado através da expressão "pouco lucro da atividade" feita pela maioria dos insatisfeitos. Outros motivos também alegados foram a falta de assistência técnica, problemas de política agrícola e climático.

b) Na rede comunitária o índice dos que estão satisfeitos com suas atividades agropecuárias sobe para 72,73% quando 8 responderam afirmativamente, justificando com afirmações como *"está dando para fazer algum investimento"* (Evandro Dal Água); *"houve muitas mudança"* (Ivânio Ruani), referindo-se às mudanças ocorridas em sua propriedade; *"não é tanto pelo rendimento, mas sim pela satisfação de fazer o que gosto"* (Vander Endler); *"a propriedade mudou depois de ter aplicado técnicas e experiência praticadas na escola"* (Ex-aluno não identificado) e *"pouco custo de produção, novos mercados e grande economia em produção de alimentos de consumo"* (Ex-aluno não identificado), um não respondeu e apenas 2 (18,18%) responderam que não estão satisfeitos.

O grau de insatisfação com suas atividades rurais entre os ex-alunos da rede comunitária é bem menor que os da escola da rede pública, o que nos leva a deduzir que há uma diferença na formação, tendo em vista que nas duas situações, os meios de produção, mão-de-obra, capital e trabalho são semelhantes nas duas situações.

Fica evidente, tanto no público da escola da rede pública como da rede comunitária que a satisfação com as atividades rurais que desenvolvem está ligada ao gosto nato pela atividade ou como consequência do uso de tecnologias que permitiram melhorar a economia da



propriedade, que por sua vez está relacionada com o desejo de permanecer no local, reforçando assim a idéia de uma escola voltada à melhoria das atividades profissionais das famílias dos agricultores.

A pesquisa tentou buscar informações sobre a influência da escola para a permanência do jovem no meio rural, bem como à saída do jovem, se a falta de estudo relacionada com o meio rural também contribuiu para a saída do meio rural através das três questões seguintes:

5) Se o ex-aluno está ou pretende ficar no meio rural, a escola contribuiu:

a) Nas escolas da rede pública, num total de 26 que estão no meio rural, 10 (38,46%) responderam que a escola influenciou para sua decisão de permanecer, pois a escola mostra um mundo urbano mais difícil de viver que no mundo rural, 9 (34,62%) responderam que a escola não influenciou para a sua decisão de permanecer no meio rural e 6 (26,92%) não responderam.

O que se evidencia nesta questão é que a grande maioria daqueles que pretendem continuar no meio rural ou que ainda nele permanecem, não foi influenciada pela escola, mas sim por outros fatores. Nesta questão, parece estar a escola ausente da problemática, ou sem ações que possam modificar a realidade a favor da permanência do jovem no meio rural, com dignidade e qualidade de vida.

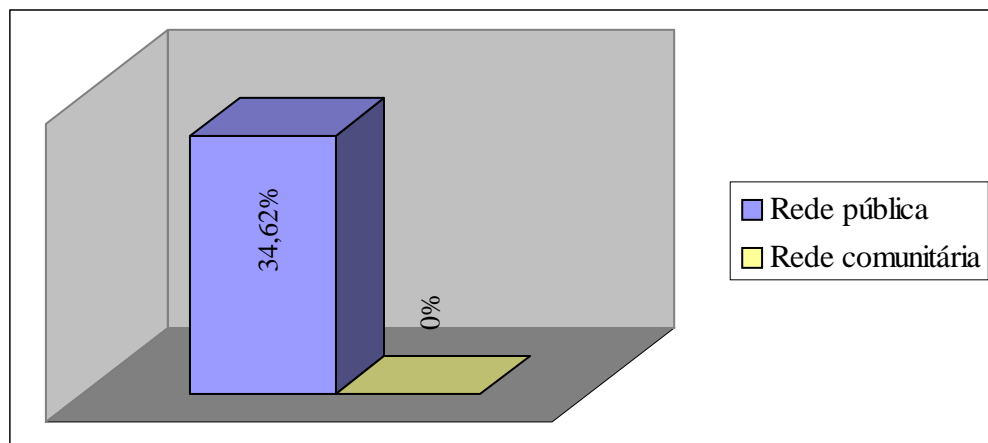
b) Na escola da rede comunitária, dos que estão no meio rural ou pretendem ficar nele, num total de 11, todos (100%) responderam que a escola influenciou e a grande maioria justificou que a escola mostra um mundo rural com mais futuro que o mundo urbano e um mundo rural melhor de viver que no meio urbano, através de práticas políticas pedagógicas que levou o educando a desenvolver o social e, principalmente, o econômico em suas famílias e em suas comunidades.

6) Quando questionados se a escola também contribuiu para sua saída, ou intenção de sair do meio rural, o resultado foi o seguinte:

a) Nas escolas da rede pública, 01 não respondeu; 16 (61,54%) responderam que a escola não contribuiu e 09 (34,62%) responderam que a escola contribuiu para sua saída, ou intenção de sair do meio rural, justificando que a escola mostra um mundo rural difícil de viver, que o meio rural não tem futuro e outras justificativas como *"a escola ajudou a apurar meu senso crítico e assim a criar expectativa de vida um pouco melhor que o rural"* (Adriano Cukoski); *"a escola mostra que para fazer dinheiro no meio rural tem que ter terra e maquinário"* (Ezequiel Rocha). Essa afirmativa do jovem Ezequiel, que é conluente da escola Agrotécnica de Nível Médio, deixa transparecer que a escola, possivelmente a de Ensino Médio, prega um modelo de agricultura empresarial voltada à grande propriedade, não sendo essa a realidade da região, pois a mesma é constituída de pequenas propriedades e há uma matriz produtiva não mais adequada para região, que era aplicada com sucesso na década de 70, onde predominava a produção de grãos, principalmente da cultura da soja; *"porque ela ensina uma realidade que faz seguir uma faculdade, um outro meio de trabalho"* (Célia Tur). A escola, neste caso, não vê o meio rural como uma possibilidade de geração de renda e emprego, apesar dos 20,30 hectares de terra em média por família dos que ainda permanecem no meio rural; *"ela abriu nossos horizontes, que ao longo do tempo devem ser percorridos"* (Deivis Sepp). Segundo Sepp, essa é uma demonstração clara de que a escola mostra outro horizonte, que não o rural, a ser seguido.

b) Os dois que não mais permanecem no meio rural na rede comunitária, não responsabilizam a escola pela sua saída, e sim outros fatores como a falta de terras.

GRAFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ÊXODO RURAL DO EX-ALUNO



7) Quando questionados se a falta de estudo ligada à atividade agrícola também contribuiu para sua saída do meio rural, as respostas foram as seguintes:

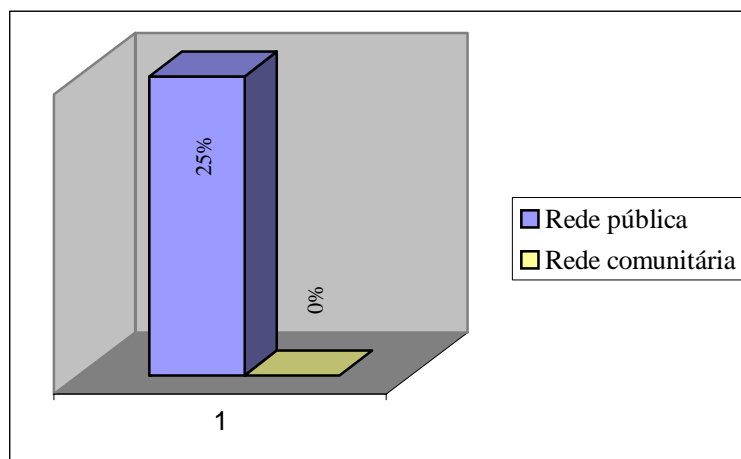
a) Dos 12 interrogados das escolas da rede pública, 01 não respondeu, 8 (66,67%) responderam que a falta de estudo não influenciou para sua saída e apenas 03 (25%), responderam que a escola influenciou para a sua saída. Portanto, na pergunta direta, a grande maioria isenta a escola de responsabilidades pela sua saída do meio rural, porém, na questão anterior, a falta de perspectiva de futuro, provavelmente ligada à falta de recursos financeiros, opções de crescer na vida intelectualmente, social, política e principalmente econômica leva o jovem a deixar o meio rural. Embora o jovem isente a escola da culpa do êxodo, fica a questão do papel da escola fundamental do meio rural. Qual o projeto político-pedagógico da escola quando a pesquisa e as evidências práticas mostram que o jovem rural abandona seu meio no momento em que ingressa no Ensino Médio e nenhuma estatística mostra qual o percentual dos que saíram do meio rural vive melhor do que antes?

O projeto político-pedagógico da escola deve estar voltado à construção de projetos rurais que dêem esperança aos jovens de possuir um futuro mais promissor, com mais perspectiva de futuro. Com isso a permanência no meio rural, movimentando a economia da região que é essencialmente agropecuária, impulsionando assim o desenvolvimento rural.

b) Apenas 02 dos 13 interrogados da rede comunitária deixaram o meio rural e não responsabilizam a escola por essa situação, isto porque a escola, em seu projeto político pedagógico é totalmente voltada ao empreendedorismo rural e formação geral. A causa citada pelos que deixaram o meio rural é a falta de terras para o cultivo.

Apesar do índice dos que julgam a escola como também responsável pela saída do meio rural não ser elevado na rede pública, em contra-partida nada se verifica sobre esta questão na rede comunitária, indicador de que esta escola está preparando para o desenvolvimento do meio rural.

GRAFICO 4 - CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO NO ÊXODO RURAL DO EX-ALUNO



### 5.3 A escola e a formação

#### 5.3.1 O que a escola mostra

Uma das tarefas mais importante da prática educativa crítica é proporcionar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam e experiência profunda do assumir-se como ser social, histórico, presente, comunicante, transformador criador, realizador de sonhos (FREIRE, 2001, p. 46).

QUADRO 2 - O QUE A ESCOLA MOSTRA

Visão do aluno	ESCOLAS	
	Rede Pública %	Rede Comunitária %
a. Um mundo fácil de viver no meio rural	11,5	30,7
b. Um mundo difícil de viver no meio rural	11,5	0,00
c. Um mundo difícil de viver no meio rural, mas melhor que no meio urbano	69,2	69,3
d. Um mundo fácil de viver no meio urbano	7,8	0,00
e. Um mundo difícil de viver no meio urbano	0,00	0,00

Um educando, realizador de sonhos, transformador, criador, presente, histórico, parece não ser a realidade dos ex-alunos das escolas da rede pública na medida em que se observa uma visão pessimista quanto à vivência no meio rural, não sendo esta a realidade dos ex-alunos da rede comunitária.

Quando perguntado sobre o que a escola em que ele estudou mostra em relação ao meio rural e urbano, em pergunta fechada, com cinco opções de resposta, o resultado foi o seguinte:

a) Um mundo fácil de viver no meio rural: Na rede pública, 11,5% optaram por essa resposta, enquanto que na rede comunitária este índice sobe para 30,7%, numa visão clara de que os docentes da rede comunitária, em seus conteúdos ministrados e na vivência com o aluno, transmitiam essa visão de um lugar bom de viver no meio rural;

b) Um mundo difícil de viver no meio rural: Apesar do índice manifestado pelos ex-alunos da rede pública ser relativamente baixo, 11,5%, nos ex-alunos da rede comunitária o índice foi zero. Aqui podemos perceber claramente que a escola comunitária tem uma visão clara, objetiva do que quer, ou seja, fazer do meio rural um lugar bom para viver. Possivelmente, nesta escola, a pedagogia utilizada, ou seja, a Pedagogia da Alternância, conscientizou, com seu Plano de Formação, o jovem da importância da vida no meio rural;

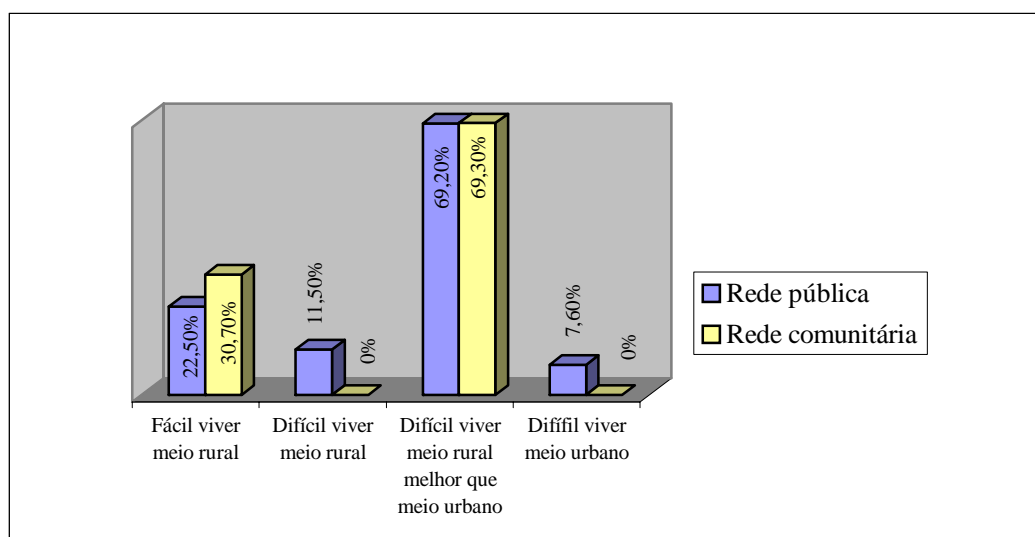
c) Um mundo difícil de viver no meio rural, mas melhor que no meio urbano: Essa resposta foi preferida por 69,2% dos ex-alunos da rede pública e 69,3% dos ex-alunos da rede comunitária, não havendo, portanto nenhuma diferença entre as duas redes, pois ambas demonstraram, na visão do ex-aluno, uma preferência pela vivência no meio rural;

d) Um mundo fácil de viver no meio urbano: Nesta opção de resposta evidencia-se uma leve tendência em favor da rede pública, ou seja, 7,8% dos ex-alunos concordam que a escola mostra um mundo mais fácil de viver no meio urbano em relação ao meio rural contra nenhum índice demonstrado pelos ex-alunos da rede comunitária, o que demonstra uma posição firme, consciente, transmitida pela escola comunitária sobre as dificuldades de viver no meio urbano;

e) Um mundo difícil de viver no meio urbano: Nenhum dos ex-alunos, das duas redes, optou por essa resposta.

Como síntese do questionamento pode-se afirmar que, na visão do ex-aluno, as escolas da rede pública demonstram a seus educandos certo grau de dificuldades para viver no meio rural em relação ao meio urbano, ao contrário da escola da rede comunitária que, apesar de mostrar as dificuldades do meio rural, ainda aponta este como sendo uma opção melhor que o meio urbano. Essa afirmativa pode ser comprovada também pelos índices de êxodo rural que é de 38,71% nas amostras da rede pública contra apenas 15,38% nas amostras da rede comunitária. Outro índice que comprova essa afirmativa é a satisfação do ex-aluno com o rendimento financeiro de suas atividades agropecuárias onde 72,73% da amostra da rede comunitária, dizem-se satisfeitos contra apenas 11,54% da amostra da rede pública.

GRAFICO 5 - O QUE A ESCOLA MOSTRA



### 5.3.2 O que a escola incentivou

QUADRO 3 - O QUE A ESCOLA INCENTIVAVA

Visão do aluno	ESCOLAS	
	Rede Pública %	Rede Comunitária %
a. Continuar estudando e buscar emprego fora da propriedade rural	48,3	7,7
b. Continuar estudando e trabalhar na propriedade rural	27,6	92,3
c. Não incentivava nenhum dos dois casos	24,1	0,00

Quando interrogados sobre em que a escola o incentivava, com três opções de respostas, fazendo referências ao trabalho e moradia no meio rural e meio urbano, ficou claramente evidenciado que a escola da rede pública faz o ex-aluno ter uma visão voltada ao meio urbano, conforme podemos observar nas seguintes opções de respostas:

a) Continuar estudando e buscar emprego fora da propriedade rural: Na rede pública, 48,3% dos ex-alunos optou por essa resposta, ou seja, na sua visão, a escola, em seus conteúdos, nas suas práticas, na hermenêutica, deixava transparecer esta opção de continuar estudando, que é importante e necessário, mas deve buscar o emprego fora da propriedade rural.

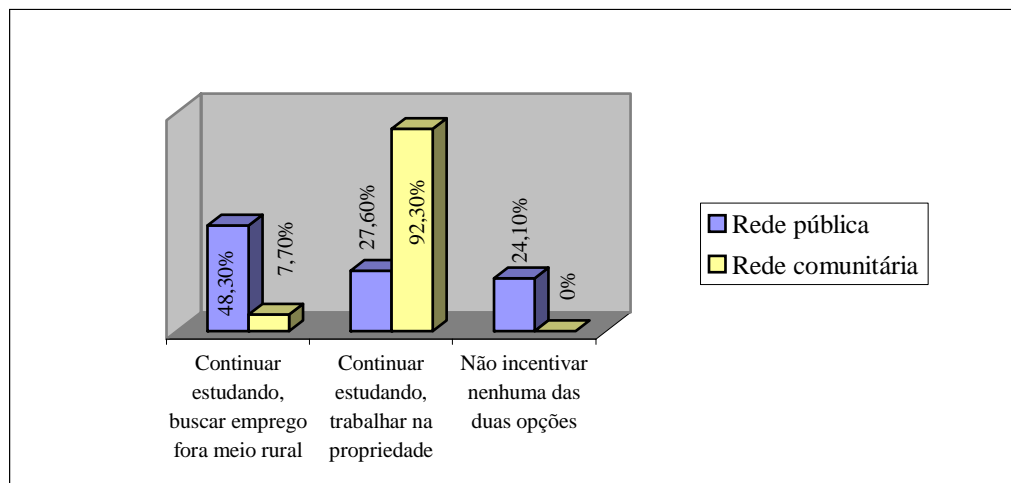
Na visão desta escola, os 15,8 hectares de terra, que é a média dos produtores de Frederico Westphalen, não foram vistos pela escola como uma opção de trabalho, uma opção de emprego, enquanto que, na rede comunitária apenas 7,7% dos ex-alunos optou por essa resposta, priorizando o trabalho no meio rural como podemos observar na resposta seguinte.

b) Continuar estudando e trabalhar na propriedade rural: Esta opção de resposta esteve presente entre 27,6% dos ex-alunos da rede pública, não superando a opção de resposta de continuar estudando e buscar emprego fora da propriedade rural que foi de 48,3%, predominando, portanto, na visão do ex-aluno, uma preferência da escola da rede pública de trabalho profissional no meio urbano em detrimento ao meio rural. Por outro lado, a maioria absoluta, 92,3% dos ex-alunos da rede comunitária, optou pela resposta de continuar estudando e trabalhar no meio rural, numa visão de que, os 17,83 hectares em média por unidade produção do município de Quilombo – SC, podem se transformar numa empresa rural que oferece emprego e renda para os ex-alunos sem ter que recorrer ao meio urbano.

c) Não incentivava nenhum dos dois casos: Esta opção de resposta, ou seja, a escola não incentivava o aluno a continuar estudando e buscar emprego fora da propriedade rural ou não incentivava a continuar estudando e trabalhar na propriedade rural, foi opção de 34,1% dos ex-alunos da rede pública, o que demonstra uma visão neutra da escola, deixando o aluno tomar suas decisões, não optando por interferir em caminhos a serem seguidos pelos seus alunos, talvez uma atitude de não comprometimento com o futuro do aluno, de seus possíveis fracassos profissionais, uma atitude de comodismo ou também, possivelmente, de incompetência quanto a tão delicado e importante assunto. Por outro lado, esta neutralidade da escola não foi observada nos ex-alunos da rede comunitária, o que nos dá, na visão dos ex-alunos, uma posição forte da escola na profissionalização do aluno para a profissão de agricultor, o que nos leva a concluir que essa escola acredita que o meio rural é um local que

pode oferecer uma profissão e um emprego para o aluno e que pode viver com qualidade de vida.

GRAFICO 6 - O INCENTIVO DA ESCOLA



### 5.3.3 Atuação da escola na visão do ex-aluno

A nova escola primária rural deveria ajudar a desenvolver o grande potencial latente que existe nas crianças rurais para que, depois de adultas, elas mesmo tenham a vontade, a autoconfiança, de solucionar problemas, de fazer coisas novas e de executá-las com maior eficiência (LACKI, 1999 p. 18).



QUADRO 4 - ATUAÇÃO DA ESCOLA NA VISÃO DOS EX-ALUNOS

QUESTÃO	ESCOLAS					
	Rede Pública			Rede Comunitária		
	Inquiridos	Resposta afirmativa	%	Inquiridos	Resposta afirmativa	%
1. A escola participava de atividades de lazer e culturais da comunidade	31	28	93,32	13	12	92,31
2. A escola participava de atividades religiosas da comunidade	31	28	90,32	13	12	92,31
3. A escola, em seus conteúdos, levava em consideração a realidade de sua família	31	22	70,97	13	12	92,31
4. A escola valorizava suas experiências e conhecimentos familiares	31	24	77,42	13	13	100,0
5. A escola desenvolvia atividades com a família	31	23	74,19	13	12	92,31
6. A escola promovia reunião com os pais no decorrer do ano letivo	31	31	100,0	13	13	100,0
7. A comunidade era convidada para discutir seus problemas com a escola	31	07	22,58	13	07	53,84
8. A escola envolvia-se com atividades da comunidade	31	24	77,42	13	8	61,54

OBS: Teve questões que o inquirido não responde, não totalizando 100% as respostas

Este item procura fazer uma análise das escolas quanto à sua participação em atividades sociais da comunidade, se os conteúdos ministrados levavam em consideração a realidade sócio-profissional das famílias, se a escola valorizava as experiências e saberes familiares, se desenvolvia atividades com a família e se a escola participava e envolvia-se na discussão dos problemas da comunidade. O objetivo é analisar o envolvimento da escola com a comunidade escolar, na visão de que a escola é parte integrante da sociedade e, como tal, deve participar do processo social dessas comunidades.

1) Quando interrogado se a escola participava de atividades de lazer e culturais da comunidade, o resultado foi o seguinte:

a) Dos 31 inquiridos das escolas da rede pública, 28 (93,32%) responderam que a escola participa e apenas 3 não responderam ou responderam que não participa. Quando interrogado se considera importante a escola participar dessas atividades, 26 responderam que consideram importante.

b) Na rede comunitária, 01 respondeu que a escola não participava e 12 (92,31%) responderam que a escola participava. Todos consideram importante a escola participar dessas atividades da comunidade para *"conhecer a comunidade"*, que *"é uma maneira de confraternização e integração entre escola e comunidade"* e que isso *"proporciona um maior gosto das famílias dos alunos para com a escola, o que irá facilitar nas atividades da mesma"*<sup>19</sup>.

Quanto à participação da escola nas atividades de lazer da comunidade, não se observa nenhuma diferença entre as duas redes na visão do ex-aluno que consideram as escolas com boa participação nesse tipo de atividade tão importante para integração comunidade escola.

Entendo que a formação religiosa é importante para as crianças e adolescente e necessária para a formação geral da pessoa, seu caráter, sua cidadania, tornar um aluno reflexivo. Busquei então na pesquisa, detectar a participação e influência da escola em atividades religiosas da comunidade, bem como o incentivo da mesma para com o assunto, através da questão:

2) A escola participava de atividades religiosas da comunidade:

a) Nas escolas da rede pública, os 31 inquiridos responderam que a escola se envolvia eventualmente e que incentivava ele a participar, porque *"a religião ajuda na formação pessoal, nas atividades e formação da comunidade"*, que *"necessitamos de Deus, da espiritualidade e que é importante para crescer na fé"*<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Interrogados não identificados.

<sup>20</sup> Interrogados não identificados.

Perguntado se era importante a participação da escola nas atividades religiosas da comunidade, apenas 04 responderam não ou não responderam e 27 responderam que sim, argumentando que *"é porque a religião faz parte da comunidade, para viver em harmonia, desenvolver a compreensão e a solidariedade, melhorar o trabalho com os alunos", que "a religião é cultura, buscar forças para a vida, para melhorar o relacionamento dos alunos com os professores e a comunidade, para a formação pessoal, colaborar com a comunidade, mais conhecimento pessoal e sentir a presença de Deus em nossas vidas"*<sup>21</sup>.

b) Na escola da rede comunitária, 01 inquirido respondeu que a escola não participava e 12 responderam que a escola participava sendo que destes, 05 responderam que a frequência dos encontros era eventual. Todos responderam que a escola incentivava-os a participar. Sobre a importância de a escola participar desses eventos, 11 responderam que é importante e 02 não responderam ou não sabem.

Entendo que a formação para o desenvolvimento do meio rural deve partir da realidade das famílias dos educandos, valorizar suas experiências, seus conhecimentos empíricos, seus projetos e, a partir da valorização do já existente, partir para a construção de projetos desenvolvimentistas nas áreas econômicas e de formação geral dos jovens, baseado no conhecimento científico. A visão dos ex-alunos sobre esta questão é a seguinte:

3) Quando interrogado se a escola, em seus conteúdos programáticos, levava em consideração a realidade das famílias, as respostas foram:

a) Dos 31 inquiridos das escolas da rede pública, 22 responderam que sim, 07 não e 02 não responderam. Sobre a importância dos conteúdos ser voltados à realidade familiar, 21 responderam considerar importante, 07 que não consideram importante e 02 não responderam. Apesar da maioria responder que os conteúdos levam em consideração a realidade da família, há uma contradição, pois, a base da economia das famílias dos alunos do meio rural é proveniente do setor primário, e observou-se que não existem conteúdos ligados à agropecuária ou rural, e a escola não influenciou em projetos que proporcionassem o aumento da renda familiar.

---

<sup>21</sup> Interrogados não identificados.

b) Na escola da rede comunitária, 01 não respondeu e 12 responderam que sim, a escola leva em consideração a realidade da família. Sobre a importância de a escola desenvolver temas ligados à realidade das famílias, 02 não responderam e 11 responderam que a escola deve levar em consideração essa realidade.

Observa-se, nesta escola, uma coerência nas respostas dos ex-alunos, pois o projeto político pedagógico da escola contempla conteúdos das áreas agropecuária e rural que é a base da economia das famílias dos educandos e do município.

4) Quando perguntado se a escola valoriza os conhecimentos e experiências da família deparamo-nos com a seguinte realidade:

a) Dos 31 ex-alunos inquiridos das escolas da rede pública, 24 responderam que a escola valorizava suas experiências e destes, 14 responderam que era valorizado frequentemente, 4 que poucas vezes era valorizado e 6 não responderam. Apenas 7 responderam que não ou não responderam se a escola valoriza esses conhecimentos.

Quando interrogado se considera importante essa valorização pela escola, apenas 2 não responderam e 29 responderam que sim e argumentaram que *"a escola e professores também aprendem com os alunos"*, que *"leva a aprender com os colegas"* e *"que o conhecimento dos colegas deve ser compartilhado"*<sup>22</sup>.

c) Todos os ex-alunos, num total de 13, da escola da rede comunitária, responderam que a escola valorizava seus conhecimentos e experiências familiares e destes, 08 responderam que valorizava com frequência, 01 poucas vezes e 04 não responderam qual a frequência dos encontros. Sobre a importância ou não da valorização dessas experiências pela escola, 02 não responderam e 11 responderam que é importante.

Pode-se concluir que a escola deve estar aberta à reflexão com o educando, discutindo seus problemas, buscando soluções, valorizando seus conhecimentos, suas experiências, pois

encontra, nas duas redes, campo fértil para ampliar as reflexões. A escola deve estar a serviço da população, das famílias, neste caso, a família rural.

5) Quando inquirido se a escola desenvolvia atividades com a família, tem-se as seguintes respostas:

a) Nas escolas da rede pública, 08 responderam que a escola não desenvolvia atividades com a família, ou não souberam responder e 23 responderam que sim, sendo que destes, 16 responderam que desenvolvia atividades eventualmente, 02 uma vez por ano e 05 que desenvolvia a cada seis meses.

Dos 31 inquiridos, 26 responderam que consideram importante a escola desenvolver atividades com as famílias porque *"estas aprendem juntas com a escola, por uma maior integração escola família, para os familiares adquirirem maiores conhecimentos, que ajudaria no rendimento escolar dos alunos, no desenvolvimento da própria família, compartilhar a realidade da escola com a família, que a família deve fazer parte da escola, que a escola deve mostrar seu valor e a realidade da família"*<sup>23</sup>, 5 não sabem ou não responderam se é importante a escola desenvolver atividades com as famílias.

O que se observa é que a escola está longe da família, os encontros entre escola e famílias para o desenvolvimento de atividades são poucos durante o ano e não existem instrumentos pedagógicos que aproximem os familiares da escola.

b) Na escola da rede comunitária, dos 13 interrogados, 12 responderam que a escola desenvolvia atividades com as famílias sendo que a grande maioria, 7, respondeu que essas atividades eram desenvolvidas semanalmente e quando questionados se consideram importante esta prática, 1 não respondeu e 12 responderam que sim. Percebe-se, nesta rede, uma grande aproximação da escola com a família em suas práticas pedagógicas e administrativas. É uma escola mais comprometida com o conhecimento da realidade familiar dos seus educandos, facilitando assim o processo ensino-aprendizagem.

---

<sup>22</sup> Interrogados não identificados.

Portanto, o que se observa-se é uma diferença, não muito grande, entre as duas redes, mas que leva a concluir que a escola da rede comunitária desenvolvia mais atividades com a família ligada à formação dos jovens e desenvolvimento das atividades profissionais destas famílias. O resultado foi o seguinte:

6) Quando interrogados se a escola promovia reuniões com os pais, o resultado foi exatamente igual entre as duas redes, que obtiveram os seguintes resultados:

a) Dos 31 interrogados das escolas da rede pública, todos responderam que a escola promovia reunião com os pais sendo que destes, 11 responderam que a frequência era a cada 06 meses e 16 responderam que era eventualmente, não sabendo certo a frequência por ano. Reuniam-se para *"homenagens ao dia dos pais, melhorar o rendimento escolar, conselho de classe, demonstrar as atividades pedagógica que os alunos tiveram durante o período, falar do comportamento dos filhos, discutir os projetos escolares, higiene e meio ambiente, organizar viagens"*<sup>24</sup>, etc.

Dos 31 inquiridos, 29 responderam que considera importante a escola reunir os pais para acompanhamento mais de perto das atividades da escola, para incentivar seus filhos e para integração família escola, importante para a formação do educando.

b) Do total de 13 ex-alunos questionados na rede comunitária, 11 responderam que a escola se reunia com os pais e a maioria respondeu que a frequência dos encontros era a cada seis meses. Sobre a importância da escola se reunir com os pais ou família, apenas 1 não respondeu e 12 responderam que consideram importantes essas reuniões para a família participar da escola e acompanhar os filhos em suas atividades pedagógicas.

A escola é parte integrante da comunidade como dizem os próprios ex-alunos interrogados. Neste contexto, e, segundo Polon Lacki (2002), entendo que a escola deve estar presente na comunidade, discutindo seus problemas, sugerindo, participando junto com a comunidade na

---

<sup>23</sup> Interrogados não identificados.

<sup>24</sup> Interrogados não identificados.

busca de soluções, enfim, estar presente no processo de desenvolvimento das comunidades. Neste sentido, observa-se uma presença maior da escola da rede comunitária.

7) Quando interrogado se a comunidade era convidada para discutir seus problemas com a escola, observa-se a seguinte situação:

a) Nas escolas da rede pública, dos 31 ex-alunos, 07 responderam que eventualmente era convidada, 01 não respondeu e 23 responderam que não. Por outro lado, quando interrogados se considera importante a comunidade discutir seus problemas com a escola, apenas 08 responderam que não, 05 não sabem e 18 responderam que sim e argumentaram que a comunidade faz parte da escola e que esta pode ajudar na solução dos problemas daquela.

Pode-se comprovar que a grande maioria dos ex-alunos considera importante a comunidade discutir seus problemas com a escola e esta está distante da comunidade, como comprovam os números anteriores. A escola deveria tomar a iniciativa de proporcionar encontros com a comunidade para ajudá-la na solução de seus problemas, e não ficar inerte perante a mesma.

b) Na escola da rede comunitária, quando questionado se a comunidade era convidada para discutir seus problemas com a escola, 07 responderam que sim e a grande maioria disse que a frequência desses encontros era eventual, 05 responderam que a comunidade não era convidada para discutir seus problemas com a escola e 01 não respondeu. Quando questionados se é importante ou não a discussão dos problemas comunitários com a escola, 8 responderam que sim.

8) Quando interrogados se a escola se envolvia com as atividades da comunidade, o resultado é o seguinte:

a) Nas escolas da rede pública, 24 responderam que a escola se envolvia, sendo que destes 19 responderam que o envolvimento era eventual, ou seja, menos de uma vez por ano, 04 que o envolvimento era uma vez por ano e para os demais, a frequência do envolvimento era menor. Dos demais inquiridos, 07 responderam que a escola não se envolvia com as atividades da

comunidade. Quando interrogados se considera importante a escola se envolver com as atividades da comunidade, apenas 04 responderam que não ou não sabem e a grande maioria, 27, respondeu que considera importante.

Observa-se que o envolvimento da escola nas atividades, na vida da comunidade é muito tímido e poderia ser maior porque encontra na comunidade clima favorável par isso. Dentre os argumentos dos ex-alunos de que a escola deve participar mais da vida da comunidade, um é que a escola faz parte da comunidade, pode gerar ajuda mútua e auxílio na solução de problemas e integração entre comunidade escola. Alguns dos inquiridos alegam que não existe esta aproximação entre escola e comunidade porque os professores não residem na mesma, mas na cidade dificultando com isso, a aproximação educador-comunidade.

b) Na escola da rede comunitária, 08 responderam que a escola se envolvia com as atividades da comunidade, 02 responderam que a escola não se envolvia e 03 não responderam. Dos que responderam que a escola se envolvia, Quando interrogados se consideram importante a escola desenvolver assuntos ligados ao tema, apenas 01 respondeu que não, 01 não soube responder e 11 responderam que sim.

#### **5.3.4 Influência da escola na vida econômica dos ex-alunos**

"Enquanto não se ensinar aos alunos como melhorar a eficiência da agricultura e, através desta, a alimentação, a saúde e os habitantes rurais, de pouco servirá ensinar-lhes aqueles conteúdos urbanos, abstratos e longínquos, que lhes são irrelevantes" (LACKI, 2002, p. 21).



QUADRO 5 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE A VIDA ECONÔMICA DOS EX-ALUNOS

QUESTÃO	ESCOLAS									
	Rede Pública					Rede Comunitária				
	Inquiridos	Resposta afirmativa %	Influência da escola %	Resposta negativa %	Influência da escola %	Inquiridos	Resposta afirmativa %	Influência da escola %	Resposta negativa %	Influência da escola %
Aplicação de práticas administração rural na propriedade	31	45,16	00	54,84	11,76	13	92,31	84,62	00,00	00,00
Houve aumento da produção agrícola e pecuária na propriedade nos últimos anos	31	64,52	5,0	35,48	00,00	13	100,0	92,31	00,00	00,00
Industrializou ou industrializa algum tipo de produto agrícola ou pecuário na propriedade	31	9,68	66,67	87,10	7,41	13	53,85	100,0	38,46	00,00
Produz alimentos para a família na propriedade	31	93,55	24,14	6,45	00,0	13	100,0	92,31	00,00	00,00

OBS: Houve questões em que o inquirido não responde, não totalizando 100% as respostas.

O jovem rural permanece em seu meio, quando suas atividades profissionais lhe proporcionam renda suficiente para viver com dignidade e qualidade de vida, em situações de ordem familiar quando necessita permanecer junto com os pais que já se encontram em idade não economicamente ativa, conforme depoimentos, “*estou na agricultura para ajudar meus pais e terminar meus estudos*”, (Marcos Szydloski), “*porque eu ainda não estou preparada para trabalhar fora de casa e também porque ainda ajudo a família*” (Célia Tur), “*eu continuo no meio rural porque ainda não tenho outro trabalho no momento*”, (Ezequiel Rocha), “*pois só continuo em casa porque sou muito jovem para ingressar no mercado de trabalho, estou buscando maior nível de conhecimento para depois sim ingressar no mercado de trabalho*”, (Adriano Cukosku), ou quando não está habilitado para desenvolver atividades no meio urbano. Existem situações comprovadas nas regiões da pesquisa em que vários jovens rurais tiveram experiências profissionais no meio urbano e acabaram por retornar ao meio rural por falta de qualificação.

Despertar o gosto por atividades profissionais ligadas ao rural entre jovens deste meio, no meu entender, deve acontecer no momento em que ele permanece mais freqüentemente

inserido a este meio, neste caso, durante o período que frequenta o ensino fundamental que é ministrado em escolas do meio rural.

É conveniente esclarecer que a desejável universalização da educação deve considerar o contexto no qual será aplicada os interesses das famílias e comunidades rurais. Em nome de uma universalização mal entendida se está "educando" as crianças do meio rural para que admirem um mudo que não é o seu, com toda a carga de valores e ilusões que isto significa. Quando crescerem, evidentemente, pensarão que a sua realização pessoal deverá ser procurada e encontrada fora do meio rural (LACKI, 2002, p. 23).

A partir do Ensino Médio, o convívio com o rural é menor na medida em que muitos deixam o convívio familiar durante a semana para frequentar estudos na cidade, somente retornando nos finais de semana. Outra situação frequente é o jovem, mesmo residindo no meio rural, passa longo tempo em viagens até chegar o local de estudo, diminuindo também o período de permanência entre a família.

A pesquisa procurou buscar informações sobre o desenvolvimento de projetos que proporcionassem uma maior renda na propriedade rural, baseados na matriz produtiva atual das regiões em estudo e o resultado foi o seguinte:

#### 1) Quanto à aplicação de práticas de administração rural nas propriedades:

a) Nas escolas da rede pública, 17 responderam que não houve aplicação de práticas de administração rural e destes, a maioria, ou seja, 11, respondeu que não foi por causa da escola a não aplicação, apenas 02 que foi por causa da escola e 04 não souberam. Aqueles que estão aplicando práticas de administração rural somam um total de 14 (45,16%) sendo que destes, 12 responderam que a escola não influenciou para isso e 02 não sabem. Portanto, nesta questão de administração rural, tão importante para melhorar os lucros da propriedade e com isso uma melhor *"perspectiva de futuro"* a escola não tem nenhuma participação, nem a favor e nem contra, está ausente.

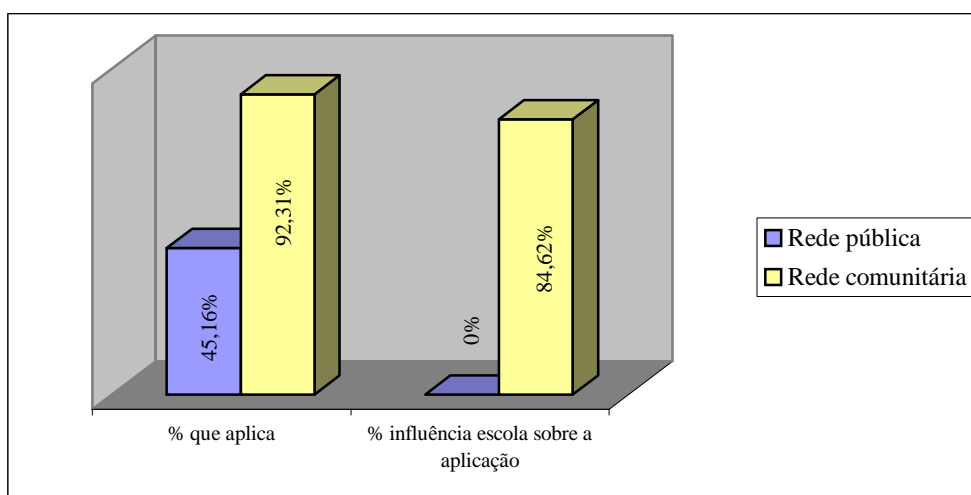
A administração rural é o estudo que considera a organização e operação de uma empresa agrícola visando ao uso mais eficiente dos recursos para obter resultados

compensadores e contínuos. [...] a administração rural se0 refere primariamente ao problema de conseguir a combinação mais lucrativa dos diversos fatores empregados na produção (HOFFMANN, 1984, pp.2-3).

Quando perguntado se considera importante a escola proporcionar estudos ligados à administração rural na escola rural 28 responderam que sim, que é importante, portanto em um clima favorável a esta prática ou disciplina, apenas 03 não sabem ou não tem opinião.

b) Na escola da rede comunitária, 12 (92,31%) responderam que estão aplicando e destes, 11 (91,67%) responderam que foi por influência da escola porque incentivava a fazer, que é importante porque até então não sabia se a atividade dava lucro ou não, que a escola tinha conteúdos afins e que perceberam através da escola os erros que tinham na propriedade. Apenas 01 não respondeu se aplica práticas de administração rural na propriedade. Quando perguntado se considera importante a escola desenvolver assuntos ligados ao tema administração rural, todos responderam que sim, consideram importantes. Os dados obtidos constam no gráfico 7.

GRAFICO 7 - APLICAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL NA PROPRIEDADE



2) Interrogado sobre o aumento da produção agrícola e pecuária em sua propriedade nos últimos anos, obteve-se o seguinte resultado:

a) Nas escolas da rede pública, 20 (64,52%) responderam que houve ou está havendo aumento e 11 que não está havendo aumento. Daqueles que estão tendo aumento de produção, 15 responderam que a causa não se deve à escola, pois não havia conteúdos a respeito, que o aumento foi por conta e esforço próprios. Apenas 01 (5,0%) respondeu que a escola influenciou, número insignificante, e 04 não responderam ou não sabem e dos que não obtiveram aumento na produção, 09 responderam que a escola tem participação porque não ofereceu conteúdos apropriados e com isso falta planejamento da propriedade e má administração, 02 não responderam. Ficou bem evidenciado pelas respostas que a escola poderá auxiliá-los no aumento da lucratividade de seus projetos agropecuários, pois o ex-aluno considera que, se a escola tivesse conteúdos voltados ao rural, a situação poderia ser diferente.

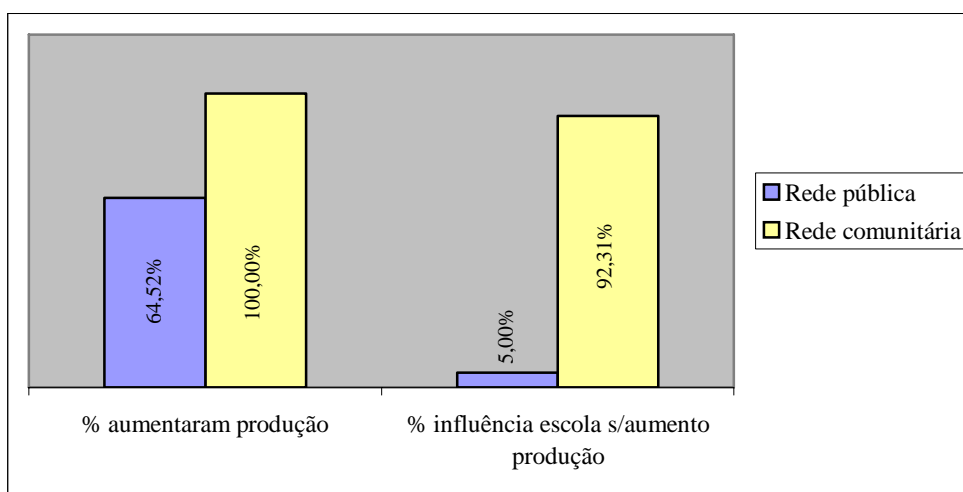
Quando perguntado se considera importante a escola desenvolver temas ligados ao aumento da produção agrícola e pecuária, 25 responderam que sim e os demais não sabem, não consideram importante ou não quiseram optar. Os que responderam que consideram importantes justificaram dizendo *“que faz com que os futuros agricultores saberão que com mais incentivos e bom aproveitamento da terra faz com que eles têm aumento de produção”* (Daiane Szytkoski), *“que com mais informação das famílias, melhora as condições de vida da família do agricultor e o aumento de perspectiva de futuro, através do aumento e da comercialização de produtos agropecuários”* (Adriano Cukoski), *“estímulo desde cedo ao aluno para ter uma melhor idéia e mais prática de produção”* (Ezequiel Rocha) e que a falta de conhecimentos causa estagnação, que do meio rural sai a alimentação para a humanidade e que isso deveria ser mais incentivado, cabendo também esse papel à escola.

Esses dados nos mostram o campo fértil que a escola de Ensino Fundamental do meio rural tem para introduzir disciplinas ou conteúdos voltados para o meio rural. Todos têm vocação para o trabalho rural, pois são filhos de agricultores, residentes no meio rural, conviventes com as atividades e necessitando delas para obter um melhor nível de vida e mais perspectiva de futuro.

b) Na escola da rede comunitária os 13 (100%) inquiridos, responderam que houve ou está havendo aumento e destes, 12 (92,31%) responderam que se deve à escola porque a mesma

ensinou as técnicas de produção, de planejamento, teve incentivo e profissionalizou na área agrícola. Todos consideram importante a escola desenvolver conteúdos ligados ao aumento da produção agrícola e pecuária na propriedade porque com isso pode proporcionar maior renda para a propriedade, conhecimento geral da mesma, ajuda à economia do município e estado, fortalece a pequena propriedade e aumenta a produção.

GRAFICO 8 - APLICAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL NA PROPRIEDADE



3) Sobre a industrialização de produtos agrícolas ou pecuários na propriedade, um dos componentes para a agregação de valores, observa-se que os ex-alunos da escola da rede comunitária possuem em maior número esta prática, conforme podemos constatar através das respostas abaixo:

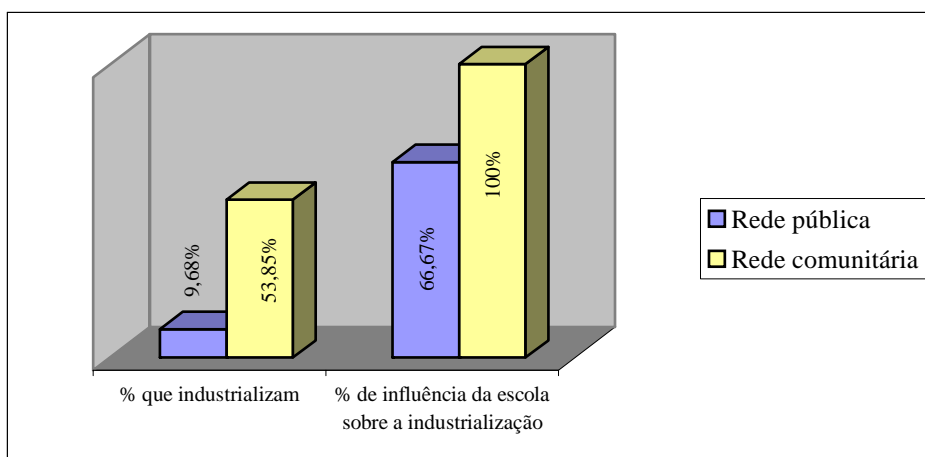
a) Dos 31 interrogados das escolas da rede pública, 01 não respondeu, 27 (87,10%) responderam que não e apenas 03 (9,68%) responderam que industrializam produtos agropecuários na propriedade, sendo 02 deles influenciados pela escola. Quando interrogados sobre a importância da prática para a família do agricultor, 27 responderam que é importante e 04 não responderam ou não consideram importante. Como justificativas para a importância da atividade, a grande maioria citou que aumenta a produção e o lucro das famílias, incentiva os pais para novas alternativas de renda, emprego para a juventude, mais facilidade para vender o produto e modernizar as propriedades.

b) Na escola da rede comunitária, a agroindustrialização está presente entre 7 (53,85%) dos ex-alunos interrogados que consideram, todos eles, a escola como responsável por essa situação porque deu capacitação para a atividade. Daqueles que não industrializam produtos da propriedade não têm a escola como responsável pela situação. Todos consideram importante as escolas terem conteúdos ligados ao assunto porque acreditam que a industrialização agrega valores, aumentando assim os lucros da atividade rural, há aproveitamento de matéria prima e diversificação de atividades na propriedade, o que dá segurança em caso de frustração de alguma atividade.

As indústrias de transformação merecem atenção especial por desempenharem mais funções além de transformações e produtos. [...] Fábrica de produtos enlatados [...] geralmente tem seus agentes nas próprias zonas de produção. Por outro lado, cada vez mais estão intensificando a venda direta de seus produtos aos varejistas, diminuindo, portanto a participação do atacadista [...] aumentando com isso seus lucros (HOFFMANN, 1984, p. 153).

Portanto, o processo agro-industrial é uma atividade que gera renda para as famílias dos agricultores, conseqüentemente, mais qualidade de vida, mais "perspectiva de futuro", mais jovens no meio rural e mais desenvolvimento econômico, o que só encontramos na escola da rede comunitária. Esses dados constam no gráfico 9, a seguir.

GRAFICO 9 - AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA PROPRIEDADE DOS EX-ALUNOS



4) Quanto à produção de alimentos para a família na própria propriedade, um dos componentes da diminuição do custo de vida das famílias, além da possibilidade de produtos saudáveis para sua alimentação, há pouca diferença entre as escolas.

a) Nas escolas da rede pública dos 19 interrogados que residem no meio rural, 17 (89,47%) responderam que produzem os alimentos para consumo da família na sua propriedade e destes 05 responderam que deve-se à escola, 01 não sabe e 13 responderam que a escola não tem nenhuma influência sobre a questão. Apenas 02 responderam se produzem ou não os alimentos na propriedade.

b) Na escola da rede comunitária 01 não respondeu e 12 (92,31%) responderam que produzem os alimentos para a manutenção da família na propriedade e destes, (100%) creditam a escola esta afirmação, pois a mesma orientou e incentivou a produzir porque é mais saudável e tem menos custos. Quando interrogados sobre a importância da escola desenvolver tema ligado ao assunto, todos responderam que sim, pois consideram que é economia para a família, melhora a dieta alimentar, os produtos são mais saudáveis e há uma agregação de valores aos produtos da propriedade.

A influência da escola nos aspectos econômicos dos ex-alunos das duas redes de escola, é a maior diferença verificada entre todos os aspectos da pesquisa, sendo que a escola da rede comunitária destaca-se neste sentido, com certeza resultado do desenvolvimento, em seu projeto político pedagógico e plano de formação, conteúdos ligados ao projeto profissional do jovem e da família.

### **5.3.5. Influência da escola nos aspectos sociais dos ex-alunos**

A vida social no meio rural deve ser considerado como fator indispensável para a formação do jovem rural assim como para o desenvolvimento deste meio. O acesso a televisão no meio rural é hoje privilégio da grande maioria das famílias dos agricultores. Através dela e de outros meios de comunicação, o jovem toma consciência da vida urbana que, apesar de mostrar fatos desagradáveis como violência e miséria, mostra também as possibilidades da

vida social. Não considero a deficiência da vida social no meio rural o principal motivo da saída ou da intenção dos jovens de deixar o meio rural, mas sem dúvida contribui.

QUADRO 6 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE A VIDA SOCIAL DOS EX-ALUNOS

QUESTÃO	ESCOLAS									
	Rede Pública					Rede Comunitária				
	Inquiridos	Resposta afirmativa %	Influência da escola %	Resposta negativa %	Influência da escola %	Inquiridos	Resposta afirmativa %	Influência da escola %	Resposta negativa %	Influência da escola %
1. A escola lhe proporcionou estudos ligados a saúde pessoal	31	93,55	-	4,17	-	13	100	-	0,00	-
2. A escola lhe proporcionou estudos ligados a higiene pessoal	31	100	-	0,00		13	100	-	0,00	-
3. Você se considera com um bom programa de alimentação e nutrição	31	93,55	55,17	6,45	0,00	13	84,61	72,73	0,00	-
4. Participa de algum tipo de associação, sindicato ou cooperativa	31	22,58	28,58	77,42	4,17	13	69,23	88,89	30,77	0,00
5. Você participa ou participava de atividades de lazer e culturais em sua comunidade	31	83,87	65,38	16,13	0,00	13	84,61	72,73	7,69	0,00
6. Você participa de atividades ligadas a comemorações de datas históricas ligadas a comunidade ou município	31	70,97	50,00	6,45	0,00	13	84,61	45,45	15,39	0,00
7. Você considera-se um líder	31	61,29	68,42	19,35	16,67	13	76,92	80,00	7,69	0,00

OBS: Teve questões que o inquirido não responde, não totalizando 100% as respostas

Procurei apurar alguns fatores sociais ligados aos jovens rurais relacionados com a escola, e não se observaram grandes diferenças entre as duas redes, a não ser na participação dos jovens em associações, sindicatos e cooperativas que é maior na rede comunitária, a questão da liderança que também é maior nesta rede, como podemos observar a seguir:

1) Quando questionados se a escola proporcionava estudos ligados à saúde pessoal, componente indispensável para a saúde do corpo, e um dos índices do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, as respostas foram:



a) Dos 31 interrogados das escolas da rede pública, 29 (93,55%) responderam que a escola lhe proporcionou estudos ligados à saúde pessoal, 01 respondeu que não e 01 não respondeu. Sobre a importância de a escola proporcionar estudos ligados a essa área, 30 responderam que sim e 01 não respondeu.

b) Quando interrogados se a escola proporcionou estudos ligados a saúde pessoal, todos (100%) responderam que sim e consideram importantes esses estudos.

2) Quando interrogados se a escola proporcionava ensinamentos sobre higiene pessoal obteve-se o seguinte resultado:

a) Nas escolas da rede pública todos responderam que a escola lhes proporcionou ensinamentos a respeito e todos consideram importante a escola proporcionar esses conteúdos. Pode-se afirmar que a escola tem grande preocupação com a saúde de seus alunos e proporcionam conhecimentos através de conteúdos ministrados em sala de aula, demonstrando que a saúde faz parte do bem-estar das famílias e que é importante para a qualidade de vida almejado por esses familiares.

b) Da mesma forma, na escola da rede comunitária, todos consideram importante a escola proporcionar esses estudos porque é prevenção de doenças, melhor qualidade de vida e bem estar social.

A saúde do corpo e da mente deve ser um ingrediente necessário para todo o ser humano viver dignamente e manter sua vida economicamente ativa. Manter bons programas de saúde para o homem campo também é fator essencial para as famílias continuarem na atividade rural e, a escola deve ser parte integrante no auxílio a saúde familiar. A alimentação participa, juntamente com outros elementos, para manutenção da saúde.

3) Quando interrogado se a família possuía um bom programa de alimentação e nutrição obteve-se o seguinte:

a) Nas escolas da rede pública, 29 (93,55%) responderam que possuem um bom programa alimentar e destes 16 (55,17%) consideram que foram influenciados pela escola pois ofereciam conteúdos ligados ao assunto, 13 responderam que foram influenciados por outros fatores, principalmente através de ensinamentos e hábitos da família. Apenas 02 responderam que não possuem um bom programa alimentar. Do total que respondeu o questionário, 29 consideram importante a escola proporcionar esses conhecimentos, pois trará benefícios à saúde das pessoas, melhor qualidade de vida através de uma alimentação correta e aproveitamento dos produtos da propriedade da família. Apenas 02 não consideram importante ou não responderam. Observa-se que existe alguma preocupação da escola com a situação alimentar das famílias.

b) Na escola da rede comunitária, dos 13 interrogados, 11 (84,61%) responderam que possuem um bom sistema de alimentação e nutrição familiar e destes, 8 (72,73%) responderam que se deve a escola pois foram orientados sobre a importância da boa alimentação e 02 responderam que não dependeu da escola pois aprenderam com a família os hábitos da boa alimentação. Quando interrogados sobre a importância da escola desenvolver assuntos ligados ao tema, 01 não respondeu e 12 responderam que consideram importantes.

4) Quando interrogados se participa de alguma associação, cooperativa ou sindicato, temos:

a) Entre os ex-alunos das escolas da rede pública, apenas 07 (22,58%) responderam que participam e destes somente 02 (28,58%) influenciados pela escola, porque recebeu conhecimentos sobre seus direitos e a escola incentivou a participar, 04 responderam que a escola não teve nenhuma influência sobre sua participação. Não participam de forma associativa 24 ex-alunos e destes apenas 01 respondeu que a escola influenciou ou é responsável pela sua situação, 20 isentam a escola da responsabilidade e alegaram outros motivos pela sua não participação, como falta de projetos da comunidade, falta de interesse pela agricultura e porque continua estudando.

Quando interrogados se consideram importante a escola proporcionar estudos ligados a essa área, 25 responderam que sim, 02 não e 04 não souberam. Os que consideram importante justificaram dizendo que é uma alternativa para a busca de ações que levem à melhoria das

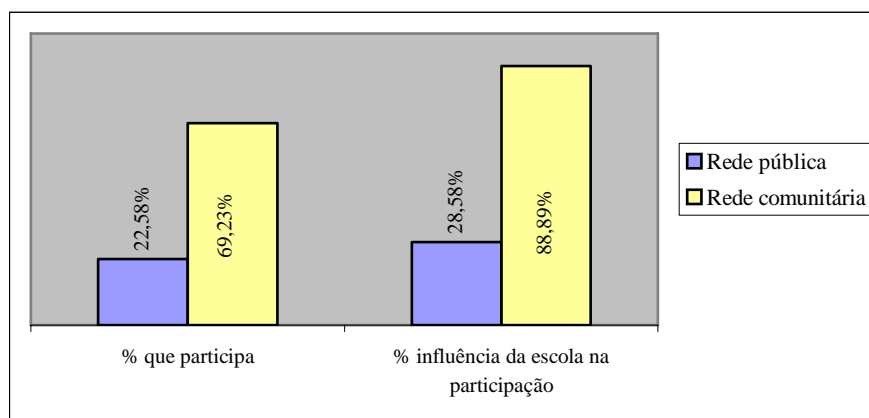
atividades das famílias dos agricultores, que a união facilita a busca de seus ideais, dos seus direitos através de um maior reconhecimento deles, cria novos meios de trabalho, que é uma forma de apoio ao pequeno agricultor, que a forma associativa dos produtos agropecuários podem ganhar mais preço, que ajuda a crescer como pessoa e torna-se mais fácil às famílias alcançarem suas metas.

Observa-se nesta questão, através da própria justificativa dos ex-alunos, a importância da organização das famílias sob formas associativas, e uma total omissão da escola sobre o assunto mantendo-se de forma inerte frente à tão importante forma de auxílio às famílias dos alunos. Não há, como se pode perceber, preocupação com o educando após sua saída da escola, o que parece limitar à escola a obrigação tão somente da formalização da escolarização.

b) Quando interrogado se participa de alguma associação, cooperativa ou sindicato, a grande maioria, ou seja, 09 (69,23%) responderam que sim e destes 08 (88,89%) responderam que se deve a escola porque o conteúdo faz parte do currículo, que na escola aprendeu a cooperar e ensinou a importância do trabalho coletivo principalmente na agregação de valores. Os que não participam somam um total de 04 interrogados que justificam sendo a escola os responsáveis por isso. Quando interrogados se é importante a escola desenvolver temas ligados ao assunto, apenas 01 não respondeu e 12 responderam que sim porque é necessário para representação do setor nas suas reivindicações, melhora o poder de barganha, para organização do trabalho e busca de crédito.

Poder-se-ia dizer, com bastante firmeza, que o associativismo é o caminho para a solução dos problemas do meio rural e a oportunidade maior para alcançar o êxito e o progresso. Se isoladamente, as coisas são muito difíceis, então por que não se organizar de forma conjunta? Bem, esta é a função maior do associativismo para, desta forma, viabilizar melhor o setor rural nas suas diversas atividades (SCHERER, 2002 pp. 11 e 12).

GRAFICO 10 - PARTICIPAÇÃO DO EX-ALUNO EM ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E COOPERATIVAS



5) Sobre a participação dos ex-alunos em atividades de lazer e culturais em suas comunidades, obteve-se o seguinte:

a) Nas escolas da rede pública do total de 31 questionados, 26 (83,87%) responderam que participam e destes, 17 (65,38%) responderam que foram influenciados pela escola porque incentivava sua participação nestas atividades e 08 responderam que não foram influenciados pela escola mas por outros motivos como os familiares. Apenas 05 responderam que não participam de atividades de lazer e sociais da comunidade mas que a escola não tem nada a ver com essa posição pessoal.

Observa-se de modo geral, que a escola tem influenciado seus ex-alunos a participar de atividades de lazer e culturais em suas comunidades o que é muito importante para o desenvolvimento pessoal e cultural dos jovens agricultores, tornando-os cidadãos e contribuindo para que encontre no meio rural motivação para permanecer na atividade profissional.

Quando interrogados se consideram importante a escola proporcionar estudos ligados ao tema, apenas 03 não souberam responder ou não considera importante e, 26 responderam que é importante e justificaram que estimula a auto-estima, é importante para integração entre a juventude, melhora a qualidade de vida e a convivência em grupo, a compartilhar os problemas e buscar soluções. Portanto, a escola tem um campo fértil na área de lazer e

cultural para continuar levando a seus educandos esses saberes que, segundo pode ser constatado, ajudam a estimular o jovem a permanecer no meio rural e buscar neste meio profissional sua satisfação pessoal e melhor qualidade de vida, 02 responderam que não é importante.

b) Na escola da rede comunitária, dos 13 interrogados, 11 (84,62%) responderam que participam de atividades de lazer e culturais na comunidade e destes, 08 (72,73%) responderam que foram influenciados pela escola, 01 não respondeu o questionamento e 01 respondeu que não participa. Quando interrogados sobre a importância da escola desenvolver assuntos ligados a prática de atividades de lazer e culturais da comunidade, 11 responderam que sim pois permite uma maior integração, ajuda a manter viva as raízes de nossos antepassados e motiva os alunos a gostar das atividades, 01 não respondeu e 01 não considera importante.

6) Questionados se participam de atividades ligadas a comemoração de datas históricas ligadas a comunidade ou município, observa-se o seguinte:

a) Dos 31 inquiridos das escolas da rede pública, 22 (70,97%) responderam que participam e destes, 11 (50 %) responderam que foram influenciados pela escola e 08 não foram influenciados por ela, 02 responderam que não participam e 07 não responderam. Quando perguntado se é importante a escola proporcionar estudos ligados a esse tema, 28 responderam que sim porque resgata e conserva a história dos antepassados, para conhecer melhor a cultura, principalmente regional, aumentar os conhecimentos, é cultura e a escola faz parte da história.

Observa-se nesta questão, a importante participação da escola nas comemorações das principais datas históricas do município ou comunidade o que contribui para a construção da cidadania do educando.

b) Na escola da rede comunitária 02 responderam que não participam e 11 (84,61%) responderam que sim e destes, 05 (45,45%) responderam que deve-se à escola, 04 não, 01 não

respondeu e 01 não sabe se isso deve-se a escola. Todos consideram importante a escola proporcionar estudos ligados ao tema.

O meio rural hoje, nas regiões pesquisadas, carece de lideranças. Cooperativas, sindicatos, associações e partidos políticos encontram dificuldades neste meio de terem líderes em seus quadros para continuar o processo de gerenciamento de suas atividades. A formação de líderes é de fundamental importância para essas instituições continuarem prestando serviço no meio, e a escola deve participar deste processo.

7) Quando interrogados aos ex-alunos se ele se considera líder, observa-se:

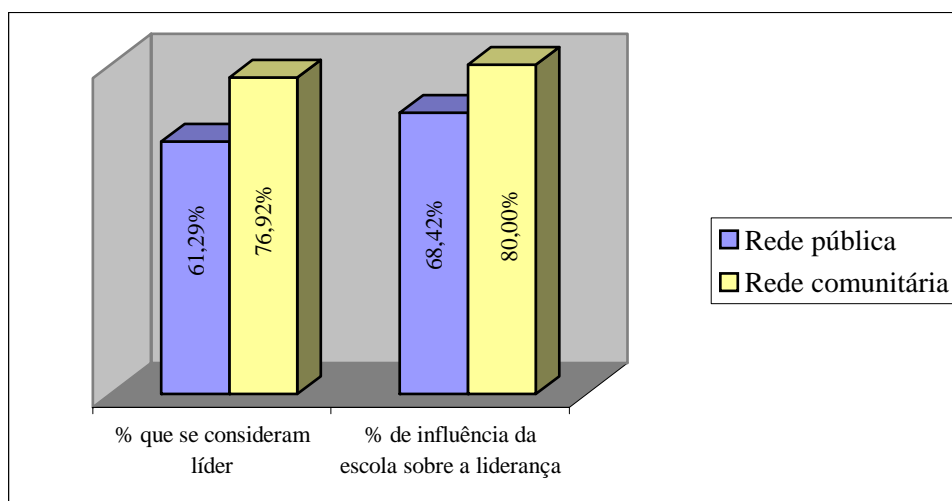
a) Nas escolas da rede pública, dos 31 inquiridos, 19 (61,29%) responderam que sim e destes, 13 (68,42%) responderam que a escola tem participação na construção de sua liderança, 05 que a escola não tem participação e 01 não sabe. Portanto, a influência da escola na construção de liderança, não chega a 50% do total de 31 que responderam ao questionário, 06 responderam que não são líderes e 06 não sabem ou não souberam responder. Dos que responderam que não são líderes, 01 respondeu que é por culpa da escola e 05 que a escola não é responsável.

Dos que foram interrogados se é importante a escola proporcionar estudos ligados à formação de lideranças, 08 não souberam responder ou responderam que não, 23 responderam sim, o que evidencia que a escola tem um ambiente favorável para a formação de liderança e deixa a desejar quando comparado com os números anteriores. Dos principais argumentos dos ex-alunos para a escola proporcionar conhecimentos sobre lideranças, destacam-se: para provocar mudanças, porque a comunidade e o país necessitam de lideranças, para desenvolver a capacidade pessoal, a realização pessoal e que a escola tem a missão de formar lideranças.

b) Na escola da rede comunitária, 02 não responderam, 01 não se considera líder e 10 (76,92%) responderam que sim e destes, 08 (80%) dizem ser por influência da escola e 02 não sabem se a escola influenciou na sua liderança. Quando interrogados sobre a importância da escola desenvolver temas ligados à formação de lideranças, apenas 01 não respondeu e os 12 demais

responderam que é importante pois é formação pessoal, e é importante para o desenvolvimento das comunidades.

GRAFICO 11 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇA



### 5.3.6 Influência da escola nos problemas ambientais da comunidade e da propriedade dos ex-aluno

QUADRO 7 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS DA COMUNIDADE E DA PROPRIEDADE DOS EX-ALUNOS

QUESTÃO	ESCOLAS									
	Rede Pública					Rede Comunitária				
	Inquiridos	Resposta afirmativa %	Influência da escola %	Resposta negativa %	Influência da escola %	Inquiridos	Resposta afirmativa %	Influência da escola %	Resposta negativa %	Influência da escola %
1. Existe sistema de saneamento básico em sua propriedade	31	93,55	51,72	6,45	50,00	13	84,61	90,91	7,69	00,00
2. Em sua propriedade existe problemas de meio ambiente	31	41,93	7,69	54,84	47,06	13	30,77	25,00	38,46	60,00
3. Em sua comunidade existe problemas de meio ambiente	31	80,64	8,00	6,45	00,00	13	92,31	16,66	7,69	00,00

OBS: Teve questões que o inquirido não responde, não totalizando 100% as respostas

Produção limpa, sem agressão ao meio ambiente é a tônica planetária do momento. "Reorientar a educação a partir do princípio da sustentabilidade significa retomar nossa educação em sua totalidade" (GADOTTI, 2000, p. 34).

O trabalho no meio rural, sabe-se, está muito propenso a situações agressivas a como o desmatamento, queimadas, erosão do solo, agrotóxicos e dejetos animais que figuram como os principais vilões. Buscando obter uma visão geral desta situação, procurou-se resumir em três questões básicas generalizadas que é a questão do saneamento básico residências (destino das águas servidas na casa, dejetos humanos e lixo doméstico e de agrotóxicos) que, além de ser uma questão de saúde é também uma questão ambiental, com potencial de agressão. Interrogou-se também se há problemas ambientais dessa ordem na propriedade do ex-aluno e na sua comunidade.



1) Quando interrogado se existe sistema de saneamento básico em sua propriedades, obteve-se o seguinte:

a) Nas escolas da rede pública, dos 31 inquiridos, 29 (93,55%) responderam que possuem sistema de saneamento básico, completo ou parcial e 02 que não possuem. Dos que possuem sistema de saneamento básico, completo ou parcial, 15 (51,72%) responderam que foi por influência da escola, pois aprenderam através de palestras proporcionadas pelas mesmas, incentivo através de conteúdos claros sobre a importância, 14 não foi por influência da escola e 02 não responderam.

Neste questionamento ficou claro através das respostas e justificativas dos entrevistados, que a escola está muito preocupada com a questão e dá bastante importância para o tema.

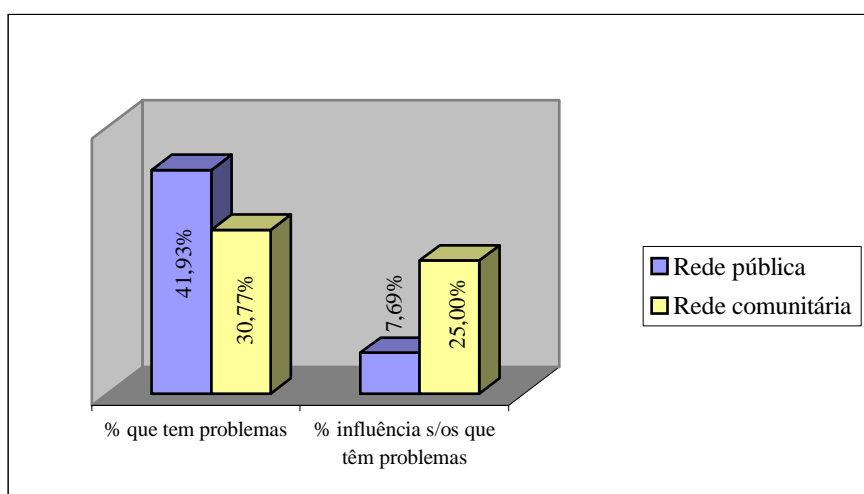
b) Na escola da rede comunitária, 11 (84,61%) responderam que existe, 01 que existe parcialmente e 01 que não existe. Dos que responderam que existe, 10 (90,91%) dizem ser a escola que influenciou e apenas 01 que não foi à escola pois já tinha antes de frequentá-la. Todos os interrogados consideram importante a escola desenvolver conteúdos ligados ao tema.

2) Se existem problemas de meio ambiente na propriedade dos ex-alunos, observa-se o seguinte:

a) Nas escolas da rede pública do total de 31 inquiridos, 13 (41,93%) das propriedades possui problemas de meio ambiente como desmatamento, poluição de rios, poluição por agrotóxicos, lixo, queimadas e erosão do solo, destes, apenas 01 (7,69%) diz que a escola tem responsabilidade porque não conscientizou, 12 responderam que a escola nada tem a ver porque orientava sobre a importância da preservação e apontaram outras justificativas como responsáveis e 17 (54,84%) que não tem problemas ambientais em suas propriedades, e destes 08 (47,06%) responderam que a escola influenciou pois oferecia conteúdos ligados à área e conscientizava para manter o meio ambiente preservado, 02 não sabe se tem problemas ambientais em sua propriedade e 07 responderam que a escola não influenciou.

b) Na escola da rede comunitária, dos 13 interrogados, 04 (30,77%) responderam que possuem problemas de meio ambiente na propriedade e destes, 01 (25%) respondeu que se deve a escola, os demais responderam não ter a escola culpa alguma. Não responderam se possuem problemas ambientais na propriedade um total de 03 interrogados e 05 (38,46%) responderam que não possuem problemas ambientais e destes 03 (60%) responderam que foi por influência da escola pois a mesma trabalhou estas questões.

GRAFICO 12 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇA



3) Se existe problemas de meio ambiente na comunidade dos ex-alunos, observa-se o seguinte:

a) Nas escolas da rede pública, dos 31 inquiridos, 25 (80,64%) responderam que existe, como desmatamento, poluição das águas, uso de agrotóxicos, queimadas e erosão do solo, destes, 02 (8%) dizem que a escola é culpada, 20 isentam a escola da responsabilidade pois conscientizou a respeito dos problemas ambientais e citam a desinformação do agricultor como uma das causas e 03 não souberam responder porque existe problemas ambientais na comunidade, 02 (6,45%) responderam que não tem problemas e 04 não sabem ou não responderam.

O que se observa nesta questão é que existe os problemas ambientais nas comunidades, mas a escola tem participado no processo de conscientização dos seus educandos sobre a

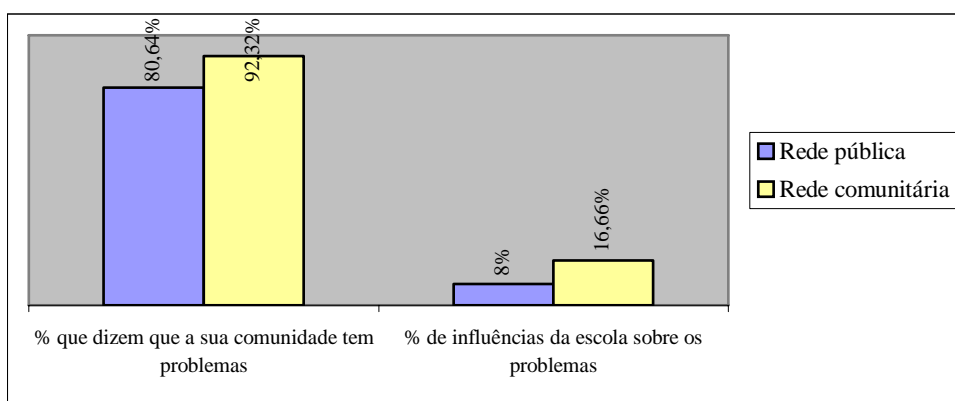
importância da preservação do meio ambiente, cumprindo assim seus docentes, o papel de educadores.

Quando interrogado se considera importante o estudo ligado à educação ambiental na escola, todos responderam que sim, o que demonstra o alto nível de conscientização dos ex-alunos influenciados pela escola.

b)Na escola da rede comunitária, dos 13 interrogados, 12 (92,31%) responderam que a comunidade possui problemas ambientais e destes, 08 responderam que a escola nada tem a ver com o problema pois desenvolvia conteúdos ligados ao tema. Apenas 02 (16,66%) dos que dizem a comunidade ter problemas de meio ambiente consideram que a escola teve culpa. Apenas 01 (7,69%) afirma que em sua comunidade não tem problemas ambientais.

Quando interrogados sobre a importância da escola desenvolver temas ligados ao assunto todos responderam que consideram importante para conscientizar as famílias da importância do ambiente conservado.

GRAFICO 13 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇA



### 5.3.7 Considerações finais

Quanto a problemas ambientais existentes nas propriedades dos ex-alunos e suas comunidades, a diferença entre as duas redes é pequena, pouco significativa. O que se observa é que os ex-alunos das escolas da rede pública apontam mais problemas ambientais em nível

de propriedade em relação a escola da rede comunitária e menos problemas ambientais a nível de comunidade, isso leva a crer que os ex-alunos da rede comunitária podem estar mais conscientes que os da rede pública quanto aos problemas ambientais que envolve a comunidade, porém não se verifica o mesmo quando se refere a propriedade, o que pode determinar uma participação menor do ex-aluno desta rede a nível propriedade. Por outro lado, ex-alunos da rede pública podem estar menos conscientes quanto a problemas ambientais ao nível de propriedade.

# CONCLUSÕES

## 1 O Desenvolvimento Rural

Devemos entender desenvolvimento rural para além do agropecuário, conceito até então muito presente nas regiões em estudo. No meio rural existe uma série de outras atividades que podem ser exploradas pelas famílias dos agricultores, como agroindústria, turismo rural, serviços para manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, entre outros.

na última década a política rural e a política agrícola deixaram de ser consideradas uma para ser a mesma coisa. O momento essencial de viragem foi a comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu em 1988 intitulado "O futuro do mundo rural". Abandonando uma abordagem de natureza setorial, a política de desenvolvimento rural passou progressivamente a abranger todos os aspectos do mundo rural, integrando funções produtivas, sociais e ambientais. (SIMÕES, 1º Congresso de Estudos Rurais - Portugal)

Para que haja esse entendimento da ruralidade, há a necessidade das famílias passarem por um processo de ruptura de paradigmas do tradicional existente entre essas famílias. Uma visão coletiva da ruralidade é necessária para que esses paradigmas sejam rompidos, e nada melhor do que iniciar pela escola de Ensino Fundamental do meio rural onde estão inseridos os futuros agricultores e agricultoras.

Entendo que desenvolvimento rural deve passar, necessariamente, pela qualificação e capacitação de seus agentes, as famílias rurais, através de um processo de educação abrangente e, as perspectivas atuais para uma educação do futuro Gadotti (2000), e aqui incluo o Ensino Fundamental Rural, que deve ter uma visão voltada para:

- a) Planetariedade: Uma visão geral do universo, além das fronteiras do municipal, do regional ou nacional. A educação do futuro não pode limitar-se a espaços físicos. Deve, partindo do limite do local, ter uma visão do global, sem perder a identidade, numa análise imparcial das situações de desenvolvimento e formação;

- b) Sustentabilidade: Que permeia todas as instâncias da vida na sociedade, o ambiental, social, político e curricular, e que perdure para as gerações futuras. A produção de alimentos sempre terá como fonte a mãe natureza, e assim deve ser entendida, porque dela se utiliza principalmente para nossa sustentação econômica;
- c) Virtualidade: Diante da virtualidade contemporânea, o cuidado da escola de não tornar-se obsoleta. Isto posto, a necessidade de uma escola reflexiva, interagindo com o meio, levando a este meio tecnologias e ciências necessários para o seu desenvolvimento, neste caso o desenvolvimento rural que possui, na virtualidade, mais um instrumento para uma formação adequada;
- d) Globalização: Segundo Gadotti (2000), não podemos pensar em educação para o futuro sem refletir sobre a globalização da economia, da cultura, das comunicações. Pensar e agir educação globalmente no sentido solidário, humanístico. A escola deve estar aberta a este tipo de globalização, enclausurar-se é retroagir;
- e) Transdisciplinariedade: Romper com o "sistema fechado" do pensamento ideológico, religioso ou filosófico, construindo um sistema planetário de educação, fortalecendo o diálogo interinstitucional. Pensar transdisciplinariedade em nossas escolas rurais representa uma utopia, falta formação para seus docentes, porém, a interdisciplinaridade é uma exigência, se quisermos fazer uma educação voltada para a realidade das famílias rurais, dentro de um projeto educacional de desenvolvimento do meio rural. A matemática, por exemplo, não deve ser uma ciência isolada das demais, mas sim inter-relacionada com as outras áreas do conhecimento necessárias para o desenvolvimento desses projetos, tanto de formação pessoal como de projetos produtivos.

"O problema fundamental de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem, contra que. Qual o papel que cabe aos educadores numa organização programática dos conteúdos" (FREIRE, 1993, p. 110). Segundo Freire é papel dos educadores distinguir a favor de quem e de quê estão os conteúdos do Ensino Fundamental. Observa-se que, na escola rural da rede pública, os conteúdos estão voltados à

não permanência do jovem no meio rural, que os mesmos não contribuem para a melhoria do bem estar das famílias, que dependem do econômico para continuar no meio rural, e que, do econômico, podem resultar as outras variáveis necessárias para a qualidade de vida das famílias e para o desenvolvimento do meio rural, apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional dar autonomia para a escola construir seu currículo de acordo com sua realidade. Isto posto, não há mais razões para as escolas públicas continuarem como estão. "O pior de todos os medos, é o medo de mudar" (GADOTTI, 2000, p. 163).

O desenvolvimento rural das regiões em estudo deverá ocorrer com maior velocidade no momento em que houver maior diversidade de atividade e produtos rurais, como agro-alimentares, artesanais, turismo rural e outros e agregação de valores aos produtos.

Infelizmente, não visualizo alternativas, partindo da comunidade escolar oficialmente constituída, para sair da situação atual, necessitando, portanto, iniciativas convincentes de outros setores para que haja mudanças desejáveis. As próprias famílias dos agricultores, através de suas organizações poderão fazer frente a esta iniciativa de mudanças, juntamente com organizações não governamentais, exigindo da própria escola que adeque seus currículos, mas entendo que é uma obrigação da escola visualizar este horizonte e provocar as mudanças necessárias para que não faça somente escolarização, mas sim formação para o desenvolvimento.

Para continuar no meio rural, os jovens necessitam ter perspectiva de futuro. Perspectiva de futuro significa melhor qualidade de vida, saúde, recursos financeiros para a aquisição de bens de consumo, acesso à comunicação, lazer, educação, garantia de vida digna para seus filhos no futuro. Para buscar essas condições no meio rural, só é possível através de projetos que proporcione renda, seja através de atividades agropecuários, agro-industriais ou rurais.

De modo análogo ao que acontece no âmbito global da economia, o grau de acesso aos serviços de saúde, educação, higiene, habitação e outras conquistas relacionadas à melhoria das condições de vida e bem-estar, bem como o nível e o perfil da distribuição da *renda per capita* do homem do campo são algumas das principais variáveis que, ao lado do aumento da produção e produtividade, integram conceitos mais abrangentes de desenvolvimento rural (ACARRIN, 1987, p. 98).

A economia das regiões pesquisadas é essencialmente agrícola. Para haver crescimento econômico, portanto, deverá haver aumento da produção agropecuária e rural, o que é menos intenso nas unidades de produção dos ex-alunos da rede pública como pode ser visto no quadro comparativo n.º 07.

Para analisar a contribuição das escolas de Ensino Fundamental Rural no desenvolvimento rural de suas comunidades, partirei do conceito de desenvolvimento humano, baseado no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, analisando as variáveis que julgo serem participantes do aumento do Produto Interno Bruto - PIB, variáveis relacionadas à saúde, à educação e, embora não sendo um componente oficial do IDH, uma análise da sustentabilidade.

### **1.1 Variáveis ligadas ao PIB**

Com projetos de aumento de renda no meio rural, haverá maior circulação de riquezas entre as famílias, um número maior de jovens permanecerá no meio rural e isso tudo desencadeará o desenvolvimento rural. Com mais renda haverá aumento do Produto Interno Bruto - PIB, que por sua vez facilitará o acesso aos demais componentes do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, quais sejam saúde e educação.

Escolas da rede pública não possuem nenhum projeto que lhes permita modificar esta situação, o que me permite concluir que essas escolas não estão contribuindo para a permanência do jovem no campo, bem como para o crescimento econômico da comunidade e pessoal, um dos itens do desenvolvimento, ao passo que a escola da rede comunitária possui projetos voltados à área econômica, há maior geração de renda na família, o que aumenta a auto-estima do jovem educando e o desejo de permanecer na atividade, com qualidade de vida e diminuindo o risco de aumentar os problemas sociais nos centros urbanos.

Três fatores estão intimamente relacionados e interdependentes evidenciando-se claramente na pesquisa, ou seja, o aumento da produção das atividades agropecuárias das famílias dos ex-alunos, proporcionou a estes, satisfação com suas atividades profissionais e o desejo de continuar no meio rural, (quadros 07 e 08).



... para a absoluta maioria desses habitantes a referida qualidade de vida depende fundamentalmente da capacidade que tenham os agricultores para produzir, incorporar valor e comercializar suas colheitas, com a eficiência que lhes permita aumentar a sua renda; sem renda suficiente, não terão acesso aos benefícios que acompanham o desenvolvimento (LACKI, 2002, p. 21).

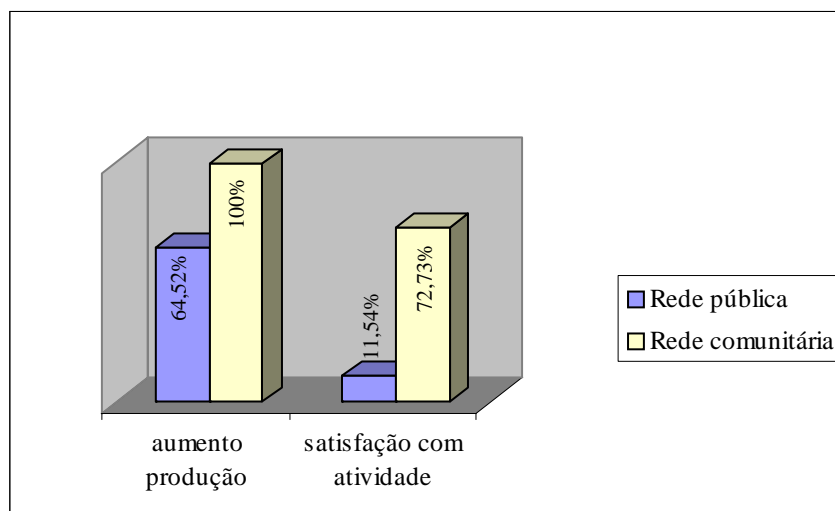
O aumento da produção juntamente com o aumento da rentabilidade das culturas, criações e outras atividades rurais, é fator de fundamental importância, considerando que as regiões pesquisadas são essencialmente agropecuárias, as famílias dos ex-alunos pesquisados têm a mesma profissão, são agricultores familiares. As famílias dessas regiões dependem essencialmente da renda dessas atividades e o que se observa é que, nas propriedades dos ex-alunos das escolas da rede pública o aumento da produção é inferior a da rede comunitária, bem como a influência da escola sobre esse aumento da produção (quadros 09 e 10).

QUADRO 8 - AUMENTO DA PRODUÇÃO X DESEJO DE PERMANECER NO MEIO RURAL

QUESTÃO	ESCOLAS	
	Rede Pública %	Rede Comunitária %
Houve aumento da produção dos produtos agropecuários na propriedade	64,52	100,00
Pretende continuar no meio rural	16,13	84,62

O quadro número 08 nos revela o quanto é importante, para o jovem do meio rural, ter uma agricultura rentável, que lhe possibilite renda e, em consequência, melhor qualidade de vida. O aumento da produção das atividades rurais dos ex-alunos está diretamente relacionado com a sua permanência no meio rural, como podemos visualizar no gráfico. Assim sendo, para uma política de fixação do jovem no meio rural, que é a grande problemática das regiões analisadas, há a necessidade de projetos produtivos que proporcionem aos jovens essas condições, porém, se os mesmos não visualizar essa perspectiva na fase do Ensino Fundamental, dificilmente permanecerá, pois o processo de migração para a cidade inicia juntamente com o início dos estudos no Ensino Médio.

GRAFICO 14 - AUMENTO DE PRODUÇÃO X SATISFAÇÃO PROFISSIONAL



O aumento da produção das atividades rurais depende, em grande parte, da difusão de tecnologias disponíveis no mercado tecnológico produzido pelas empresas pesquisadoras, e até mesmo, a produzida pelo próprio camponês, através do acúmulo de experiências empíricas que, com o passar dos tempos, tornam-se viáveis, técnica e economicamente.

Acarrini em sua reflexão sobre o caso brasileiro da economia rural e desenvolvimento, afirma que "a crença generalizada de que a divulgação tecnológica seria a forma adequada de reorganizar os empreendimentos rurais, elevar a produtividade e promover o crescimento da produção" (ACARRINI, 1987, p. 81).

Entendo que as escolas do meio rural têm papel importante como agentes de difusão de tecnologias, pois estão presentes em quase todas as comunidades, têm um público homogêneo, em sintonia com a atividade rural e a grande vantagem de poder trabalhar as práticas agropecuárias, pois estão inseridas no próprio meio.

Outro fator de análise foi a aplicação de práticas de administração rural nas propriedades dos jovens ex-alunos, importante na maximização dos fatores de produção, diminuição de custos de produção e aumento da rentabilidade do setor. Foi constatada uma diferença significativa entre os ex-alunos das duas redes, tanto na adoção das práticas como da influência da escola

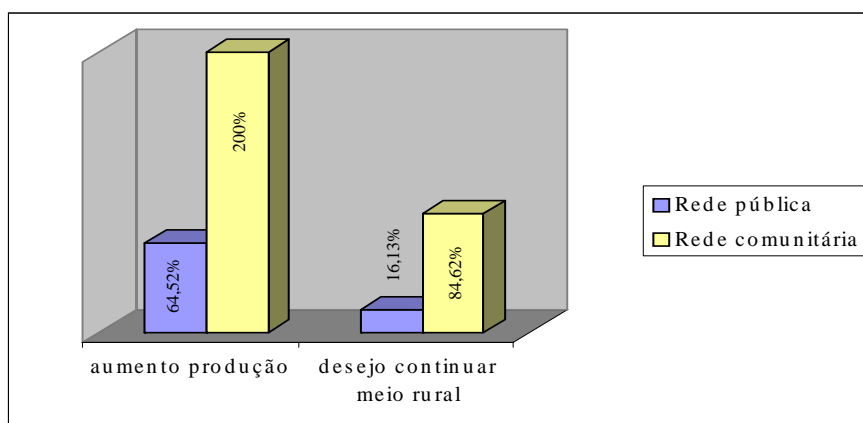
para a adoção das práticas. Observou-se que as escolas da rede públicas têm participação bem inferior em relação à rede comunitária (quadros 9 e 10).

QUADRO 8 - FATORES LIGADOS AO AUMENTO DA PRODUÇÃO

QUESTÃO	ESCOLAS	
	Rede Pública %	Rede Comunitária %
Aplicação de práticas de administração rural	45,16	92,31
Aumento da produção dos produtos agropecuários	64,52	100
Industrialização de produtos agropecuários na propriedade	9,68	53,85

Agregar valores à matriz produtiva existente, principalmente quando esta é inadequada (baseada em grãos), é importante para a renda financeira das famílias. Analisando as duas situações, observa-se novamente, diferenças substanciais entre as duas redes, sendo que as unidades de produção das famílias dos ex-alunos da rede comunitária transformam bem mais produtos agropecuários na propriedade em relação aos da rede pública, (quadros 09 e 10), o que leva a concluir que a agregação de valores na propriedade principalmente através do agro-industrialização é fator de contribuição para a permanência do jovem no meio rural e isso acontece com maior intensidade na escola da rede comunitária, conseqüentemente, maior participação dessa escola no desenvolvimento rural.

GRAFICO 15 - AUMENTO DE PRODUÇÃO X DESEJO DE CONTINUAR NO MEIO RURAL



QUADRO 9 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE O PERCENTUAL DOS FATORES DE AUMENTO DA RENDA FINANCEIRA

QUESTÃO	ESCOLAS	
	Rede Pública %	Rede Comunitária %
Aplicação de práticas de administração rural	00	91,66
Aumento de produção dos produtos agropecuários	64,52	92,31
Industrialização de produtos agropecuários na propriedade	66,67	100

Pois bem, se o crescimento da produção e produtividade integram o conceito do desenvolvimento rural e, analisando as variáveis das duas redes de escola sobre o aumento da produção e produtividade, bem como outras variáveis intrínsecas a esta, como administração rural e agregação de valores a matriz produtiva das famílias desses agricultores, através da transformação da matéria-prima e, constatando que na escola da rede comunitária essas variáveis são bem maiores de que na rede pública, bem como a influência da escola sobre essa variável, através de suas práticas pedagógicas, para aplicação dessas variáveis, é maior na rede comunitária, permite-me concluir que, nesta variável do desenvolvimento rural, a contribuição da escola da rede comunitária é significativamente maior que na rede pública e importante para o desenvolvimento rural de sua comunidade e região.

#### *1. 1. 1 Desenvolvimento rural é a inclusão do homem no mercado de trabalho*

A média da área de terra das famílias dos ex-alunos pesquisados, 25,48 hectares do município de Frederico Westphalen - RS e 20,30 hectares do município de Quilombo - SC, é campo potencial de mercado de trabalho, desde que haja projetos de desenvolvimentos que possam auferir renda financeira para as famílias. Tornar esse meio campo fértil para desenvolvimento desses projetos também é função da escola rural.

Analisando os dados, observa-se que as escolas da rede pública tiveram menos participação que a escola da rede comunitária nos fatores ligados ao aumento da renda das famílias.

Dados da pesquisa constata também que, 48,3% dos ex-alunos das escolas da rede pública foram incentivados, direta ou indiretamente, pela escola a buscar mercado de trabalho fora da propriedade rural contra apenas 7,7% da rede comunitária. Quanto à variável colocada como opção de resposta sobre o incentivo da escola para com o mercado de trabalho na própria propriedade, 27,6% dos ex-alunos da rede pública foram incentivados, contra 92,3% da rede

comunitária. Na situação brasileira, "gerar um emprego urbano custa seis vezes mais caro que fazê-lo no meio rural; manter uma família na cidade custa ao poder público vinte e duas vezes mais caro que fazê-lo no campo" (LACKI, 1999, p. 8).

Apesar das duas redes incentivarem seus educandos a continuar sua formação e buscar mercado de trabalho, a rede pública deixa transparecer que este ambiente não é o meio rural, o que se leva a concluir que ela está praticamente ignorando um excelente mercado de trabalho que é o meio rural, portanto, não contribuindo para o seu desenvolvimento.

Se desenvolvimento rural é inclusão do homem no mercado de trabalho e, considerando que a escola da rede pública incentiva seus educandos para o mercado de trabalho fora do rural, e a escola da rede comunitária incentiva para o mercado de trabalho no meio rural, afirmo ser esta, a escola da rede comunitária, importante no desenvolvimento de suas comunidades, bem como participa mais do processo de desenvolvimento rural em relação à rede pública, que tem pouca importância e contribuição no processo de desenvolvimento rural de suas comunidades e região.

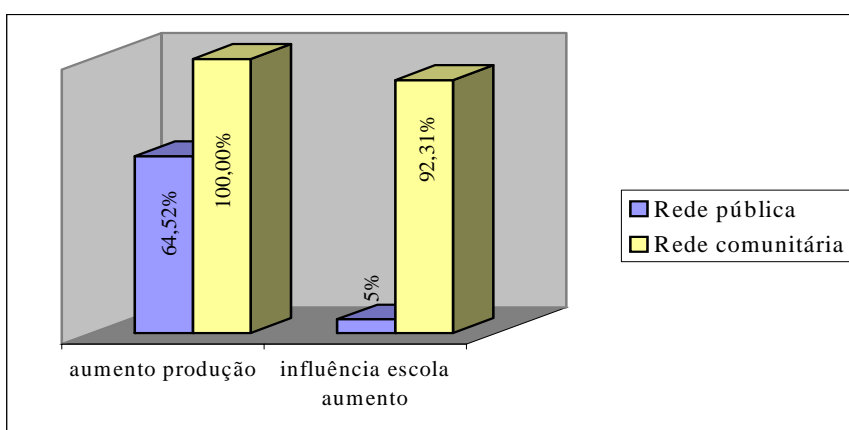
Entendo que desenvolvimento rural deve partir da vocação regional, como afirma Maillat:

O desenvolvimento de regiões que melhoram a sua posição hierárquica (frente a outras) advém de uma dinâmica específica ao território e não de um fenômeno de redistribuição. É por isso que se fala em desenvolvimento endógeno. Pode-se deduzir que certos sistemas territoriais de produção (não centrais) estão em condições de se desenvolver sem que uma redistribuição do crescimento intervenham a partir de regiões mais fortes. Em outros termos, a dinâmica do desenvolvimento territorial é, no caso, de natureza endógena (MAILLAT, 1997 apud FRANTZ *et al*, 2002).

Neste caso, a vocação das regiões em análise é de atividade agropecuária, herdada de uma cultura de imigração européia. Predomina, principalmente na região de estudo do município de Frederico Westphalen, baseado na cultura trazida pelos ancestrais, a produção de grãos, inviável hoje para a agricultura familiar, se não transformada na própria propriedade. A dedução que faço é de que, apesar de ser de iniciativa mais ampla projetos voltados a essas variáveis e a busca de novas alternativas, não vejo nas escolas da rede pública nenhuma preocupação neste sentido, não sendo verdadeira essa afirmativa para a rede comunitária. Na primeira região analisada, a das escolas da rede pública, apenas 34,5% (BRUM, 1999) das famílias tinham assistência técnica para seus projetos agropecuários. Para a condução desses

projetos, a escola da rede comunitária, segunda região analisada, participa com conteúdos voltados à realidade sócio-profissional das famílias, o que me leva a concluir que, neste item analisado, a escola da rede pública não tem nenhuma participação na construção de projetos de desenvolvimento econômico do meio rural, enquanto que a escola da rede comunitária participa ativamente deste processo, o que leva novamente à conclusão que esta escola está mais presente no desenvolvimento regional. A escola, de forma alguma, deve estar desligada do processo de desenvolvimento regional, devendo ser parte integrante, o que se observa mais na rede comunitária em relação à rede pública.

GRAFICO 16 - AUMENTO DA PRODUÇÃO X INFLUÊNCIA DA ESCOLA NO AUMENTO



## 2. 2 Variáveis ligadas à saúde

O processo de construção do Indicador de Longevidade leva em consideração a esperança de vida ao nascer sobre o parâmetro máximo e mínimo de uma determinada população. Com o objetivo de verificar a participação da escola na construção deste indicador, pesquisou-se as seguintes variáveis:

Saúde pessoal - desenvolvimento de práticas e conteúdos relacionados diretamente com a saúde do educando e sua família como prevenção de doenças, cuidado com o corpo, etc;

Higiene pessoal - baseado no desenvolvimento de práticas que dizem respeito diretamente a higiene pessoal como limpeza do corpo e hábitos de higiene;

Programa de saúde e nutrição - baseado num programa alimentar saudável, com produtos limpos, orgânicos, produzidos na propriedade, consumo não de quantidade mas de qualidade de alimentos dos mais variados grupos;

Participação em atividades de lazer - tendo por princípio lazer faz bem para a saúde da mente e, quando sob forma de exercícios físicos, faz bem para o corpo.

Observa-se que, quanto a estas variáveis as duas redes estão preocupadas, motivadas e incentivando para manter uma vida saudável a seus educandos como se observa nos altos índices das respostas dos ex-alunos quanto a informação repassada pela escola sobre essas variáveis. Neste sentido, com as variáveis diretas ao alcance da escola e do educando, pode-se concluir que ambas as escolas participam do processo do processo de desenvolvimento, porém, saúde e longevidade é muito além das variáveis analisadas, é um bom programa de saúde que depende do econômico das famílias, neste caso, na rede comunitária há uma maior participação. Programas de saúde, particular ou público também depende do envolvimento dos líderes, das associações de classe, dos sindicatos na busca e defesa dos interesses das famílias do campo e, neste sentido, há uma maior participação da rede comunitária.

Concluindo pode-se dizer que, quando as variáveis analisadas diz respeito a participação direta das famílias em variáveis que influenciam diretamente ao Indicador de Longevidade, as duas redes estão participando em igualdade de condições na construção desses índices contribuindo assim para o desenvolvimento, porém, quando as variáveis analisadas não estão diretamente relacionadas a participação das famílias, a rede comunitária participa mais que a rede pública, o que significa dizer também que está contribuindo mais com o desenvolvimento.

## **2. 3 Variáveis relacionadas à educação**

Na construção do IDH, o fator educacional se decompõe em outros dois indicadores (PAIXÃO 2003) que é o Índice de Alfabetização (IA) com peso (2) que diz respeito a taxa de alfabetização da população acima de 15 anos e o Indicador Escolar (IE) com peso (1) que é formado pela razão entre a população que está frequentando o primeiro, segundo e terceiro grau na faixa de 7 a 22 anos.

Analisando as variáveis relacionadas à educação, buscaram-se informações sobre a influência da escola na permanência ou não do jovem no meio rural, ensino voltado à realidade do meio, acesso à informação sobre sua atividade, formação para o mundo do trabalho e formação para a cidadania, partindo do princípio de que para haver desenvolvimento rural, a variável

aumento de produção deve estar presente sob pena do jovem abandonar esse meio, e dele não mais produzir o econômico, componente do desenvolvimento rural.

QUADRO 10 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA SAÍDA OU PERMANÊNCIA DO JOVEM DO MEIO RURAL

QUESTÃO	ESCOLAS	
	Rede Pública %	Rede Comunitária %
Dos que saíram, ou pretendem sair do meio rural, a escola contribuiu	34,62	00
Se você está ou pretende ficar no meio rural, a escola contribuiu	38,46	100

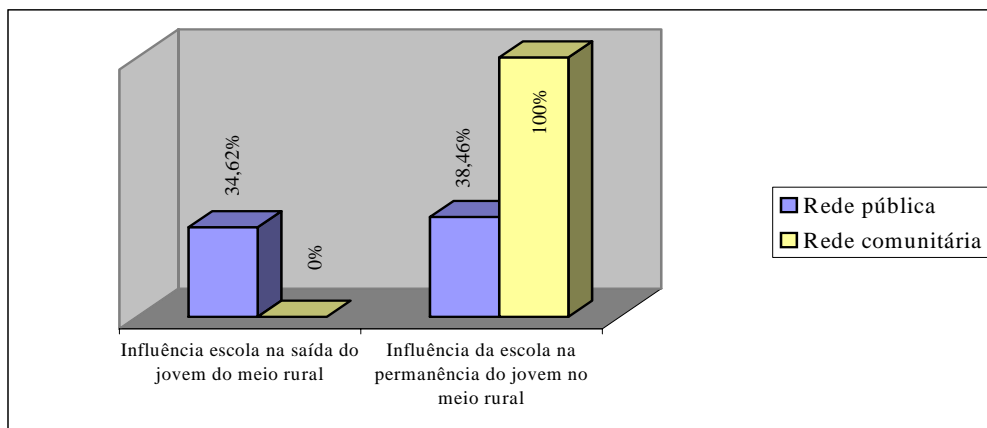
Acredito serem as escolas pesquisadas da rede pública, motivadoras dos jovens para deixar o meio rural, expressado por 34,62% dos inquiridos, enquanto que na rede comunitária nenhum ex-aluno atribuiu à escola sua saída, ou intenção de sair. Daqueles que estão no meio rural das escolas da rede pública 38,46% atribuem a escola sua permanência, (Quadro 05) fato duvidoso, pois nos Planos Políticos Pedagógicos dessas escolas, não se percebe nenhuma ação que justifique essa afirmativa, principalmente de ordem prática, por outro lado, na rede comunitária, 100% atribuem à escola sua permanência no meio rural, fato que tem a minha concordância, pois o Projeto Político Pedagógico é voltado à formação do jovem agricultor para entrar no mercado de trabalho do meio rural. Assim sendo, se o jovem não permanece no meio rural e a escola tem influência positiva sobre essa afirmativa, pode-se dizer que a contribuição dessa escola para o desenvolvimento do meio rural, deixa muito a desejar.

Como a pesquisa não trabalhou a variável Índice de Alfabetização, mas somente a variável, Indicador Educacional, que possui peso inferior, fica comprometida a afirmação se uma rede contribui mais ou menos no desenvolvimento, porém, tendo como referência somente esta variável, conclui-se que, entre os ex-alunos da rede pública possui um maior Indicador Educacional pois 61,29% continuam os estudos em nível secundário contra apenas 30,77% da rede comunitária.

De maneira geral, quanto a esta variável, a rede pública contribui mais que a rede comunitária no desenvolvimento, porém, em se tratando especificamente de desenvolvimento rural, a pesquisa mostra que, onde há o maior Índice de Escolaridade entre os ex-alunos, não há retorno ao nível do rural sob forma de aumento de produção, conseqüentemente do econômico, da melhor qualidade de vida para suas famílias pois o ingresso no ensino secundário significa o abandono do meio rural, conseqüentemente o não retorno do bônus auferido pelo grau de escolaridade.



GRAFICO 17 - INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA SAÍDA OU PERMANÊNCIA DO JOVEM DO MEIO RURAL



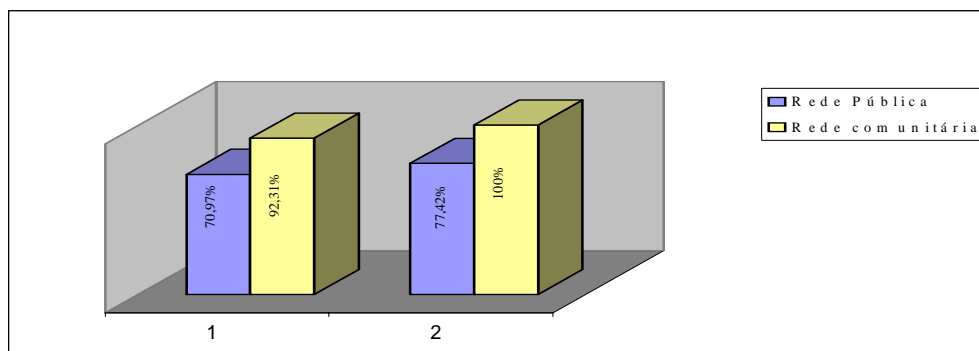
Acredito que o ensino voltado à realidade do meio sócio-profissional do educando, valorizando suas experiências profissionais, contribui para o desenvolvimento do meio em que estamos inseridos, no caso, o meio rural. Neste sentido, embora elevados, os índices da escola da rede pública (quadro 12) ficam aquém da escola da rede comunitária.

QUADRO 11 - VALORIZAÇÃO DA REALIDADE E SABERES DOS EDUCANDOS

QUESTÃO	ESCOLAS	
	Rede Pública %	Rede Comunitária %
A escola, em seus conteúdos, levava em consideração a realidade da família	70,97	92,31
A escola valorizava suas experiências e conhecimentos familiares	77,42	100

Desenvolvimento significa uma educação voltada para a cidadania e, neste sentido, acredito que as duas redes estão formando lideranças, pelos altos índices manifestados pelos ex-alunos das duas redes, quando o questionamento voltava-se para essa área.

GRAFICO 18 - VALORIZAÇÃO DA REALIDADE E SABERES DOS EDUCANDOS



## 2. 4 Variáveis relacionadas a sustentabilidade

Para que haja desenvolvimento sustentável deverá haver um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do ecossistema, um desenvolvimento que preserve a vida. O meio rural fica exposto a problemas ambientais das mais variadas formas. O jovem, desde cedo, acompanha as atividades profissionais da família e poderá se comportar de modos diferentes frente a problemas no seu meio, influenciado, dentre outras fontes de informações, pela escola que frequenta.

De forma genérica também foram analisadas variáveis que pudessem determinar a influência da escola ligada aos problemas ambientais do meio sócio-profissional das famílias dos ex-alunos e de suas comunidades, não se observando diferenças significativas entre as duas redes, onde afirmam ter problemas de ordem ambiental nas duas situações, tanto nas unidades de produção dos ex-alunos da rede pública como os da rede comunitária, atribuindo partes destes problemas também às escolas.

O econômico é o principal fator de desenvolvimento rural das regiões em estudo, pois com ele é que se desenvolvem os demais, quais sejam, longevidade, porque é através do econômico que se tem acesso à melhoria da qualidade de vida, através de programas de saúde eficientes, alimentação de qualidade, lazer, etc, e escolaridade por possibilitar o acesso à escolarização nos mais variados níveis.

Baseado no exposto, a escola da rede comunitária participa do desenvolvimento rural em maior escala que a rede pública, sendo que esta praticamente não participa do desenvolvimento rural porque não faz aumentar os fatores produtivos das unidades de produção, influenciam pouco no social dos seus educandos, principalmente no associativismo e no desenvolvimento de lideranças. Dos três fatores analisados somente no aspecto ambiental as duas redes estão em igualdade de condições, o que leva à afirmação da maior participação das escolas da rede comunitária no desenvolvimento rural.

A escola de Ensino Fundamental, oferecendo formação adequada ao seu meio, incentivando, mostrando caminhos, que podem ser seguidos pela agricultura familiar, estimulará o jovem a

permanecer na atividade agrícola antes que deixe definitivamente o meio rural já que, ao cursar o Ensino Médio, a maioria absoluta o faz no meio urbano, com formação voltada a preparação para o vestibular, sem nenhum conteúdo ligado ao rural.

A grande maioria dos jovens agricultores das escolas da rede pública analisadas vem de um ambiente familiar de pessimismo quanto a profissão de agricultor e encontra na escola a continuidade desse pessimismo por parte dos docentes, ou omissão ao estímulo para o jovem continuar na atividade.

As regiões das escolas analisadas vêm de um sistema de políticas paternalistas de desenvolvimento, atribuindo ao poder público a responsabilidade por políticas desenvolvimentistas, tendo o crédito e os subsídios vital importância como medidas capazes de solucionar os problemas da agricultura. Segundo Lacki (1999, p.8), a fixação do homem do campo só se dará se "aumentar a quantidade dos excedentes que produzem, melhorar a qualidade, reduzir seus custos e aumentar os preços de venda".

É evidente de que estas iniciativas, esta formação deve ser levada ao jovem agricultor quando ainda estiver em curso no Ensino Fundamental, quando convive mais tempo junto com a família e com o ambiente profissional. Concluído o Ensino Fundamental o jovem agricultor abandona os estudos ou o busca nas escolas do meio urbano afastando-o do ambiente profissional. Portanto, nas escolas de ensino do meio rural é que deve se iniciar esse trabalho, o que ocorre com mais frequência na escola da rede comunitária quando 92,3% afirmam que a escola incentivava-o a permanecer no meio rural, com formação voltada ao desenvolvimento das atividades profissionais do seu meio, enquanto que nas escolas da rede pública somente 27,6% foram incentivados a continuar com atividades no rural. A educação urbanocêntrica, praticada pela escola da rede pública também é responsável pela saída do jovem do meio rural para buscar mercado de trabalho em outros meios profissionais. Uma grande reflexão deve ser feita por essas escolas, reformas deverão ser implementadas de forma a visualizar um ensino voltado ao desenvolvimento rural, caso contrário, a afirmativa de que essas escolas não contribuem para o desenvolvimento do meio rural continuará sendo verdadeira.

A pesquisa nos mostra claramente que as Escolas de Ensino Fundamental do meio rural da rede pública deverão passar por um processo de adaptação curricular para fazer frente a problemática da evasão do jovem do meio rural com todas suas conseqüências inerentes. As séries finais deverão ter conteúdos ligados a ruralidade, de modo a dar uma visão do setor, motivar o jovem a pensar na possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho como profissional, o que hoje não acontece nessas escolas e, depois desta visão, deixar as educandos que façam sua livre escolha profissional.

Continuar encaminhando para o mundo do trabalho fora da ruralidade é desperdiçar a oportunidade de contribuírem para o desenvolvimento do meio rural e encaminhar o educando para um mundo do trabalho incerto.

Certos de que o mundo rural tem como base para seu desenvolvimento a formação de seus agentes, estes devem ser preparados adequadamente para assumir esta função de protagonistas do desenvolvimento, e isto deve ser feito pelas escolas, iniciando pela de ensino rural existentes em suas comunidades e depois ter seqüência em escolas específicas que preparam par este fim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACARRINI, José H. **Economia Rural e Desenvolvimento**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1987.

BENJAMIM, Cezar & GALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo**. Brasília, Peres Gráfica e Editora, 2000.

BRUM, Argemiro Luís. **Perfil do Setor Agropecuário da Região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai**. Frederico Westphalen - RS, Editora URI, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 18 ed. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 2 ed. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1993.

FRANZ, Victor R. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 28 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

GADOTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 2 ed. São Paulo – SP: Fundação Petrópolis, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo – SP: Atlas, 1989.

GORGONZINHO, Ivanir. <http://www.frenteiravirtual.com.br>, 2003.

IBGE - **Censo** 2000.

LACKI, Polon. **A Formação de profissionais para profissionalizar agricultores**. FAO, Santiago, Chile, 1997.

LACKI, Polan. **Buscando Soluções para a Crise do Agro**. FAO Santiago, Chile, 1999.

MARCHESINI DE PÁDUA, Elizabete M. 6 ed. **Metodologia da Pesquisa**, São Paulo: Papyrus.

MONTEIRO, Ana Maria C. **Os saberes dos docentes e sua formação**. Educação e Sociedade, Campinas-SP: UNICAMP, 2001.

NAVARRO, Zander. **Dossiê Desenvolvimento Rural N.º 12**, São Paulo – SP: Editora da USP, 2001.

PAIXÃO, Marcelo \_\_\_\_\_

PERRENOUD, Philippe. **Formar professores em contextos sociais em mudança. Prática reflexiva e participação crítica**. Universidade de Genebra *in* Revista Brasileira de Educação, 1999.

Relatório ASCAR/EMATER-RS, ano 2001.

Relatório de Atividades do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, Frederico Westphalen - RS, 2001.

SILVA, Argentina Maria. **A Educação Básica Pós-LDB**. São Paulo-SP: Pioneira, 1998.

SILVA, Paulo Fontes. **Análises & Dados**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Bahia, 1996.

SILVA, Paulo F. **Análise & Dados**, vol. 6, n. ° 2, Set. 1996 p. 16 a 25.

SUDBRACK, Edite Maria. **Demitidos da escola: um outro olhar sobre a exclusão**. Frederico Westphalen: URI, 1993.

SIMÕES, Maria J. *1º Congresso de Estudos Rurais - Território, Agricultura e Desenvolvimento*, Portugal.

**Um Novo Jeito de Ser Colono**. Editora URI, 2001.

**Um Novo Jeito de Ser Colono**. Editora URI, 2002.

WALFESSOHN, James. <http://www.rcl.fao.org>, 1997.

VEIGA, José Eli. **Brasil Rural – Estratégias de Desenvolvimento**, Brasília, 19....

## **ANEXOS**

## Anexo 1 - Correspondência enviada juntos com questionários aos ex-alunos



Prezado Entrevistado!

Sou professor da URI campus de Frederico Westphalen e estou realizando o curso de Mestrado em Formação e Desenvolvimento Sustentável através da Universidade de Tours, França e Nova de Lisboa, Portugal, em convênio com a Universidade Católica de Brasília. Este questionário tem por objetivo colher dados para estudos sobre o ensino rural praticado nas escolas de nossa região e da região Oeste de Santa Catarina. As informações são sigilosas, não havendo necessidade de se identificar, colocando o seu nome no questionário.

Para analisar a educação rural e construir propostas de ensino voltadas as famílias rurais, que venha ao encontro das reais necessidades do homem e da mulher do campo, é preciso que as respostas correspondam aquilo que você realmente pensa. Sendo assim estará colaborando para melhorar o desenvolvimento rural das famílias. As perguntas são correspondentes a aquela escola que você estudou até a 8ª série.

Fico muito agradecido pela sua valorosa colaboração e coloco-me a disposição para eventuais dúvidas pelos telefones (55) 3746 1328 ou 9964 1775.

Atenciosamente,

Francisco Trevisan

Mestrando

## Anexo 2 - Questionários respondido pelos ex-alunos das duas redes de escolas

# 1. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO:

## 1.1. Identificação:

Escola que se formou: ..... Comunidade: .....

Ano de conclusão: ..... Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Idade na conclusão: ( ) 12 a 14 anos ( ) 14 a 16 anos ( ) mais de 16 anos

## 1.2. Escolaridade:

1.2.1. Continua estudando ( ) sim ( ) não

1.2.2. Que curso faz ou está fazendo?

( ) Técnico Agropecuário ( ) Técnico Contábil

( ) Ensino Médio ( ) Formação Geral

( ) Magistério ( ) Faculdade

( ) Outro Qual: .....

1.2.3. Por que escolheu este curso?

a.( ) próximo de casa

b.( ) porque tem menos despesas que os outros

c.( ) porque permite trabalhar junto com a família

d.( ) porque permite trabalhar no emprego

e.( ) porque acha que é melhor para o seu futuro

f.( ) porque a família quis

g.( ) outro. Qual? .....

1.2.4. Que ano frequenta ?

( ) 1º ano do 2º grau ( ) 2º ano do 2º grau

( ) 1º ano da faculdade ( ) 2º ano da faculdade

( ) supletivo de 2º grau ( ) 3º ano do 2º grau e

( ) EJA ( ) outro. Qual ? .....

1.2.5. Se parou de estudar, por quê?

a.( ) os pais não permitiram continuar

b.( ) necessita ajudar a família nas atividades rurais

c.( ) por falta de recursos financeiros

d.( ) por falta de transporte escolar

e.( ) porque não vê futuro no ensino

f.( ) outro. Qual? .....

## 2. SITUAÇÃO ATUAL DO ALUNO:

### 2.1. **Continua** trabalhando na área rural?

( ) sim ( ) não Por quê ? .....

### 2.2. Se continua trabalhando na área rural, em que **regime de exploração**:

( ) junto com a família ( ) sozinho ( ) em grupo  
( ) em parceria ( ) outro Qual? .....

### 2.3. Se continua trabalhado na área rural, **qual a área total** da propriedade?

.....Hectares

### 2.4. **Pretende continuar** na área rural?

( ) sim Por quê ? a.( ) melhor situação econômica do que na cidade  
b.( ) necessidade de cuidar a família  
c.( ) gosta da atividade  
d.( ) melhor perspectiva de futuro  
e.( ) não tem outra opção  
f.( ) outro. Qual? .....

( ) não Por quê ?

a.( ) falta de terra própria  
b.( ) pouca perspectiva de futuro  
c.( ) ganha mais como empregado  
d.( ) não gosta da atividade agrícola  
e.( ) outro. Qual? .....

### 2.5. Se você continua no meio rural, sua **família contribuiu** para isso?

( ) sim: ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

.....

### 2.6. Se você está ou pretende ficar no meio rural, a **escola contribuiu** para isso?

( ) sim ( ) não

Se respondeu sim, diga porque:

a.( ) A escola mostra um mundo rural melhor que um mundo urbano  
b.( ) A escola mostra um mundo rural com mais futuro que um mundo urbano  
c.( ) A escola mostra um mundo urbano mais difícil que o mundo rural  
d.( ) Outro Qual? .....

.....

2.7. Se continua na área rural, **está satisfeito(a)** com o rendimento financeiro de suas atividades rurais nos últimos anos?

( ) sim

Por quê? .....

.....

( ) não

porque:

- a.( ) pouco lucro da atividade                      d.( ) falta de assistência técnica  
b.( ) tipo de atividade praticada                  e.( ) problemas climáticos  
c.( ) problemas de política agrícola              f.( ) outra Qual? .....

2.8. Se não continua no meio rural, **em que trabalha?**

- a.( ) desempregado                                      d.( ) só estuda  
b.( ) funcionário empresa privada e.( ) funcionário empresa pública  
c.( ) é empresário                                      f.( ) outro Qual: .....

2.9. O que o **motivou a sair** da atividade rural?

- a.( ) falta de terra própria  
b.( ) pouca perspectiva de futuro  
c.( ) ganha mais como empregado  
d.( ) não gostava da atividade agrícola  
e.( ) outro. Qual? .....

.....

2.10. A **falta de estudos**, ligados à atividade agrícola, **também contribuiu** para você deixar o meio rural?

( ) sim:                      ( ) não

Por quê? .....

.....

2.11. Se você saiu ou pretende sair do meio rural, a **escola contribuiu** para isso?

( ) sim                      ( ) não

Se respondeu sim, diga porque:

- a.( ) A escola mostra um mundo rural difícil de se viver  
b.( ) A escola mostra que no meio urbano a vida é melhor  
c.( ) A escola mostra que o meio rural não tem futuro  
d.( ) Outro Qual?.....

.....

2.12. Se você saiu ou pretende sair do meio rural, sua **família contribuiu** para isso?

( ) sim:            ( ) não

Por quê? .....

.....

### 3. ANÁLISE DO ENSINO FUNDAMENTAL:

3.1. Quanto a aplicação de práticas de administração rural em sua propriedade:

( ) não houve            ( ) houve            ( ) está havendo

3.1.1. Sua resposta anterior deve-se a escola ?

( ) sim                    ( ) não                    ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.1.2. Você considera importante a escola ter estudos ligados a administração rural?

( ) sim                    ( ) não                    ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.2. A escola que você estudou proporcionou conteúdos ligados à economia agrícola?

( ) sim                    ( ) não

3.2.1. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados a economia agrícola?

( ) sim                    ( ) não                    ( ) não sei

Por que? .....

.....

3.3. Quanto ao aumento da produção agrícola e pecuária em sua propriedade nos últimos anos?

( ) houve    ( ) não houve                    ( ) está havendo

3.3.1. Sua resposta anterior deve-se a escola?

( ) sim                    ( ) não                    ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.3.2. Você considera importante a escola proporcionar estudos ligados a produção agrícola e pecuária?

( ) sim                    ( ) não                    ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.4. **Industrializou** ou está **Industrializando** algum tipo de **produto agrícola ou pecuário** em sua propriedade? ( ) sim ( ) não

Quais?.....

3.4.1. Sua resposta anterior deve-se a escola que você estudou?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.4.2. Você considera importante a escola proporcionar estudos ligados a **industrialização de produtos agrícolas**?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.5. Você participa de algum tipo de **associação, cooperativa ou sindicato**?

( ) sim ( ) não Quais? .....

3.5.1. Sua resposta anterior deve-se a escola ?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.5.2. Você considera importante a escola proporcionar estudos ligados a área **associativa e outras formas de organização** das famílias rurais ?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.6. A escola que você estudou lhe proporcionou estudos ligados a **saúde** pessoal?

( ) sim ( ) não

3.6.1. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados a área da **saúde**?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.7. A escola que você estudou lhe proporcionou estudos ligados a **higiene pessoal**?

( ) sim ( ) não

3.7.1. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados a **higiene pessoal**?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.8. Quanto ao sistema de **saneamento básico** (destino das águas servidas na casa, dejetos humanos, lixo doméstico, etc...) em sua propriedade:

( ) existe ( ) não existe ( ) existe precariamente

3.8.1. Sua resposta anterior deve-se a escola ?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.8.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados ao saneamento básico?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.9. Quanto a alimentação e nutrição de sua família, você considera com um bom programa alimentar? (bom programa não significa quantidade, mas diversidade, consumir diariamente produtos de grupos alimentares diferentes)

( ) sim ( ) não ( ) não sei

3.9.1. Sua resposta anterior deve-se a escola ?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.9.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados a alimentação e nutrição da família?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.10. Quanto a produção de alimentos para a família na propriedade:

( ) produz ( ) não produz ( ) produz parcialmente ( ) produzia

3.10.1 Sua resposta anterior deve-se a escola?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? ..... ..

3.10.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados a produção de alimentos para a família?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.11. Em sua propriedade, existem problemas de *meio ambiente*?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Quais? .....

3.11.1. Sua resposta anterior deve-se a escola?

( ) sim ( ) não ( ) não sei



Por quê?.....

3.12. E em sua comunidade, existem problemas de meio ambiente?

( ) sim ( ) não ( ) Não sei

Quais? .....

3.12.1. Sua resposta anterior deve-se a escola?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.12.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados ao meio ambiente ?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.13. Quanto as atividades domésticas para o bom funcionamento de um lar você considera?

( ) que sabe fazer ( ) que sabe fazer parcialmente

( ) que não sabe fazer

3.13.1. Sua resposta anterior deve-se a escola que você estudou?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por que? .....

3.13.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados às atividades domésticas?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por que? .....

3.14. Você participava ou participa de atividades de lazer e culturais em sua comunidade ?

( ) sim ( ) não

3.14.1. Sua resposta anterior deve-se a escola?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.14.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados a prática de atividades de lazer e culturais da comunidade?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por que? .....

3.15. A escola participava de atividades de lazer e culturais da comunidade?

( ) sim ( ) não

3.15.1. Considera importante que a escola participasse dessas atividades?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.16. Você participa de atividades ligadas a comemorações de datas históricas ligadas a comunidade ou município hoje? (dia do agricultor, padroeiro da comunidade, outras datas...)

( ) sim ( ) não

3.16.1. Sua resposta anterior deve-se a escola?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.16.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados as datas históricas da comunidade ou município?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.17. Você se considera uma pessoa líder?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

3.17.1. Sua resposta deve-se a pela escola?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

3.17.2. Considera importante a escola proporcionar estudos ligados a formação de lideranças?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por que? .....

3.18. Você se considera uma pessoa cidadã? (sujeitos críticos, transformadoras da realidade, construtores da própria história, enfim, uma pessoa solidária, crítica, inovadora e feliz)

( ) sim ( ) não ( ) não sei

3.18.1. Sua resposta anterior deve-se a escola?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

3.18.2. Considera importante a escola proporcionar a formação de pessoas cidadãs?

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por que? .....

3.19. Na escola que você estudou, os conteúdos levaram em **consideração a realidade de sua família e da comunidade?**

( ) sim ( ) não ( ) não sei

3.19.1. Considera importante uma escola com conteúdos **ligados as atividades rurais desenvolvidas pela sua família na propriedade?** (agricultura, pecuária, outros...)?

( ) não ( ) sim ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.19.2. Se você tivesse oportunidade, estudaria numa escola que os conteúdos levassem em consideração a **realidade da família?**

( ) sim ( ) não ( ) não sei ( ) depende

Por quê? .....

.....

3.20. A escola que você estudou, desenvolvia **atividades com as famílias?**

( ) sim Quantas vezes? a.( ) semanalmente

b.( ) 1 vez por mês

c.( ) 1 vez por ano

d.( ) eventualmente

( ) não

3.20.1. Considera importante a escola desenvolver **atividades com as famílias?**

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....

.....

3.21. A escola promovia **reuniões com os pais** no decorrer do ano letivo?

( ) sim Quantas vezes? a.( ) semanalmente

b.( ) 1 vez por mês

c.( ) cada 6 meses

d.( ) 1 vez por ano

e.( ) eventualmente

( ) não

Com que finalidade? .....

3.21.1. Considera importante a **participação dos pais na escola?**

( ) sim ( ) não ( ) não sei

Por quê? .....



d.( ) eventualmente

( ) não

3.25.1. Incentivava a participar?

( ) sim

( ) não

Por que? .....

3.25.2. Considera importante a participação da escola em atividades religiosas na comunidade?

( ) sim

( ) não

( ) não sei

Por quê? .....

3.26. A escola que você estudou valorizava suas experiências e seus conhecimentos familiares, trazidos de casa e da vida?

( ) sim

( ) frequentemente

( ) poucas vezes

( ) não

3.26.1. Considera importante a escola valorizar as experiências e conhecimentos familiares

( ) sim

( ) não

( ) não sei

Por quê? .....

3.27. A **escola** que **você estudou** mostrou:

a.( ) um mundo fácil de viver no meio rural

b.( ) um mundo difícil de viver no meio rural

c.( ) um mundo difícil de viver no meio rural mas melhor que no meio urbano

d.( ) um mundo fácil de viver no meio urbano

e.( ) um mundo difícil de viver no meio urbano

3.28. A escola que você estudou incentivava você:

a.( ) Continuar estudando e buscar emprego fora da propriedade rural

b.( ) Continuar estudando e trabalhar na propriedade rural

c.( ) Não incentivava nenhum dos dois casos

Muito

Obrigado!

